



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

A REFORMA DE 1944 DO CURSO DE MUSEUS – MHN E O PERFIL DO CONSERVADOR DE MUSEUS NA ERA VARGAS

***Os reflexos da política nacionalista e as
transformações na área dos Museus***

Raquel Villagrán Reimão Mello Seoane

UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

A REFORMA DE 1944 DO CURSO DE MUSEUS – MHN E O PERFIL DO CONSERVADOR DE MUSEUS NA ERA VARGAS

Os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos Museus.

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Ivan Coelho de Sá

Prof.^a Dr.^a _____
Diana Farjalla Correia Lima

Prof.^a Dr.^a _____
Rosane Maria Rocha de Carvalho

Rio de Janeiro, 2016

S478 Seoane, Raquel Villagrán Reimão Mello.
A reforma de 1944 do curso de museus – MNH e o perfil do conservador de museus na era Vargas: os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos museus / Raquel Villagrán Reimão Mello Seoane, 2016.
160 f. ; 30 cm

Orientador: Ivan Coelho de Sá.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

1. Museu Histórico Nacional (Brasil). 2. Museologia - História. 3. Currículos - Mudança. 4. Política cultural. 5. Nacionalismo. I. Sá, Ivan Coelho de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069

*Para minha mãe,
por todo o apoio incondicional,
amor e aprendizado.*

*Para D. Nair de Moraes Carvalho,
exemplo de profissionalismo
e amor pela Museologia.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, meu Pai e grande amigo nas horas mais atribuladas e quem me inspira a sempre escolher os melhores caminhos a seguir.

A meu pai, *in memoriam*, que trabalhou incansavelmente, apesar de todos os percalços, para proporcionar o melhor para mim e para minha irmã Rebecca. À minha mãe, exemplo de força, por todo amor e apoio a cada hora do dia, sempre que preciso.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, nas figuras da Prof^a. Tereza Scheiner e Prof. Marcus Granato.

Ao meu professor, orientador, amigo e grande incentivador da busca pelo estudo da Memória da Museologia, Prof. Ivan Coelho de Sá. Às professoras Diana Farjalla Correia Lima e Rosane Maria Rocha de Carvalho, pelo apoio, disponibilidade e cada apontamento para a melhoria do meu trabalho.

Aos meus amigos e museólogos pelo apoio e compreensão nos momentos de falta. Em especial Gloria Gelmini, Mariana Lameu, Sabrina Nery, Laura Ghelman, Natalia Biserra, Isaque Procópio, Thais Bette e Gustavo Tostes . À minha turma de Mestrado e futuros colegas de profissão.

Ao COREM 2^a Região pela história de luta e inspiração. Aos meus amigos e Conselheiros: Vivian Fava e César Balbi, dois dos meus exemplos de experiência profissional, Márcia Bibiani e seu marido e colaborador da profissão Cmte Bibiani, Clarissa Bastos, Rita Mattos, Ranielle Menezes e Luana Martins, exemplos de dedicação.

A todos os Conservadores de Museus e Museólogos que dedicaram suas vidas à profissão e que são inspiração pelo amor à memória e ao patrimônio.

RESUMO

SEOANE, Raquel Villagrán Reimão Mello. A Reforma de 1944 do Curso de Museus – MHN e o perfil do Conservador de Museus na Era Vargas: Os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos Museus.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá. UNIRIO/MAST. 2016. Dissertação.

O objetivo central desta dissertação é analisar as transformações ocorridas na área da Museologia no Brasil a partir de uma leitura da Reforma Curricular promovida pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional - MHN, em 1944 e implantada no ano letivo de 1945. A proposta é entender a reforma não somente como reflexo de seu principal mentor, Gustavo Barroso, diretor do MHN, como é frequentemente divulgado, mas também como um produto perfeitamente sintonizado ao contexto da Era Vargas, tendo como mote principal o nacionalismo. Serão abordados alguns aspectos das mudanças administrativas promovidas pelo Governo Vargas com ênfase nas áreas da Educação e da Cultura. Serão analisados também os principais pontos da Reforma que repercutiram na estrutura curricular do Curso de Museus e que influenciaram a atuação dos conservadores de museus egressos do Curso face ao “mercado de trabalho” que se delineava nas décadas de 1930 e 1940, com a criação de novos museus, não somente na então capital federal do Rio de Janeiro – Museu Casa de Rui Barbosa, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Museu Antonio Parreiras e Museu Nacional de Belas Artes, como também em outras cidades do país – Museu Imperial de Petrópolis (RJ), Museu das Missões de São Miguel (RS), Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG) e Museu do Ouro de Sabará (MG) – todos estes com fortes conotações nacionalistas.

Palavras-chave:

Curso de Museus; Museologia; História da Museologia; Museu Histórico Nacional; Reforma Curricular; Política Cultural; Nacionalismo.

ABSTRACT

SEOANE, Raquel Villagrán Reimão Mello. A Reforma de 1944 do Curso de Museus – MHN e o perfil do Conservador de Museus na Era Vargas: Os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos Museus.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá. UNIRIO/MAST. 2016. Dissertação.

The main objective of this work is analyze the changes occurring in the area of Museology in Brazil based in the Curricular Reform promoted by the “*Curso de Museus*” from the National History Museum (MHN) in 1944 and implemented in the academic on the year 1945. The proposal is understand reform not only as a reflection of his main mentor, Gustavo Barroso, director of MHN, as is often reported, but also as a perfectly tuned to the context of Vargas product, the main motto nationalism. Will be discussed some aspects of administrative changes promoted by Vargas administration with emphasis in the areas of Education and Culture. Will also be analyzed the main points of reform that affected the curriculum of the “*Curso de Museus*” and the influence on the actions of museums professionals (*Conservadores de Museu*) graduates by this School, against the "labor market" that was emerging in the 1930s and 1940s, with the creation of new museums, not only in the then federal capital of Rio de Janeiro - Museum House of Rui Barbosa, Historical Museum of the City of Rio de Janeiro and National Museum of Fine Arts, as well as in other cities - Imperial Museum of Petrópolis (RJ), the Mission Museum of São Miguel (RS), and the Museum of *Inconfidência* (MG) - all these with strong nationalist connotations.

Keywords:

Museum School; Museology; Museology's History; National History Museum; Curriculum Reformation; Cultural Politic.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

- ABM – Associação Brasileira de Museologia
AMICOM – Associação de Membros do ICOM
COREM – Conselho Regional de Museologia
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MÊS – Ministério da Educação e Saúde Pública
MHN – Museu Histórico Nacional
MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
NUMMUS – Núcleo de Memória da Museologia
ONICOM – Organização Nacional do ICOM
ONU – Organização das Nações Unidas
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RELAÇÃO DE QUADROS:

Quadro 1 - COLEÇÕES DA SEÇÃO I – HISTÓRIA, MHN. (p. 24)

Quadro 2 - DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO CURSO DE MUSEUS APÓS A REFORMA DE 1944. (p. 27)

Quadro 3 - ÍNDICES DE MATRÍCULA EM CURSO SUPERIOR (1929-1969). (p. 30)

Quadro 4 - EXCURSÕES DO CURSO DE MUSEUS (1945 - 1969). (p. 34)

Quadro 5 - CRONOLOGIA DAS EXCURSÕES DO CURSO DE MUSEUS (1945 – 1969) / Legenda do Quadro 7 (p. 35)

Quadro 6 - DECRETOS E LEIS DO PERÍODO VARGAS (1930-1945) RELACIONADOS À CULTURA E À EDUCAÇÃO. (p. 61)

Quadro 7 - EXCURSÕES ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE MUSEUS DO MHN NAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DE MUSEUS. (p. 84)

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	01
Capítulo 1 O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional e a Reforma Curricular de 1944	12
1.1 Criação na década anterior e sua ampliação	13
1.2 1944: Reforma Curricular	18
1.2.1 Novas Disciplinas	22
1.2.2 Bolsas de Estudo	28
1.2.3 Excursões	30
Capítulo 2 Contexto Histórico-Cultural das décadas de 1920 a 1940: Nacionalismo, Progresso e Tradição	42
2.1 A primeira metade do Século XX e a Questão do Nacionalismo	42
2.2 Era Vargas e Políticas Socioculturais 1930-1945	51
2.2.1 Museu Histórico Nacional e a Inspeção Nacional de Monumentos	55
2.2.2 SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	58
2.2.3 Mudanças no Mercado de Trabalho e o DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público	59
Capítulo 3 O Mercado de Trabalho e o Conservador de Museus 1932 - 1954	67

3.1	Concursos do DASP para Conservadores de Museus.....	69
3.2	Egressos contemplados pelas mudanças da Reforma de 1944 do Curso de Museus: Novos Conservadores de Museus	74
	Conclusão	85
	Referências	89
	Anexos	102

SUMÁRIO DE ANEXOS:

ANEXO 1 - Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930. (p. 103)

ANEXO 2 - Decreto nº 21.129, de 7 de Março de 1932. (p. 104)

ANEXO 3 - Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. (p. 107)

ANEXO 4 - Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937. (p. 124)

ANEXO 5 - Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944. (p. 132)

ANEXO 6 - Edital do Concurso para Conservadores de Museus, 1939 – DASP. (p.142)

A REFORMA DE 1944 DO CURSO DE MUSEUS – MHN E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE SEUS EGRESSOS NA ERA VARGAS

***Os reflexos da política nacionalista e as
transformações na área dos Museus***

por

Raquel Villagrán Reimão Mello Soeane,

Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio

Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de
Sá

UNIRIO/MAST - RJ, Fevereiro de 2016

The background of the page is a repeating pattern of seashells, specifically scallops, arranged in a grid. Each shell is oriented with its apex pointing downwards. The shells are set against a light-colored background with a faint diamond-shaped grid pattern. The overall color scheme is monochromatic, using shades of beige and light brown.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A primeira metade do século XX foi marcada pelos efeitos do Nacionalismo nas políticas socioculturais das grandes potências mundiais, repercutindo em todo o mundo, inclusive Brasil. O ano de 1922, quando se comemorou o Centenário da Independência brasileira e foi criado o Museu Histórico Nacional, pode ser considerado como um verdadeiro marco do Nacionalismo no Brasil. Oficializado pelo Decreto-Lei nº 15.596, o Museu Histórico Nacional - MHN previa a instalação de um Curso Técnico comum ao MHN, à Biblioteca e ao Arquivo Nacional, ideia pioneira no contexto internacional¹. Entretanto, esta proposta só é concretizada dez anos mais tarde com o Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932 que criou o Curso de Museus com o objetivo primordial de capacitar profissionais técnicos para o próprio MHN.

Na primeira década de sua criação, o Curso de Museus procura se estabelecer e traçar suas metas de ensino e formação ainda não consolidadas. A partir dos anos 40, a procura e o renome do Curso aumentaram² em decorrência da contribuição de seus egressos que se tornam evidentes com as primeiras publicações dos Anais do Museu Histórico Nacional. Os artigos destes Anais “deram corpo” ao trabalho realizado nos primeiros anos da instituição. Neste período é verificado um amadurecimento do Curso de Museus materializado na primeira grande Reforma Curricular, ocorrida em 1944³. Esta reforma entra em cena para promover medidas administrativas com a finalidade de sintonizar o Curso com as transformações do campo educativo e cultural brasileiro. Implantada no ano seguinte, 1945, a nova matriz curricular permanece incólume até 1966, quando ocorre outra reforma, mantendo, no entanto, praticamente as mesmas disposições tomadas em 1944.

(...) a Reforma teve repercussões tanto conceituais e didáticas, quanto operacionais, na medida em que ampliou a tipologia de acervos e de museus, criou novos cargos para a estrutura do Curso, bem como instituiu as remunerações docentes. (...) ampliou a duração do Curso de dois para três anos. (SÁ, In: PITAGUARY, 2006, p. 26.)

No intervalo entre a criação do Curso de Museus e a Reforma (1932-1944), somando-se à criação do Museu Histórico Nacional (1922), do Museu-Casa de Rui Barbosa (1930) e do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

¹ SÁ, I. C. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Revista Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, jul. 2013. p. 11.

² Revista Cultura Política, 1944, p. 34.

³ idem.

(1937), foram criadas importantes instituições museológicas: o Museu Histórico da Cidade (1934), o Museu Nacional de Belas Artes (1937), o Museu Imperial (1940), o Museu das Missões (1940) e o Museu da Inconfidência (1944). Este período compreendido basicamente entre as décadas de 30 e 40, correspondeu a uma espécie de exacerbação de uma nova onda de nacionalismo, imposta pela chegada das “modernidades” do século XX, no qual renovava-se os conceitos de Patrimônio e ressaltava-se a importância de sua salvaguarda para a manutenção dos conceitos de Nação.

Cumprindo a missão de organização destes museus e acervos inexplorados, os Conservadores de Museus formados pelo Curso de Museus – então única instituição existente no país, tiveram um papel importante e embrionário nesta fase e, para isso, foram habilitados com o conhecimento teórico e prático que o currículo conseguia oferecer até então. Após os primeiros anos posteriores à Reforma de 1944, os museus foram contemplados pelas modificações que esta reforma trouxera na formação de seus alunos e que repercutiu na atuação destes profissionais.

Para entendermos melhor este contexto precisamos voltar aos primeiros anos da década de 1930, mais exatamente ao início do Governo de Getúlio Vargas, quando foram criadas uma série de medidas importantes para o campo da Educação e da Cultura. Visando a relação direta do poder público às instâncias culturais e educacionais, Vargas promoveu a criação do Ministério da Educação e Saúde, contemplando, pela primeira vez com um Ministério independente, a Educação, apesar de relacionada com a Saúde. De qualquer forma foi um passo decisivo no que se refere à política de Educação do País. Outra importante iniciativa ligada à área da Educação refere-se à criação de um órgão voltado especificamente para a preservação do patrimônio, o já citado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, no mesmo ano de implantação do MÊS, ao qual este novo organismo passou a ser vinculado.

Dando prosseguimento à sua política de implementar às áreas da Educação e da Cultura, bem como conferir uma nova dinâmica administrativa, no ano seguinte, 1938, Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Já em 1939, apenas um ano após, o DASP organiza o primeiro concurso público para Conservadores de Museus, acontecimento decisivo correspondendo um momento decisivo não somente em termos profissionais, mas também para o desenvolvimento futuro da área de museus. Ocorrido entre 1939 e 1940, o concurso deve ter exercido influência direta na Reforma de 1944, mesmo porque o setor de museus se tornara

mais abrangente e a direção do Curso buscou acompanhar a necessidade de aperfeiçoamento para o ingresso no serviço público.

Vargas cria uma série de outras medidas que viriam a deixar um grande legado para as políticas culturais brasileiras. Ainda em 1933, antes da criação da Inspetoria de Monumentos, por Gustavo Barroso, Vargas instituiu a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional, no Decreto nº 22.928, que diz “é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os **grandes feitos da sua historia**”⁵ (grifo nosso). Outro projeto nacionalista de importância para a área da cultura, também elaborado por Vargas, foi a criação do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas, em 1933. Este Conselho tinha como objetivos, inspecionar, controlar e fiscalizar todas as expedições científicas realizadas em território brasileiro, além de controlar o confisco e a partilha das coleções de artefatos etnográficos, encaminhando aos museus brasileiros.⁶

Outra iniciativa nacionalista de cunho mais simbólico, diz respeito ao repatriamento dos despojos dos inconfidentes, sepultados no continente africano, tentando assim, uma recuperação da memória brasileira, mais exatamente dos feitos heroicos dos que lutaram pela independência. Com o repatriamento dos restos mortais dos conjurados e a reforma na antiga Casa de Câmara e Cadeia, em Ouro Preto, um Panteão foi inaugurado em 1942, na comemoração do 150º aniversário da decretação da sentença condenatória dos inconfidentes.⁷ Neste contexto de exaltação ufanista dos “inconfidentes”, o Museu da Inconfidência foi inaugurado dois anos mais tarde, no bicentenário de Tomás Antônio Gonzaga. Podemos perceber que todas estas medidas constituem uma política voltada para os valores culturais do Nacionalismo, caracterizando assim o governo de Vargas pela busca ao fortalecimento da questão do nacional.

A ênfase conferida por Vargas às áreas da Museologia e do Patrimônio pode ser avaliada pelo contraste com seu sucessor. Durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra poucas foram as medidas de incentivo à cultura e políticas específicas de

⁵ BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.

⁶ LISBOA, A. G. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e o projeto nacionalista de Vargas. Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos, vol.7, nº.3, Rio de Janeiro, Nov. 2000/Fev. 2001, p.3.

⁷ CERDO, M. Cultura, identidade nacional e práticas museológicas na contemporaneidade: propostas do Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Plural – Revista de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 2012, v. 20, n.2, p. 61-86.

patrimônio e museus. O pesquisador brasilialista Daryle Williams observa que o Governo Dutra se afastou das instituições ligadas à política cultural de Vargas.⁸

A queda do Estado Novo e a suspensão do apoio presidencial marcaram o início de um declínio gradual da "Casa do Brasil". Ainda que manifestasse certa preocupação com a cultura nacional, o governo Dutra (1946-1951) se afastou das instituições ligadas à política cultural do Estado Novo. (WILLIAMS, 1997, p. 159.)

Dentre as várias iniciativas do Governo Vargas nas áreas da Educação e da Cultura podemos inserir a Reforma Curricular do Curso de Museus, cujas mudanças e propostas que irá impulsionar estão sintonizadas à política nacionalista em termos de fortalecer a ideia de nação, fazer a relação Pátria / Nação / Patrimônio / Passado / Preservação, além de promover a integração destas premissas em âmbito nacional.

Segundo Sá¹⁰, dois grandes pontos relevantes de mudança da Reforma foram a “criação das excursões” e a “regulamentação da figura do bolsista”. Destinadas a candidatos residentes fora do Rio de Janeiro, as bolsas eram preferencialmente oferecidas a servidores públicos, estaduais e municipais, com atuação em museus.¹¹ Com sede no então Distrito Federal, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, o Curso de Museus estabeleceu um pólo de formação para Conservadores de Museus em todo o Brasil. Logo, a concessão de bolsas, de certa forma, rompeu algumas fronteiras e permitiu a integração de outros Estados brasileiros ao Curso e ao desenvolvimento da então incipiente carreira no país. As excursões eram caracterizadas pela ideia de Brasil nação, isto é, estendendo o foco do Curso a outras regiões de importância histórica e cultural e não somente ao Rio de Janeiro. Assim, os alunos passaram a conhecer uma boa parte do país na visita a monumentos históricos, sítios naturais e arqueológicos além de verem de perto algumas manifestações populares.

A partir destas considerações delimita-se que a questão principal desta dissertação é a abordagem da Reforma Curricular do Curso de Museus do MHN, ocorrida em 1944, bem como as implicações que incidiram sobre as transformações em seu conceito, sua grade curricular, sua estrutura, duração e gestão, analisando-as como um reflexo da política nacionalista da Era Vargas. Ou seja, até que ponto a Reforma de 1944 expressou o pensamento museológico de Gustavo Barroso ou representou o contexto histórico convergindo para a valorização de uma política

⁸ Anais do MHN, 1997, p. 159.

¹⁰ SÁ, I. C. In: PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.11-28.

¹¹ BRASIL. Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944.

nacionalista? Quais seriam de fato os impactos da Reforma sobre a formação dos alunos e sobre o posterior trabalho dos egressos como Conservadores de Museus?

A ideia de trabalhar o Curso de Museus surgiu a partir de minha participação no Projeto de Pesquisa “Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil”, ainda na graduação em Museologia pela UNIRIO, do qual fiz parte como bolsista, do Subprojeto de Pesquisa “A Museologia e o Curso de Museologia na Mídia Impressa da década de 1980 até a atualidade”, integrando a linha de pesquisa “Preservação das Referências sobre a Museologia no Brasil”. Mais tarde, viria a integrar a equipe do Projeto de Extensão “80 Anos da Escola de Museologia” que convergiu para o levantamento e análise do contexto histórico relativo às oito décadas do Curso. No Trabalho de Conclusão de Curso concentrei-me na pesquisa de um período mais específico, o chamado período barroseano, compreendendo as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, ou seja, ao período associado à atuação de Gustavo Barroso no MHN e no Curso de Museus. Trabalhei então, a época relacionada à mídia impressa, isto é, identificando fontes documentais de jornais e revistas, desde a década de 1920 até a década de 1950. Esta experiência no Projeto levou-me a perceber que a efetiva consolidação do campo da Museologia, deveria passar pela construção de uma história que pudesse trazer novos subsídios e contribuições à discussão e à reflexão sobre questões mais pontuais. Neste sentido, identificamos a Reforma Curricular do Curso de Museus, de 1944, como um ponto importante neste processo.

A relevância da pesquisa se baseia exatamente nesta análise uma vez que os anos 40, apesar de pouco divulgados e trabalhados, representaram um importante momento na história da Museologia. Além da criação de vários museus, a década trouxe as primeiras transformações na área dos museus e campo de conhecimento¹² da Museologia, inclusive a primeira grande Reforma Curricular do Curso de Museus. Procura-se assim, entender melhor o processo de formação do Conservador de Museus, futuramente conhecido como museólogo, em meio a um processo de mudanças e de consolidação do Curso de Museus.

Em síntese, ao investigar a Reforma de 1944 e suas inter-relações com o contexto histórico da época, mais exatamente a política nacionalista do Governo Vargas, a proposta deste projeto é contribuir com o debate sobre a construção do campo da Museologia e de seu gradual processo de consolidação, cujo ponto de partida, a nosso ver, começa exatamente nos anos 40.

¹² Nesse sentido, utilizaremos o termo “campo” remetendo-se à Lima (2013), onde o Campo do Conhecimento é considerado território de disciplinas acadêmicas que se afigura como delimitado por ‘linhas invisíveis’ cuja significação indica a separação desenhada por diferentes conhecimentos.

No capítulo 1 - O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional e a Reforma Curricular de 1944 correspondem à parte central da pesquisa. Nele analisaremos as mudanças curriculares que a Reforma de 1944 trouxe ao Curso de Museus. Após apresentar os dados sobre a criação do Curso, na década anterior, apontaremos e discutiremos cada uma das transformações que a reforma trouxe, isto é, a ampliação da carga horária e da duração do Curso, as novas disciplinas, a inserção das Bolsas de Estudos e a criação das excursões.

No Capítulo 2 - Contexto Histórico-Cultural das décadas de 1920 a 1940: Nacionalismo, Progresso e Tradição, serão trabalhados os aspectos históricos e culturais da década de 1940. A começar por uma análise do contexto nacionalista e suas influências diretas e indiretas no campo do patrimônio e dos museus. Além disso, abordaremos a Declaração dos Direitos Humanos, documento oficializado pela Organização das Nações Unidas após os conflitos e perdas da Segunda Grande Guerra e sua correlação com o direito do homem à Cultura e aos setores museológicos da época. Também discorreremos sobre os aspectos culturais da sociedade durante e pós-guerra, sobretudo em relação às influências norte-americanas. Para fechar este capítulo, faremos um panorama político brasileiro visando estabelecer os principais aspectos da política cultural durante o governo provisório de Vargas e o Estado Novo.

No Capítulo 3 - O Mercado de Trabalho e o Conservador de Museus 1932-1954 será trabalhado o nascente Mercado de Trabalho no campo museológico brasileiro da época estudada. Abordaremos as repercussões do primeiro concurso para Conservadores de Museus, elaborado pelo DASP - Departamento de Administração do Serviço Público, ocorrido entre os anos de 1939 e 1940, e os outros ocorridos posteriormente. Identificaremos sua relação com a demanda profissional dos museus, o desempenho e os temas apresentados pelos candidatos egressos do Curso de Museus. Em uma segunda parte discorreremos sobre o papel dos Conservadores de Museus, formados pelo Curso de Museus, isto é, a atuação destes nas novas instituições museológicas criadas no contexto da Reforma de 1944, mais especificamente entre os anos de 1945 e 1954, isto é, no espaço de 10 anos após a Reforma. Serão abordados também os desafios encontrados e o saldo de trabalho destes profissionais pioneiros na história destes museus ainda inexplorados.

Sendo assim, esta Dissertação tem como objetivo geral analisar as transformações relativas à área da Museologia no Brasil, tendo como parâmetros a Reforma Curricular de 1944 ocorrida no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional e a relação desta com a política nacionalista do Governo Vargas (1930-1945). A partir deste objetivo geral desenvolvem-se objetivos de caráter específico

visando fortalecer não somente o objetivo central, mas também obter subsídios para a consolidação de vários temas que dão suporte ao assunto principal:

- Contextualizar o Curso de Museus na primeira década após sua criação (1932 – 1943)

- Contextualizar a Reforma Curricular do Curso de Museus de 1944, visando à identificação das mudanças conceituais verificadas na Reforma de 1944 no Curso de Museus.

- Investigar as transformações no contexto histórico brasileiro na primeira fase do Governo Vargas a partir do cenário da década de 1940.

- Analisar as influências do Nacionalismo no contexto histórico da década de 1940 sobre as áreas da Educação e Cultura e suas repercussões diretas e indiretas na área dos museus e da Museologia.

- Dimensionar o papel do Curso de Museus, pós Reforma, no período de 1946-1954, através da análise de currículo de seus egressos.

Considerando o papel pioneiro da formação em Museologia no Brasil, a pesquisa sobre o Curso de Museus ainda ressona-se de investigações que possam redimensionar a importância real de seu alcance e de suas contribuições. Apesar do desenvolvimento verificado na área da Museologia, sobretudo em termos de pesquisa, há carência de investigações mais abrangentes que possam contribuir com a construção de uma história elucidando e contextualizando a trajetória da Museologia no Brasil.¹³ Na realidade, o aprofundamento das questões ligadas ao universo temático Curso de Museus / Museologia, no que se refere à pesquisa, é recente. Nada mais lógico num processo de revisão histórica que voltar-se para o centro nevrálgico da Museologia no Brasil da década de 30 até a década de 70: o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia - UNIRIO. Apesar de já ser objeto de estudos de monografias, dissertações e teses, este assunto ressona-se de pesquisas que possam preencher várias lacunas existentes e sedimentar melhor sua história. Uma destas lacunas refere-se exatamente às transformações ocorridas no Curso de Museus na década de 40, correspondendo a uma verdadeira tomada de posição do Curso em relação à sua própria estrutura e às suas funções, bem como em relação ao panorama nacional.

¹³ SÁ, I. C. Pesquisa, Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil. Rio de Janeiro, XIII ENANCIB (GT9), 2012. p.9.

Sintomaticamente, esta reforma correspondeu a um contexto bastante específico, ou seja, o período da Segunda Guerra e o imediato Pós-Guerra, abrangendo, portanto, praticamente toda a década de 40. Por outro lado, se associarmos a criação do Curso de Museus, ocorrida em 1932, à Reforma de 1944 e suas repercussões teremos um período ainda mais específico e pontual se considerarmos o universo brasileiro, a primeira fase da Era Vargas, ou seja, o governo provisório implantado imediatamente à Revolução de 30 e que se estende até 1937 com a instalação do chamado Estado Novo. O término deste foi acelerado exatamente pela política de redemocratização acionada com o fim da Segunda Guerra e a derrota dos governos totalitários fundamentados numa forte ideologia nacionalista cuja abrangência estendeu-se à Educação e à Cultura, inclusive às áreas da Museologia e do Patrimônio. Neste contexto de grandes transformações inseriu-se a Reforma de 1944, cujas influências que incidiram sobre ela, bem como as repercussões que provocou ainda não foram devidamente analisadas, motivo pelo qual acreditamos ser necessária uma leitura sobre esta reforma e sua relação com o contexto histórico-cultural das décadas de 1930 e 1940.

O trabalho faz parte da Linha de Pesquisa 1 (Museu e Museologia) do PPGPMUS. Vinculando-se ao Projeto Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil, que tem como principal objetivo recuperar a história da Museologia tendo como ponto de partida o Curso de Museus. Assim, a ideia deste trabalho é estabelecer uma relação entre a Reforma do Curso de Museus de 1944 e o contexto da década de 40, inclusive com o desenvolvimento dos Museus e do mercado de trabalho.

No caso específico deste projeto de dissertação a pesquisa concentrará no estudo sobre a reforma curricular de 1944 e sua inserção na década de 40, pois identificamos um momento de transformações cuja importância e repercussão no “campo” da Museologia ainda não foram analisadas com a devida profundidade. Praticamente inexistem trabalhos voltados para a análise desta reforma e até recentemente ela só era citada em cronologias históricas sobre as mudanças do Curso de Museus. O primeiro texto que faz uma abordagem mais demorada sobre a Reforma de 1944, trata-se de uma apresentação elaborada por Ivan Coelho de Sá para o livro de Geraldo Pitaguary, “A Lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo”, relativo à uma memória da primeira excursão do Curso de Museus a Ouro Preto, em 1945. Sá fala do contexto da reforma e de sua relevância no sentido de preparar o Curso de Museus para ingressar na Universidade e destaca a importância das excursões. Outro texto que aborda a Reforma refere-se ao artigo “História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO”, do mesmo autor, publicado nos Anais do MHN de

2007 em comemoração aos 75 anos da Escola de Museologia. Neste artigo Sá reitera a importância da reforma no processo de consolidação do Curso:

Após 12 anos de funcionamento do Curso, Gustavo Barroso realiza a primeira grande reformulação, (...), consolidando o caráter universitário do Curso, preconizado desde sua criação e preparando sua futura entrada na universidade. (SÁ, 2007, p. 29.)

Em termos de estudos de pós-graduação, a Reforma de 1944 foi trabalhada na dissertação de Mestrado de Graciele Karine Siqueira, "Curso de Museus - MHN, 1932 - 1978: O perfil acadêmico profissional". No primeiro capítulo referente à História e Trajetória do Curso, Siqueira destaca um tópico para tratar especificamente sobre a Reforma de 44 e salienta a criação das Bolsas de Estudos e das Excursões. Outros trabalhos acadêmicos são encontrados, como é o caso das pesquisas de Aline Montenegro Magalhães, em sua dissertação de Mestrado "Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 - 1937)" (2004), além de sua tese de doutorado e outras publicações acerca de Gustavo Barroso. Também a dissertação de Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, que trabalhou a biografia de "Gustavo Barroso e seus conceitos e legado, em "O Conservadorismo a Serviço da Memória: Tradição, Museu e Patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso (2004)". No entanto, ainda que abordando a Reforma de 1944 e reconhecendo sua importância, estas pesquisas trabalham a reforma como o resultado da visão barroseana de formação museológica e não aprofundaram em questões relativas ao contexto histórico e às repercussões nos museus e no mercado de trabalho. Por este motivo, acreditamos ser necessário um trabalho que possa se concentrar especificamente nestas questões, pois assim poderemos entender melhor o processo da reforma, mas também o papel que ela de fato desempenhou no cenário da Museologia.

No que se refere à metodologia a proposta deste trabalho é elaborar análises quantitativas e qualitativas tendo como base a combinação de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e de estudo de caso e partindo-se da hipótese de que a Reforma de 1944 repercutiu favoravelmente na atuação profissional dos egressos do Curso de Museus. A partir dos textos trabalhados, tentaremos responder a estas questões tendo como fonte principal o próprio texto do Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944, que estabeleceu as novas coordenadas para o Curso de Museus. Ainda em relação ao uso de fontes primárias, foram trabalhados outros decretos relativos ao Curso de Museus, bem como relativos à política cultural do Estado Novo, como o Decreto de criação do SPHAN, o Decreto nº 22.928, que erigiu Ouro Preto à categoria de Monumento

Nacional e o Decreto-Lei nº 5.540, que instituiu o Dia do Índio, entre outros. Além disso, foi elaborado o levantamento de registros de mídia impressa e imagens fotográficas.

No âmbito do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, a pesquisa se estabeleceu através de documentos como o Edital do Primeiro Concurso para Conservadores de Museus, pertencente à Coleção Regina Liberalli, bem como sua monografia apresentada nesta ocasião, da mesma coleção; documentos administrativos referentes ao projeto de criação do Museu do Índio, da Coleção Geraldo Pitaguary; da mesma coleção, as memórias documentais relacionadas à primeira excursão realizada no Curso de Museus, em 1945; relatos de memória da museóloga Maria Augusta Machado da Silva, ainda como aluna do Curso de Museus, da coleção intitulada com seu nome; além das edições dos Anais do MHN, livros e publicações diversas pertencentes às coleções de Adolpho Dumans, Antonio Pimentel Winz, Gustavo Barroso e Nair de Moraes Carvalho. Este acervo serviu para a composição de uma massa documental de referências importante para a realização desse trabalho, bem como sua base metodológica.

As informações e os dados obtidos nestas fontes foram correlacionados às transformações históricas da época objetivando uma melhor compreensão de todo o processo de transformações.

Para elucidar a pesquisa na parte histórica da Política Cultural Brasileira nos anos 40, foi de grande relevância também o texto de Myrian Sepúlveda dos Santos “Museus Brasileiros e Política Cultural”. Em relação aos temas relativos ao Nacionalismo e à Cultura foi igualmente importante o texto de Marcos José de Araújo Pinheiro em “Museus, Memória e Esquecimento: Um Projeto da Modernidade”, mais especificamente o capítulo “Memória, Nacionalismo e Cultura”.

Também foram consultados outros textos elucidativos do campo da História, dentre os quais: Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991 e A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawn, estes serviram de fundamentação teórica para a questão do nacionalismo; “O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964”, de Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado; “A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction”, 1937-1945, de Roger Chickering; “Tempos Fraturados”, de Eric Hobsbawn; e “Europa Saqueada” de Lynn H. Nicholas; dentre vários outros. Especificamente sobre o tema da criação do Conselho Internacional de Museus, recorreremos ao texto de Dominique Ferriot, “L’Icom, un Réseau Departage et D’échanges pour les professionnels de musées”.

Ainda em relação ao panorama da política cultural brasileira no primeiro regime de Getúlio Vargas (1930-1945) e fundamentação teórica para as questões de política cultural do período, utilizamos o livro de Daryle Williams “Culture Wars in Brazil”, onde o autor faz um comentário sobre o Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, Gustavo Capanema, Ministério da Educação e Saúde Pública, novos museus brasileiros e SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; os artigos de Regina Abreu, “Memória História e Coleção, O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional”, o livro da mesma autora “A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil”; e o livro “Da Materialização à Legitimação do Passado: A Monumentalidade como metáfora do Estado, 1920-1945”, de Clara Emília Barros Malhano.

No que se refere à bibliografia específica da História do Curso de Museus, foram utilizados os artigos “História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO e As Matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”, de Ivan Coelho de Sá. No que se refere mais especificamente aos alunos e turmas formadas pelo Curso de Museus foi de grande valia o livro-catálogo “Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional”, de Ivan Coelho de Sá e Graciele Karine de Siqueira, além da dissertação desta mesma autora, “Curso de Museus – MHN, 1932 – 1978: O perfil acadêmico-profissional”, também já citada.” A idéia de criação do Museu Histórico Nacional”, de Adolfo Dumans e “O papel educativo do Museu Histórico Nacional”, de Nair de Moraes Carvalho; ambos datados da década de 1940, apresentam a visão destes dois egressos do Curso de Museus, precursores do estudo dos assuntos tratados. Também foi trabalhada a publicação das memórias de Geraldo Pitaguary, formado pelo Curso de Museus, referente à primeira Excursão do Curso a Ouro Preto, em 1945.

A faded black and white photograph of a group of people standing in front of a classical building with columns. The image is the background for the title page.

CAPÍTULO 1

O CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A REFORMA CURRICULAR DE 1944

CAPÍTULO 1 - O CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A REFORMA CURRICULAR DE 1944

O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional foi criado no ano de 1932, em plena efervescência da política nacionalista brasileira e início do “governo provisório” de Getúlio Vargas, instalado dois anos antes como resultado da Revolução de 30. Iniciado em um período agitado culturalmente, o Curso trouxe uma abordagem inédita do profissional de museus em toda a América Latina. Além disso, o Curso faria parte de um novo Projeto de Nação implementado pela chamada *Nova República* brasileira, instaurado com a ascensão de Vargas. Logo no primeiro ano de seu governo, Vargas revidou a predisposição em promover reformas na área da Educação. Por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931 (ANEXO 2), assinado pelo presidente e pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, é criado o Conselho Nacional de Educação, traçando as diretrizes para o ensino superior, organizando a Universidade do Brasil e estudando uma formulação e regulamentação para o ensino das profissões técnicas. O incentivo à Educação Superior também fez parte da máquina governamental de incentivo cultural. Um dos objetivos do Conselho Nacional de Educação, constante no artigo 5º, inciso I-b deste Decreto, tinha como finalidade “promover e estimular iniciativas em benefício da cultura nacional”. Pela primeira vez, no Brasil, os poderes públicos, ou, mais exatamente, o governo central, promove iniciativas concretas visando implementar a Educação e a Cultura.

1.1 - Criação na década anterior e sua ampliação

Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência política brasileira, quando vários eventos foram promovidos com o objetivo de celebrar a independência, fora implantado, por Gustavo Barroso¹⁵, o Museu Histórico Nacional. O espírito festivo e patriótico das comemorações impulsionou a criação de um museu que abrangeeria a História da nação em festa e seus heroicos feitos militares do passado.

O então presidente Epitácio Pessoa se engajara no patrocínio de novidades culturais, políticas e estruturais na capital, construindo assim um *locus* de

¹⁵ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, nasceu em Fortaleza, no ano de 1888. Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi professor na Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal. Escritor e jornalista de prestígio, foi redator de Jornais como Jornal do Ceará e Jornal do Comércio; e criador dos seguintes periódicos: “O Garoto”, “O Equador” e “O Regenerador”. Ingressou na carreira política em 1912, filiando-se ao Partido Republicano Conservador. No mesmo ano publicou seu primeiro livro “Terra de Sol, natureza e costumes do Norte”. Em 1922, assumiu a diretoria do Museu Histórico Nacional, onde se manteve por mais de 30 anos. (CHAGAS, Imaginação Museal - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 94)

modernidade, um cartão de visita da nova nação.¹⁶ O desmonte do Morro do Castelo, a inauguração da primeira estação de Rádio do Brasil e a construção de edifícios e pavilhões, fizeram parte do dinamismo político proposto pelo presidente. O país se preparou em todos os setores para a comemoração do seu Centenário e diversos intelectuais brasileiros se voltaram para esta temática desde a década anterior. Segundo Motta (1992), nesse momento, a situação brasileira fora marcada por uma intensa mobilização dessa chamada "*minorité agissante*"¹⁷, que se caracterizava pela busca de soluções para os impasses nacionais, se colocando como "portadores de uma missão", investigando e desvendando o Brasil e sua História, construindo, assim, sua identidade nacional. Podemos observar, então, que a criação do MHN se estabelece como um marco conceitual das comemorações do Centenário da Independência brasileira. A partir de então, o Brasil passava a ter uma espécie de "guardião" de seu passado. Até então o que existia eram críticas ao desapego, às tradições e ao abandono de sucessivos governos federais do patrimônio brasileiro.¹⁸

Oficializado em 2 de setembro de 1922, por meio do Decreto de criação nº 15.596, o novo museu foi constituído pelo complexo arquitetônico do antigo Arsenal de Guerra e, posteriormente, pela Ponta do Calabouço, em meio ao aterro do Morro do Castelo e dos prédios construídos com elementos de inspiração neocolonial para a Exposição do Centenário. O acervo englobaria uma série de objetos históricos e artísticos organizados e administrados por Barroso que, além de idealizador, tornou-se o primeiro diretor do Museu.¹⁹ Seu decreto de criação²⁰ indica as fontes de seu acervo inicial, constituído a partir da seção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional; das coleções de moedas, medalhas, selos e outras peças antes existentes na Casa da Moeda; quadros históricos que formavam o Museu da Marinha e o Museu Militar; quadros históricos existentes no Museu Nacional e da então Escola Nacional de Belas Artes e ainda de obras oriundas de outros estabelecimentos públicos federais.

Além dos objetivos e normas, o regulamento de constituição do novo museu, em seu decreto de criação, constava o projeto de um Curso Técnico vinculado ao Museu, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Este projeto embrionário não foi concretizado neste momento de criação, e sim, dez anos mais tarde, na gestão de

¹⁶ MOTTA, M. S. A Nação fez cem anos. A questão Nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: FVG, 1992, p. 116.

¹⁷ VELLOSO, M. P. A "cidade-voyeur": o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. Revista do Rio de Janeiro, 1986, p. 55-66.

¹⁸ Jornal O Paiz, 1920, p.3.

¹⁹ DUMANS, A. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, v.3, 1942, p. 212.

²⁰ BRASIL. Decreto nº 15.596, 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

Rodolfo Garcia.²¹ O regulamento do Curso previsto em 1922, relativo ao Decreto nº 15.596, da criação do Museu Histórico Nacional, indicava que o Curso direcionava os formandos para o quadro de funcionários do museu:

Curso tecnico (COMMUM AO MUSEU HISTORICO NACIONAL, Á BIBLIOTECA NACIONAL E AO ARCHIVO NACIONAL)

Art. 55. O curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, constará das seguintes matérias, distribuídas por dois annos:

(...) Art. 62. Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliothecas, mappothecas, archivos, museus históricos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, comprehendidos os exercícios práticos. (BRASIL, 1922, *on-line*.)

O Curso de Museus foi oficialmente criado durante o afastamento de Barroso da direção do Museu, por razões políticas. No ano de 1930, quando Vargas assume o governo provisório, o presidente decide afastá-lo da direção em resposta ao seu apoio à candidatura de Julio Prestes²². Neste período o museu é dirigido por Rodolfo de Amorim Garcia e, em março de 1932, a ideia de Barroso de um curso, tendo como objetivo o estudo da *Technica de Museus* e desenvolvendo a capacitação profissional para a própria instituição, é oficializada. O Decreto foi publicado integralmente no Diário Oficial, de 7 de Março, prevendo um curso técnico de dois anos, vinculado ao Museu Histórico. Segundo Sá²³, a partir de então, o Curso de Museus se tornou a única e principal instituição de formação para *Conservadores de Museus*, acompanhando o número crescente de museus históricos. Apenas na década de 1970 é criado o segundo Curso de Museologia do país, na Bahia (UFBA – Universidade Federal da Bahia). Acompanhando, por mais de três décadas, o Curso do MHN, como os únicos a formar profissionais nesta área, até a década de 2000, quando foram criados os novos cursos de Museologia em quase todas as regiões brasileiras. Por isso, é clara a contribuição do Museu Histórico Nacional na formação destes primeiros profissionais de Museologia e para a constituição e abertura dos mais importantes museus brasileiros.

No ano de 1933, o Curso de Museus diploma a primeira turma de conservadores de museus. Foram vinte e cinco inscritos em 1932, sendo 10 regularmente matriculados e os demais ouvintes. Oito alunos concluíram o Curso: Adolpho Dumans, Alfredo Solano de Barros, Guy José Paulo de Hollanda, Luiz

²¹ SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 10-42.

²² MAGALHÃES, A. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História do IFCS /UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004, p. 77

²³ SÁ, I. C. op. cit., 2007, p. 11.

Marques Poliano, Maria José Motta e Albuquerque, Maria Luiza Lage, Paulo Olinto de Oliveira e Raphael Martins Ferreira.²⁴ Destes formandos, Adolpho Dumans, Alfredo Solano de Barros e Luiz Marques Poliano foram nomeados Conservadores do próprio Museu Histórico Nacional.

O programa original do Curso abrangia aulas de *Historia da Civilização Brasileira, Technica de Museus, Epigraphia e chronnologia; Numismática e sigilographia, História da Arte Brasileira e Archeologia Brasileira*²⁵, disciplinas necessárias ao tratamento técnico das coleções do MHN, isto é, de museus com acervos basicamente históricos, artísticos e arqueológicos.

Em *Técnica de Museus*, os alunos aprenderiam os princípios básicos da catalogação, descrita por Gustavo Barroso como um dos mais importantes trabalhos dentro do Museu. Para ele, os objetos do museu, se não catalogados, correriam o risco de se perderem, se misturar ou poderiam ser criadas dificuldades para a busca e identificação destes. Segundo Sá²⁶, o conteúdo da disciplina oferecida por Barroso era constituído por áreas que atualmente conhecemos como Museologia, Museografia, Museologia Aplicada e Conservação-Restauração, sintetizando noções tanto de documentação, quanto de pesquisa, preservação, conservação e exposição. Na parte da disciplina relacionada à Classificação, os alunos estudavam, entre outras questões, aspectos de Cronologia, Epigrafia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Bibliografia, aprendendo, assim, a resolver os desafios encontrados posteriormente em seus trabalhos no museu,²⁷ tanto relativos à documentação, quanto à conservação, pesquisa e exposição. Podemos observar que o estudo das chamadas “técnicas de museus” foi o ponto diferencial do Curso perante o restante das formações técnicas e acadêmicas que existiam nas Américas até então. Além do conhecimento histórico e artístico, os alunos necessitavam do aprendizado prático e teórico da organização e administração dos acervos dos museus. Não é à toa que a primeira nomenclatura profissional foi a de “conservador de museus”, visto que estava em foco a preservação não só do patrimônio material, mas também da memória nacional.

O programa de *Arqueologia Brasileira* compreendia desde os conceitos e definições de Arqueologia, até seus métodos e divisões. Estudava-se a Arqueologia

²⁴ SÁ; I. C. SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007, p. 30-32.

²⁵ BRASIL. Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”.

²⁶ SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 16.

²⁷ BARROSO, BARROSO, Gustavo Dodt. Introdução à Técnica de Museus. V. 1. Museu Histórico Nacional, Gráfica Olímpica, 1946, p. 344.

pré-histórica e, mais especificamente, a Arqueologia Americana²⁸. Com a bibliografia baseada em estudiosos como Edmond Perrier, um importante zoólogo francês, especialista em fauna marinha, doutor em Ciência Natural e diretor do Museu de História Natural da França por muitos anos²⁹; Hugo Obermaier, paleontólogo alemão nacionalizado espanhol, após a Primeira Grande Guerra, fazendo parte da Comissão de Investigações Paleontológicas e Pré-históricas e trabalhando no Museu de Ciências Naturais de Madrid³⁰; Denis Peyrony, francês especialista em Pré-história, primeiro conservador do Museu Nacional de Pré-história de Eyzies, em 1918³¹; além da bibliografia do próprio professor da disciplina, Angyone Costa, um dos pioneiros no estudo da Arqueologia brasileira.

Joaquim Menezes de Oliva ministrava a disciplina *História da Arte Brasileira* a primeira específica do estudo da arte brasileira, uma vez que, até então, só existia a disciplina *História da Arte* no currículo da Escola Nacional de Belas Artes³². Porém, na ENBA era estudada apenas a Arte Internacional e não havia espaço no programa para o estudo da arte brasileira. Nas Instruções para Matrículas do ano de 1941, identificamos os seguintes tópicos no programa da disciplina específica de arte brasileira: arte pré-cabralina, as influências da pintura portuguesa, a arte flamenga no Brasil com a vinda de Nassau, pintura baiana, pintura fluminense, arquitetura portuguesa, fortificações militares, as Igrejas coloniais, Aleijadinho, Mestre Valentim, os mestres franceses e a Missão Lebreton, a arte acadêmica brasileira com as primeiras exposições da Escola Nacional de Belas Artes, a pintura histórica do Segundo Reinado, além dos processos foto-mecânicos no Brasil, os pintores modernos e a nova arquitetura modernista “de arranha-céus”. Na época de criação do Curso de Museus, a arte internacional e brasileira passava por grandes modificações e impactantes revoluções no campo técnico e conceitual. Podemos dizer que tais transformações no campo artístico não influenciaram muito, neste período, os ensinamentos do Curso de Museus, ainda que, em pequena escala, fizessem parte do programa da disciplina. Sendo o Curso direcionado, primordialmente, ao funcionamento do museu que o abrigava, era clara a inclinação ao estudo da arte que fazia parte do acervo museológico ali compreendido.

²⁸ Instruções de Matrícula para o Curso de Museus - MHN, 1941, p. 12-16.

²⁹ Biografia disponível no site do Liceu Edmond Perrier.

³⁰ Biografia disponível em “La Enciclopedia Biográfica en Línea”.

³¹ PEYRONY, D. apud. WHITE; R. ROUSSOT, A. Resumé de ma vie: une note autobiographique de Denis Peyrony. Bulletin de La Société Historique et Archéologique du Périgord – Tome CXXX, 2003, p. 460.

³² SÁ, I. C. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Revista Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, jul. 2013, p. 46.

A disciplina *História do Brasil* teve como professor Rodolfo Garcia, sendo substituído no ano seguinte (1933), por Pedro Calmon.³³ Sá³⁴ destaca que a metodologia aplicada por Calmon nos estudos da Civilização Brasileira foi importante para a formação dos futuros conservadores, na medida em que era concebida uma tipologia de História diferente, que hoje chamamos “História Cultural”. Desta maneira, podemos observar que os alunos do Curso eram incentivados a não desvincularem os feitos históricos e políticos do país de suas características socioculturais, onde cada manifestação cultural estabelecida se tornara importante para o desenvolvimento de uma “civilização”.

Nesta primeira fase do Curso de Museus, Gustavo Barroso preconiza o estudo pioneiro das técnicas museográficas no Brasil, construindo, assim, sua disciplina *Técnica de Museus*. O Curso é considerado pioneiro também no estudo da Arte Brasileira, assim como da Arqueologia dos índios brasileiros, reafirmando as preocupações nacionalistas do Curso.

A década de 1940 traz consigo novos horizontes, com a instituição de professores egressos do próprio Curso. Podemos citar exemplos como Anna Barrafatto, de História da Arte; Jenny Dreyfus, de Artes Menores; Nair de Moraes Carvalho, de Escultura e Yolanda Marcondes Portugal, de Numismática.

1.2 - 1944: Reforma Curricular³⁵

Ao longo dos anos 30, concomitantemente com os primeiros anos do Curso, o cenário cultural brasileiro é marcado pela criação de novos museus, como pode ser constatado na criação de três importantes instituições museológicas na cidade do Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa, em 1930, o primeiro museu-casa; o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, em 1934; e o primeiro especificamente de arte, Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, este último, composto pelas coleções da Escola Nacional de Belas Artes, antiga Academia Imperial de Belas Artes. Nos anos 40 verificamos o crescimento destas instituições, além de sinalizar a tônica numa nova tipologia de museus, os museus de arte ou artísticos. Até então, no Brasil,

³³ Assim como Barroso, Calmon também obteve uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, por seus inúmeros trabalhos referentes à História, à Biografia e ao Direito. Foi por muitos anos professor de Direito e posteriormente Reitor da antiga Universidade do Brasil.

³⁴ SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 15.

³⁵ Primeira Reforma Curricular do Curso de Museus de grande proporção. Ocorrerá uma outra reforma, em 1934 (ANEXO 3), porém, as mudanças foram mínimas, apenas na mudança de nomenclatura de poucas disciplinas.

predominavam os museus históricos. Segundo Sá³⁶, a ampliação do conceito de patrimônio se torna uma tendência, e, é neste contexto que a Reforma Curricular de 1944 traz a intenção, ainda que timidamente, de preparar os alunos não somente para museus históricos, mas também etnográficos, arqueológicos e artísticos, inclusive de arte popular. Esta proposta despontara no projeto original de 1932, mas, com a Reforma de 1944 fica evidente a iniciativa de investir num currículo multidisciplinar.

Ao mesmo tempo, o perfil econômico e social do país mudara ao longo destes anos, a começar pela criação do Ministério do Trabalho que modificara o tom das premissas trabalhistas dali por diante. Na área dos Museus, também ocorre, entre os anos de 1939 e 1940, o primeiro Concurso para Conservadores de Museus, promovido pelo DASP, criado no ano anterior³⁷, sobre o qual falaremos no próximo capítulo. Os concursos promovidos pelo DASP acompanharam os novos rumos do Curso de Museus até a década de 1950 e o influenciaram até certo ponto, na medida em que representavam uma nova reserva de trabalho para os Conservadores de Museus egressos do Curso.

Em 22 de março de 1942, Gustavo Barroso escreve ao Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, apresentando seu ponto de vista perante a necessidade de uma Reforma Curricular para o Curso. Dentre outras coisas, Barroso critica o Diretor, o Sr. Murilo Braga³⁸, da tentativa de mudar as nomenclaturas e organização das disciplinas. Além disso, Barroso ressalta a relação entre o conteúdo da disciplina *Técnica de Museus* e a demanda dos museus brasileiros em consequência de suas transformações:

Não sei a razão por que se insiste em modificar os termos e a disposição do currículo das matérias, que é a parte técnica do regulamento, quando a proposta a respeito foi feita por quem estuda a matéria e a ensina há mais de dez anos. (...) Técnica de Museus é uma cadeira criada por mim depois de longos, meticolosos e pacientes estudos, **visando o serviço dos museus nacionais**, tóda ela **relacionada com o Brasil** e de acordo com as finalidades e possibilidades dos seus museus. (grifo nosso) (BARROSO, 1942. In: MHN, 1944, p. 191.)

Mais do que as questões temáticas relativas a termos e “disposições” curriculares, fica clara, nesta fala de Barroso, a preocupação fundamental em atender aos “museus nacionais” e em trabalhar conteúdos relacionados com as questões do Brasil. E, neste contexto de amadurecimento profissional, que ocorreu, no ano de

³⁶ SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 26.

³⁷ ibidem, p. 10-42.

³⁸ Diário Oficial de 27 de março de 1942, seção 1, p.12.

Murilo Braga, além de diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, trabalhou como Diretor do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, entre os anos de 1945 e 1952.

1944, a primeira grande Reforma do Curso de Museus. Acompanhando as mudanças ocorridas nos museus e no campo cultural brasileiro. Promulgada no Decreto nº 16.078 (ANEXO 5), de 13 de julho de 1944 que estabeleceu um novo Regulamento para o Curso. Estruturada por Gustavo Barroso, a Reforma confirmou sua tendência nacionalista, uma vez que o incentivo pelo estudo da História e Arte Nacional era uma de suas finalidades principais. Dentre as principais mudanças do novo Regulamento estava a divisão de habilitação na formação de Conservador de Museus, ou seja, a partir de então, o aluno escolheria entre os museus históricos e os museus artísticos. Além disso, a Reforma oficializa um objetivo mais amplo de formação do Conservador, não mais voltado apenas para o Museu Histórico Nacional, e sim às outras instituições criadas nos últimos anos, mantidas pelo Governo Federal.

O Curso de Museus a que se refere o art. 8º do Decreto-lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944 tem por finalidade:

a) Preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos, **artísticos ou de instituições análogas**;

b) Transmitir conhecimentos especializados sôbre **assuntos históricos e artísticos relacionados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal**;

Incentivar o interesse **pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.**" (grifo nosso). (BRASIL, 1944, *on-line*.)⁴⁰

A reforma do Curso ampliava sua duração, ou seja, de dois para três anos, e o tornava mais genérico com a oferta de novas disciplinas⁴². Esta mudança preparava o Curso para sua futura entrada na universidade⁴³, visto que, a expansão de sua duração e o acréscimo de disciplinas o projetava como uma instância educacional com mais domínio de princípios científicos, mais generalistas e não voltado apenas para o Museu Histórico Nacional. Outro aspecto da Reforma de 44 foi a institucionalização da concessão de bolsas de estudos para outros estados brasileiros. A concessão para candidatos residentes fora do Rio de Janeiro e servidores de Estados e Municípios que trabalhassem em museus estabelecia a isenção do exame vestibular, o recebimento de passagens de ida e volta às suas casas e uma mensalidade durante o Curso. Da mesma época são datadas as primeiras excursões do Curso de Museus.

Com o objetivo de incentivar o interesse pela Museologia, ainda incipiente no país, a Reforma também demonstrou um amadurecimento da área com a entrada de

⁴⁰ **Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944, artigo 1º.**

⁴² SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional / Graciele Karine Siqueira; orientador: Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro, 2009, p. 29.

⁴³ SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 26.

novos professores egressos do próprio curso. No que se refere à produção de cunho científico, difundida e democratizada do período pós Reforma no Curso de Museus, não foram encontrados documentos de caráter acadêmico que conseguissem comprovar os resultados e relevância das mudanças ocorridas em 1944. Não obstante, mesmo porque, na época, não havia instrumentos acadêmicos como os que existem na atualidade como Projetos Políticos e Pedagógicos para Reformas Curriculares, bem como avaliações institucionais que pautassem tais reformas, o desempenho docente e discente nas atividades presentes no Curso e no Museu Histórico Nacional, a instituição que abrigava a formação museológica no Brasil da época, são encontrados, em grande parte, nos Anais do Museu, que foram criados em 1940 e começaram a ser publicados em 1942, dois anos antes da Reforma. O esforço institucional da publicação dos Anais consegue, de certa forma, traduzir a evolução do dia a dia prático e teórico do Curso. Trazendo estudos, na forma de artigos, com bases especificamente empíricas, principalmente fundamentadas no próprio acervo do MHN, as publicações dos Anais deram espaço para os alunos recém-formados escreverem sobre seus objetos de estudo e trabalho. Em análise dos primeiros volumes publicados em um intervalo de 4 anos antes da Reforma e 10 anos após, observamos que 64% dos textos foram de autoria de egressos e alunos do Curso de Museus, em contrapartida aos 46% de textos publicados pelos professores da primeira geração, não formados pelo Curso,⁴⁴ sendo duas destas 13 publicações compostas exclusivamente por trabalhos de alunos e egressos.

Otaiza Romanelli, em *A História da Educação no Brasil*, relaciona a educação com o contexto e a realidade social em que está inserida.⁴⁵ Não é possível analisar um período e sua produção científica sem levarmos em conta fatores do meio social em que ele estava presente. Vale ressaltar que apenas na década de 1970, mais especificamente em 1974, um egresso do Curso de Museus matricula-se em uma especialização *lato sensu*. Trata-se de Sônia Gomes Pereira⁴⁶, a primeira Conservadora de Museus (na época já denominada Museóloga) a obter o título de Mestre, na University of Pennsylvania – EUA, com a dissertação sobre arquitetura jesuítica do século XIX (1974-1976). Posteriormente, viria a realizar doutorado pela ECO-UFRJ, entre 1984 e 1992, e Pós-Doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, na França em 2000. Formada pelo Curso de Museus, em 1967, Sônia Gomes Pereira fez parte de uma nova geração de profissionais, já

⁴⁴ Índice de porcentagem calculado através dos Anais de Volume: I, II, III, IV, V, VI, Vi, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV. Disponíveis na Biblioteca Doc Pro MHN Virtual.

⁴⁵ ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*. 8.^a edição - Petrópolis: Vozes, 1986, p. 23.

⁴⁶ SIQUEIRA, G. K. *Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional / Graciele Karine Siqueira*; orientador: Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro, 2009, p. 179.

contemplados por outra Reforma do Curso, ocorrida em 1966. Esta Reforma manteve praticamente na íntegra o currículo implantado em 1945, no entanto, sintomaticamente, a mudança mais significativa referiu-se à criação da nova disciplina *Metodologia da Pesquisa Histórica*, sinalizando uma preocupação em dar bases científicas às demais disciplinas. A partir de então, os trabalhos de pesquisa propriamente acadêmicos, viriam a se tornar comuns na área da Museologia.

1.2.1 - Novas disciplinas

A nova estrutura curricular da Reforma de 1944 (Ver quadro 2) ficou estabelecida da seguinte maneira. No Primeiro ano, seriam oferecidas as disciplinas História **do Brasil** Colonial; História da Arte (geral); Numismática (geral); Etnografia; e Técnica de Museus (parte básica). No Segundo ano, as disciplinas de História **do Brasil** Independente; História da Arte **Brasileira**; Numismática **Brasileira**; Artes Menores e Técnica de Museus (parte básica). E, por fim, no Terceiro e último ano, os alunos se dividiriam entre as habilitações dos Museus Históricos e Museus Artísticos. Dentre as disciplinas pertencentes aos alunos interessados nos Museus Históricos constavam: História Militar e Naval do **Brasil**; Arqueologia **Brasileira**; Sigilografia e Filatelia; e Técnica de Museus (Heráldica, Condecorações e Bandeiras, Armaria, Arte Naval e Viaturas). Dentre as disciplinas pertencentes aos alunos interessados nos Museus Artísticos constavam: Arquitetura; Pintura e Gravura; Escultura; Arqueologia **Brasileira**; Arte **Indígena** e Arte **Popular**; e Técnica de Museus (Arquitetura, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Ourivesaria e Arte Religiosa). (grifo nosso). O grifo nos termos Brasil e Brasileira foi feito para destacar a preocupação que havia de investir em conteúdos voltados especificamente para o estudo da realidade brasileira no contexto destas disciplinas.

A disciplina Etnografia, apesar de não específica no título, era específica do Brasil, o mesmo ocorre, naturalmente, com as disciplinas Arte Indígena e Arte Popular. Tudo isto fortalece a influência do nacionalismo não somente na filosofia do Curso, isto é, formar profissionais para os museus vistos como divulgadores e mediadores da ideia de Nação e de Identidade, mas também na preocupação em canalizar os estudos para questões nacionais.

No que se refere às disciplinas de História oferecidas para ambas as habilitações, apenas os nomes foram modificados, antes divididas em duas disciplinas: História Política e Administrativa do Brasil (Período Colonial) e História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade). Porém, para incrementar o currículo dos

alunos interessados na formação direcionada a museus históricos, foi oferecida a disciplina História Militar e Naval do Brasil, representando uma disciplina mais específica que demonstrava, com nitidez, o direcionamento de formação para profissionais que atenderiam à demanda de museus históricos recém-criados que continham em seus acervos, objetos referentes à História Militar brasileira. Dentre estes museus se destacaria o Museu Histórico Nacional, que contava com um rico acervo deste seguimento, a começar por sua própria construção, o prédio do antigo Arsenal de Guerra, e passando por um acervo constituído de armas, viaturas militares, retratos de personalidades políticas, enfim, um Museu totalmente voltado para a formação de um país como Nação e República, baseado em seus feitos e êxitos militares, ou seja, enfatizando um misto de heroísmo e patriotismo de cunho nacionalista. Em um inventário realizado no ano de 1940, abrangendo todo o acervo do museu, constavam na Seção de História, 9.271 objetos e apenas na Seção de Numismática, 75.000 peças⁴⁷. (Ver quadro 1)

⁴⁷ A partir do Catálogo Geral do MHN: “1ª Seccao: Archeologia e Historia”. (BARROSO, 1924, passim).

QUADRO 1 – COLEÇÕES DA SEÇÃO I – HISTÓRIA DO MHN.

Armas Defensivas	Armaduras, peças de armaduras e escudos
Armas Ofensivas	Armas de arremesso, armas brancas, armas de fogo, projéteis e torpedos, arreios, bandeiras, flâmulas e estandartes, brasões, candelabros e lustres, cartas geográficas e hidrográficas, cerâmicas.
Condecorações e Esmaltes	Cobre, ouro, ouro e esmalte, prata, fitões, cristais.
Objetos de Arte	Bronze, biscuit, gesso, mármore, madeira, pedra-sabão, ferro, estampas.
Indumentária	Civil, militar, sacerdotal, instrumentos musicais,
Jóias	Camafeus, cobre e latão, esmalte, ouro, marfim, prata, pedras finas, livros, máquinas, manuscritos, modelos de navios, móveis, objetos diversos, autógrafos
Pinturas	Aquarelas e nanquins, guaches, óleo, sanguíneas e crayons, pastel, água-forte, bico de pena.
Fotografias	Em coleção, peças avulsas, porcelanas, objetos de prata, tapeçarias, viaturas, peças de viaturas, diplomas
Arte Religiosa	Imagens de Cristo em marfim dos séculos XVI, XVII e XVIII
Coleção Miguel Calmon	Objetos diversos
SEÇÃO II – NUMISMÁTICA	
Numismática	Moedas ensaios e provas, medalhas e plaquetas, condecorações, papel moeda, jetons e reclamos, cunhos e matrizes, distintivos e passadores, maquetas de medalhas, reproduções em gesso.
Sigilografia	Selos, carimbos, sinetes
Filatelia	Selos postais

Fonte: Tabela elaborada a partir do Catálogo do Museu Histórico Nacional, 1924.

Com a Reforma de 1944 e a criação da nova habilitação específica para Museus Artísticos o currículo permitiu aos alunos terem disciplinas de História da Arte (Geral) e História da Arte Brasileira, além de disciplinas específicas de Arquitetura, Pintura e Gravura, Escultura e Artes Menores, esta última tratando especificamente do estudo das artes decorativas. Havia ainda uma disciplina voltada para a Arte Indígena e a Arte Popular. Esta última, até então, não presente no currículo oferecido pelo Curso. Representaria as artes produzidas pelas camadas mais afastadas do centro

urbano. Esta preocupação com a Arte Popular reflete os estudos folclóricos desenvolvidos por Barroso desde a década de 1910. Em 1912, ele escrevera “Terra de Sol”, um ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense e, em alguns trechos, comentara sobre a arquitetura, os costumes e os trabalhos regionais. Fernando Luiz Vale Castro, em “As Colunas do Tempo: História e Folclore no Pensamento de Gustavo Barroso” aponta a ênfase à cultura do “povo”, dada por Barroso desde 1911, onde, em artigos, enfatizava a importância da observação e compreensão da cultura e dos costumes do sertanejo, do homem do sertão. Podemos ressaltar que os escritos de Barroso não se baseavam em uma visão elevada e centralizada em relação ao círculo periférico dos costumes folclóricos brasileiros, ele se incluía como parte integrante da “raça” popular brasileira:

Sobre a questão folclórica no Brasil, insisto em chamar a atenção para o assunto e peço que o amem. As nossas lendas e tradições, a **nossa poesia popular** e as nossas canções heroicas são manifestações da alma da **nossa raça**, no tempo e no espaço, eles representam épocas de nossa vida e faces da nossa existência. (grifo nosso) (BARROSO, 1932, p. 38.)

Entretanto, podemos fazer uma leitura igualmente de natureza nacionalista, uma vez que a política do governo Vargas procurou valorizar as manifestações populares, incluindo a música e o carnaval, um exemplo disto é a Regulamentação dos Desfiles de Escolas de Samba, em 1932 e a criação do Dia Nacional da Música Popular Brasileira, em 1938. Outra influência nacionalista que converge para o currículo do Curso refere-se à dimensão conferida ao índio brasileiro com a disciplina *Arte Indígena*. No período Vargas, podemos perceber a valorização da cultura indígena com a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o CNPI, e a instituição do Dia do Índio, pelo Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, baseado no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido no México, em 1940⁴⁹, também sob a influência e intervenção do Marechal Cândido Rondon⁵⁰. Tudo isto como forma de voltar-se para as raízes mais antigas da cultura brasileira e, ao exemplo do indianismo oitocentista romântico, promover uma espécie de ressignificação da figura do índio no contexto da formação étnica brasileira. Podemos perceber claramente isto na criação do programa de rádio “A Hora do Brasil”⁵¹, instituído por Vargas para estabelecer um canal de comunicação direta com a

⁴⁹ Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.

⁵⁰ Sertanista e desbravador brasileiro, Cândido Rondon recebeu a patente de Marechal e, 1955, após uma carreira dedicada à defesa das causas indígenas. É de sua autoria o projeto de criação do Parque Nacional do Xingu (1952) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), concretizada em 1967.

⁵¹ Decreto-Lei nº 1.915 (1939), que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, que tinha como um dos objetivos organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo, a “Hora do Brasil”.

população brasileira, onde a música de abertura referia-se a um trecho de ópera “O Guarani”. Composta por Carlos Gomes, em 1870, foi baseada na obra literária de mesmo título de José de Alencar, uma história de amor entre a filha de um fidalgo português e um índio Guarani.

Com o fim da Segunda Guerra, a revolução estética ampliara as perspectivas do campo da Arte e a necessidade de dinamismo cultural e propagação da Arte Moderna, que surgira no final do século anterior, se tornaram mais avassaladoras. O crescimento do mercado de arte e o declínio das academias de “Belas Artes”⁵² acarretaram um enfraquecimento do poder estatal no domínio das artes. Desde o início do século, toda a produção da época e algumas vanguardas anteriores fizeram parte da sede colecionista de grandes filantropos, e muitos não pretendiam guardar para si a exposição de toda uma sublevação artística que viera contaminar um mundo de confluências clássicas construído através de tantos séculos. A criação de museus artísticos de arte moderna, em uma espécie de dinamismo museológico, resultou na obra mais inovadora destes entusiastas. No Brasil, refletiria na criação, em 1947, do Museu de Arte de São Paulo, iniciativa de Assis Chateaubriand e, no ano seguinte, a criação dos dois Museus de Arte Moderna, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Independentemente do surgimento de museus de arte moderna, no âmbito do Curso de Museus, as vanguardas artísticas, na década de 1940, continuam a não produzir tanta influência. Podemos perceber que o ensino de Arte após a Reforma de 1944 estava direcionado a contemplar disciplinas que contribuíssem para a entrada do Conservador no mercado de trabalho. A princípio, o grande museu artístico existente na capital, o recém-criado Museu Nacional de Belas Artes, se concentrava na arte acadêmica. Além disso, a requisição do trabalho do Conservador de Museus nos museus de arte moderna é posterior. Isto nos permite deduzir, que, num primeiro momento da criação dos museus de arte moderna, o profissional formado pelo Curso de Museus ainda não estava inserido neste contexto, talvez por sua atuação como Conservadores de Museus estar mais relacionada com os museus artísticos convencionais e nacionais, isto é, museus públicos e não particulares como foram as iniciativas de criação de museus de arte moderna. Além disso, o currículo do Curso não preocupava-se em contemplar conteúdos de Arte Moderna de maneira mais efetiva. Isso ocorreria apenas na década de 1970 com a inserção de um núcleo na disciplina História da Arte: “O Movimento de Renovação na Arte Brasileira”, que incluiria os estudos sobre os artistas Lasar Segall, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila

⁵² BOURDIEU, P. La révolution impressionniste. Noroit, 1987, p. 3-16.

do Amaral, Le Corbusier, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Victor Brecheret e Bruno Giorgi, além de assuntos como a Semana de Arte Moderna, o Movimento Abstrato, as Bienais Artísticas e a arte da época, no caso o “Op”, “Pop” e Nova Figuração”. Este novo programa também incluiria visitas ao MAM - Museu de Arte Moderna e às Galerias de Arte Contemporâneas.

QUADRO 2 – DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO CURSO DE MUSEUS APÓS A REFORMA DE 1944

1º Ano	História do Brasil Colonial	
	História da Arte (geral)	
	Numismática (geral)	
	Etnografia [Brasileira]	
	Técnica de Museus (parte básica)	
2º Ano	História do Brasil Independente	
	História da Arte Brasileira	
	Numismática Brasileira	
	Artes Menores	
	Técnicas de Museus (parte básica)	
3º Ano	Habilitação em Museus Históricos	Habilitação em Museus Artísticos
	História Militar e Naval do Brasil	Arquitetura
	Arqueologia Brasileira	Pintura e Gravura
	Sigilografia e Filatelia	Escultura
	Técnica de Museus (Heráldica, Condecorações e Bandeiras, Armaria, Arte Naval e Viaturas)	Arqueologia Brasileira
		Arte Indígena e Arte Popular
		Técnica de Museus (Arquitetura, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Ourivesaria e Arte Religiosa).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho “Organização de Fluxogramas do Curso de Museus do MHN – 1932 - 1979.” SÁ, Ivan Coelho de; TOSTES, Gustavo Oliveira. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2013.

1.2.2 - Bolsas de Estudo

A figura do bolsista é uma das novidades trazidas pela Reforma de 1944. A primeira bolsa fora concedida ainda em 1942, em caráter de experimentação, sendo regulamentadas a partir da Reforma. Tinham como objetivo a oferta de formação no Curso de Museus a funcionários públicos dos Estados.⁵³ Eram concedidas, como já observamos antes, a candidatos residentes fora do Rio de Janeiro que fossem servidores públicos e que trabalhassem em museus, sendo estabelecida a isenção do exame vestibular e uma bolsa mensal durante os três anos de Curso. O jornal “*Diario Carioca*”, informa, na edição de 10 de fevereiro de 1949, a concessão de bolsas para o Curso de Museus:

O ministro da Educação e Saude aprovou as instruções anuais, determinando o valor numero total, e distribuição pelos diferentes Estados, das bolsas de estudos para o Curso de Museus. Para o ano em curso foram concedidas nove bolsas para o 1º ano e conservadas as duas existentes para o 2º ano, distribuidas pelos seguintes Estados, a Cr\$ 1.000,00 mensais: Pará, 1; Maranhão, 1; Ceará, 1; Pernambuco, 1; Baía, 2; São Paulo, 2; Minas Gerais, 2; Rio Grande do Sul, 1. Os bolsistas só receberão o benefício mensal vencido, e quando houverem frequentado pelo menos setenta e cinco por cento das aulas, exercícios, visitas ou trabalhos obrigatórios. (*Diario Carioca*, 1949, p. 5.)

Na turma de 1946, por exemplo, foram inscritos oito bolsistas, três tiveram importantes atuações nos museus brasileiros. Herundina Ferreira Batista, nascida em Pojuca, na Bahia, fez parte do quadro fixo de conservadores do Museu do Estado da Bahia após se formar no Rio de Janeiro, até 1963. Maria Afonsina de Albuquerque Furtado, bolsista pelo Estado do Ceará, atuou como museóloga no Estado de São Paulo. Trabalhou no Museu da Casa Brasileira – MCB, no Museu Casa Guilherme de Almeida e foi membro das Comissões de avaliação e compra de acervo para o Palácio dos Bandeirantes; além disso, estudou os inventários e testamentos paulistas do Arquivo do Estado de São Paulo. Maria Barreto, também foi bolsista pelo Estado de São Paulo e, após formada, trabalhou no Museu do Ipiranga.

Entre o período de 1942 e 1969 foram inscritos 63 alunos bolsistas de estados como Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará. São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Amapá, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Sergipe e

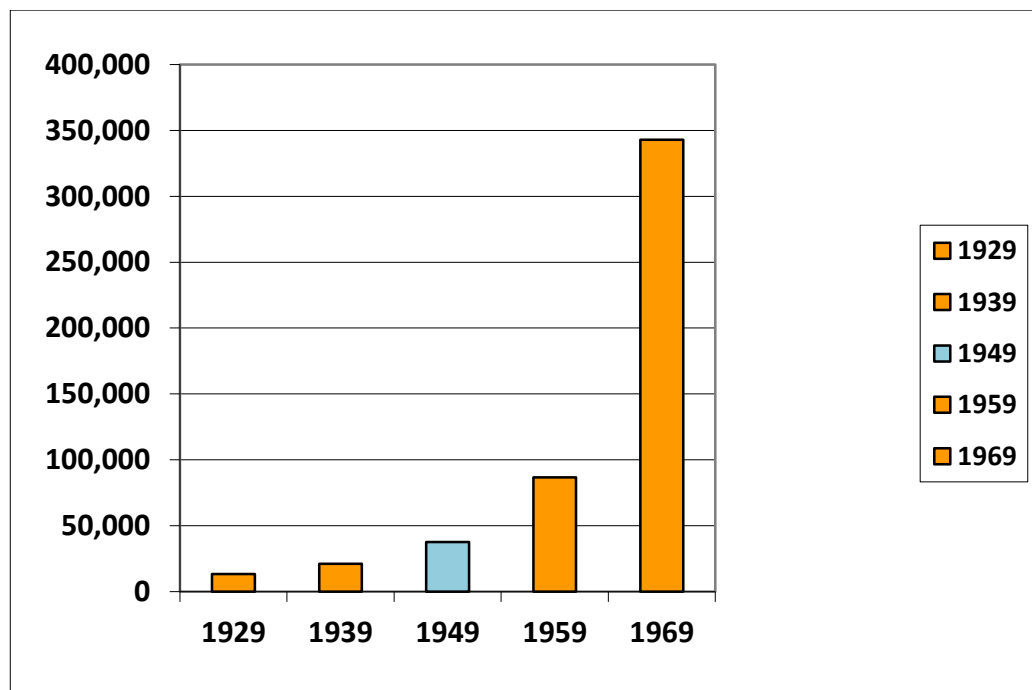
⁵³ SÁ; I. C. SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007, p. 21.

Mato Grosso, além de um bolsista argentino, já na década de 1960.⁵⁵ Verificamos que a concessão de bolsas revelou-se como outro desdobramento da política nacionalista do Curso, buscando integrar os estados brasileiros à formação de cunho nacional preconizado pelo currículo. Com isto, os conteúdos das disciplinas convergiam para uma ideia geral de nação a partir de uma visão centrada na capital federal, isto é, partindo-se do geral para o particular. Isto quer dizer que episódios ou fases como a chamada Inconfidência Mineira e o Barroco Mineiro eram estudados num contexto nacional, relacionados à política colonialista portuguesa e o período histórico dos vice-reis e das manifestações nativistas.

Em síntese, a concessão de bolsas pode ser entendida como um passo significativo se levarmos em conta a época e a quantidade de alunos matriculados no ensino superior no Brasil. Segundo estatísticas relacionadas diretamente ao Índice de Desenvolvimento Econômico brasileiro, é notável o crescimento aritmético em progressão desde a criação das primeiras instituições de ensino superior no país. Sendo o Rio de Janeiro a capital, era clara a concentração destas instituições na metrópole educacional e cultural do país. Desta maneira, observamos que a aproximação dos outros estados brasileiros ao Curso de Museus, não só se caracterizou como uma estratégia nacionalista, mas também como um modo de oferecer oportunidade para a população mais afastada do centro econômico brasileiro, o Sudeste. A seguir, vemos um gráfico que nos aponta o pequeno número da população matriculada no ensino superior ainda na década de 1930 e como isso se modificou após a década de 1940. (Ver quadro 3)

⁵⁵ SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional / Graciele Karine Siqueira; orientador: Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro, 2009, p. 35.

QUADRO 3 – ÍNDICES DE MATRÍCULA EM CURSO SUPERIOR (1929-1969)



Fonte: WERNER, BAER. A industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil, p. 250.

1.2.3 - Excursões

Na execução dos programas, conforme o assunto, serão adotados por meio de ensino: - preleções, arguições, exercícios de aplicação, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, projeções luminosas sobre coleções de museus ou particulares, excursões **a pontos do país**, onde haja **preciosidades históricas e artísticas**, visitas a museus, ou quaisquer outros meios próprios para ensino das respectivas disciplinas. (grifo nosso) (DECRETO n° 16.078, de 13 de julho de 1944)

A Primeira Excursão oficial organizada pelo Curso, após a Reforma em 1944, foi a Ouro Preto, em julho de 1945, isto é, no âmbito da implementação da Reforma. Ouro Preto fora tombada pelo SPHAN seis anos antes, em 1938. Esta escolha é bastante sintomática da influência de Gustavo Barroso e também da orientação nacionalista, uma vez que Ouro Preto já era, naquela época, considerada um verdadeiro símbolo da cidade colonial brasileira em termos de arte e de patrimônio, além de ser também um símbolo dos movimentos nativistas promovidos por heróis nacionais como Felipe dos Santos e o Tiradentes, chamado pela República de “O Mártir da Independência”.

Em 1934, como já falamos anteriormente, Barroso criara a Inspetoria de Monumentos Nacionais, precursora do SPHAN e vinculada ao Museu Histórico Nacional, funcionando como primeiro organismo voltado à preservação de patrimônio no contexto nacional, apesar de fixar suas atividades em Ouro Preto, durante o curto tempo de sua duração. Nos seus três anos de funcionamento, a Inspetoria se voltou para os monumentos de Ouro Preto, sendo restaurados inúmeras igrejas, chafarizes e fontes.

Gustavo Barroso afirmava ser um “velho amigo de Ouro Preto”⁵⁶ e dizia que, antes de pisar o “solo sagrado daquela velha metrópole das Minas” sonhava com o prestígio e mistério de sua história:

Pela primeira vez cheguei a essa cidade numa noite linda de agosto. Até hoje a impressão que me causou perdura viva na memória. A lua subia, curiosa, acima do espigão da serra. E, no alto dos morros escuros, as Tórrres brancas das igrejas atalaiavam o silêncio. Parece-me que caminhei devagar, procurando não fazer ruído, como se tivesse receio de acordar em cada viela torcicolosa e deserta as sombras das gerações desaparecidas. A cada passo, a história de Minas dava-me uma lição.” (BARROSO, 1944. p.10.)

Nota-se, nas palavras de Barroso, sua paixão pela cidade e sua nostalgia pelos seus tempos passados. Somando-se a isso, Ouro Preto sempre fora considerada uma grande referência cultural, o que permanece até os dias de hoje. Em 1981, ainda pouco alterada de seu sítio urbano original, foi a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural Mundial, pela UNESCO.⁵⁷ A ideia de “Brasil nação”, questão fundamental que norteou Barroso na criação, tanto do Museu Histórico Nacional quanto do Curso de Museus, estava presente também na ideia da instituição de excursões no Curso. Segundo Maria Augusta Machado da Silva (Apud SÁ) as excursões corresponderam a “uma verdadeira descoberta do Brasil”, aspecto que nos fez comparar estas excursões da década de 40, com a visita de Tarsila do Amaral e outros artistas modernistas a Ouro Preto, em 1924, quando ela diz que descobriu as “cores caipiras” de sua infância:

Encontrei em Minas as cores que adorava em criança. Ensinaram-me depois que eram feias e caipiras. Segui o ramerrão do gosto apurado... Mas depois vinguei-me da opressão passando-as para minhas telas: azul puríssimo, rosa violáceo, amarelo vivo, verde cantante, tudo em gradações mais ou menos fortes conforme a mistura de branco. Pintura limpa, sobretudo, sem medo de cânones convencionais. Liberdade e sinceridade, uma certa estilização que adaptava a época moderna. Contornos nítidos, dando a impressão perfeita da distância que separa um objeto de outro. (AMARAL, In: Revista Anual do Salão de Maio, 1939.)

⁵⁶ BARROSO, G. A cidade sagrada. Anais Museu Histórico Nacional, 1944, v. V, p. 10.

⁵⁷ Boletim do SPHAN/PRO-MEMÓRIA, n° 11 – mês março/abril, 1981. P. 21.

Segundo Sá⁵⁹, as excursões foram pensadas numa perspectiva maior de patrimônio e também preconizando o despontar de uma ideia de turismo cultural. Podemos perceber que a ideia de viajar a diferentes pontos do país, além de marcar o cunho nacionalista do Curso, remete à ideia de patrimônio paisagístico, urbano, arquitetônico e imaterial, afinal muitos dos municípios visitados não possuíam instituições museológicas propriamente ditas.

Apesar do decreto referir-se a *preciosidades históricas e artísticas*, podemos perceber pelos roteiros que as excursões foram concebidas já de acordo com uma perspectiva maior de patrimônio, ou seja, num contexto “integral”, como dizemos hoje. Depreendemos isso por que não eram visitados apenas os monumentos históricos e artísticos, mas também os sítios naturais, arqueológicos e as manifestações populares. Exemplo disso são as visitas às pinturas rupestres de São Tomé das Letras (1948), à Gruta de Maquiné (1948 e 1961), às rendeiras, praias agrestes e sambaquis de Santa Catarina (1953) e aos grupos de dança folclórica de Natal (1957). Esta visão ampliada do conceito de patrimônio sinaliza também o despontar da ideia de Turismo Cultural, ainda muito incipiente na década de 40, mas já presente no Curso de Museus. (SÁ, In: PITAGUARY, 2006, p.11-28.)

Geraldo Pitaguary conta, em suas memórias da excursão, sua estada no Grande Hotel de Ouro Preto. Após Oscar Niemeyer e Lúcio Costa terem elaborado o elogiado projeto do Pavilhão brasileiro da Feira Mundial de Nova York, em 1939, que contou também com a exposição de uma parte do acervo do Museu Histórico Nacional⁶¹, foram convidados pelo SPHAN a elaborar o projeto do hotel. Uma construção moderna, porém harmonicamente estabelecida em meio às inúmeras construções coloniais da cidade de Ouro Preto. A Escolha do SPHAN se baseou na ideia da construção de um edifício que não fosse uma “imitação passadista”, mas apresentando uma ligação com o ambiente local, por isso foram utilizados alguns elementos tradicionais como as treliças.⁶²

Neste ambiente de total ênfase na preservação cultural de uma cidade de período colonial e apresentação dos ventos contemporâneos de uma arquitetura nova, os alunos do Curso de Museus visitaram os pontos históricos de Ouro Preto como a Casa dos Contos, onde haviam sido aprisionados os Inconfidentes; o Chafariz dos Contos, que havia sido restaurado por Barroso na época em que fora diretor da Inspeção de Monumentos Nacionais; várias igrejas como a de São José, São Francisco de Paula e a Matriz do Pilar. Além dos pontos tradicionalmente turísticos, urbanísticos e arquitetônicos, foram observados os hábitos cotidianos da cidade e seus habitantes,

⁵⁹ SÁ, I. C. In: PITAGUARY, G. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.11-28.

⁶¹ BARROSO, G. A cidade sagrada. Anais Museu Histórico Nacional, 1944, v. V, p. 10.

⁶² Revista Municipal de Engenharia, 1942, p.82-87.

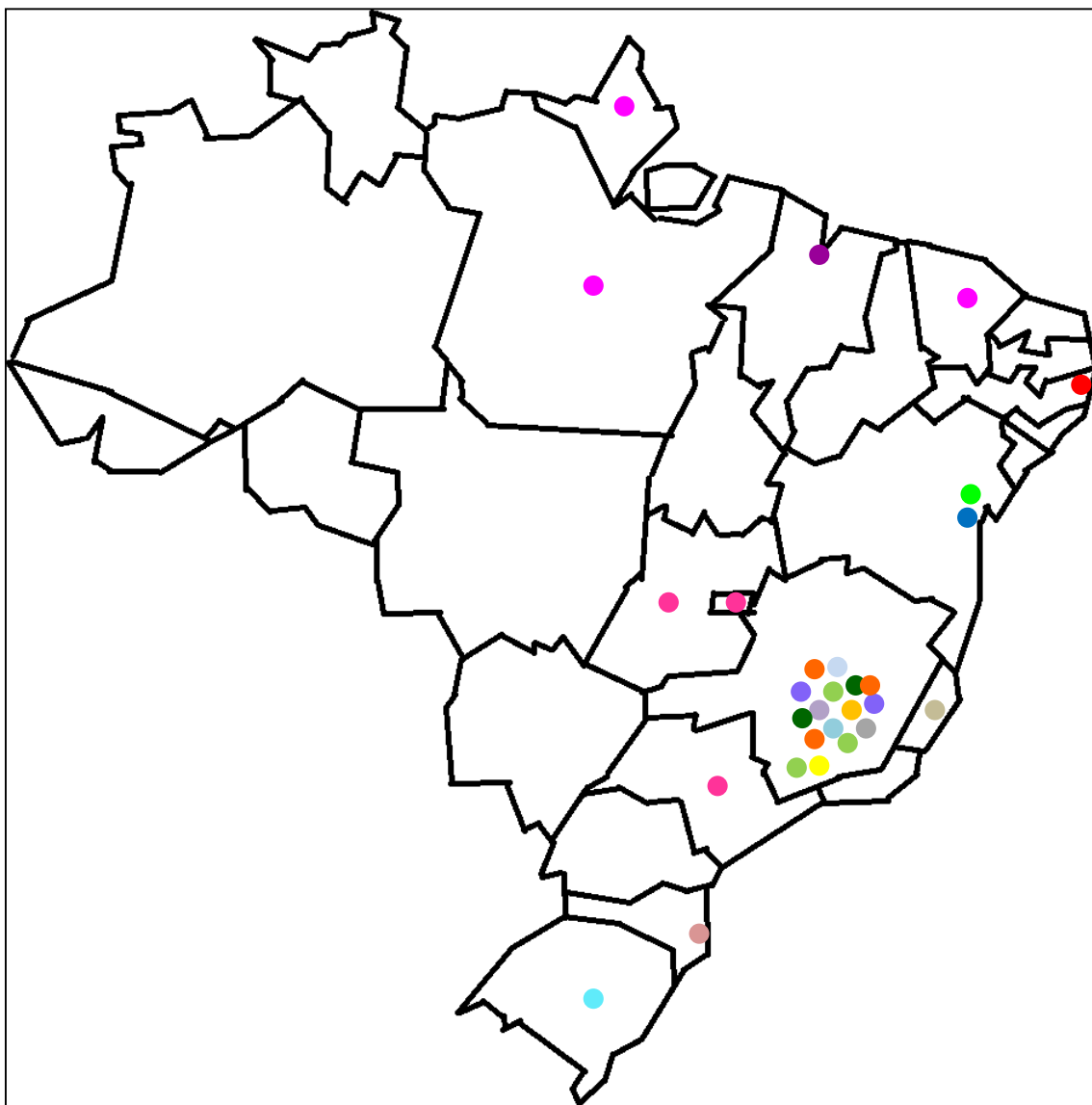
muito bem apontados por Pitaguary em suas memórias. Também aproveitaram a viagem para conhecer as cidades de Mariana e Congonhas do Campo, ambas dotadas de importantes aspectos patrimoniais. Para Sá⁶³, a experiência *in loco* com os monumentos, acervos e manifestações culturais, somada à oportunidade que os alunos tiveram de conhecê-las ao lado de seus professores, foram importantes para a construção de um momento de “fruição total”, onde os alunos se sentiam mais à vontade para questionar certos pontos e as aulas se estabeleciam num clima informal e emocionante, tanto para os alunos quanto para os professores, por estarem tão perto dos objetos de estudo. Apesar do Rio de Janeiro ser a capital cultural da época, a contar por seus importantes e novos museus criados na primeira metade do século XX, era importante para os alunos vivenciarem não só o dia-a-dia dessas instituições, mas todo o conjunto patrimonial das cidades históricas brasileiras e seus valores culturais. Numa fotografia tirada por Geraldo Pitaguary na Excursão a Ouro Preto, há uma nítida preocupação em registrar os costumes da cidade. A fotografia (Ver fig. 1) destaca a presença de cruzeiros enfeitados plantados pelos caminhos de Ouro Preto e despertou o interesse dos alunos durante a viagem. Elas faziam parte dos rituais devocionais e celebrações do dia 3 de maio, dia de Santa Cruz, muito festejado nas áreas rurais e principalmente em Minas Gerais. Destaque para a presença de uma análise de patrimônio imaterial durante a viagem, em 1945.

Durante a década de 1940 no Curso pós-reforma, todos os anos foram organizadas novas excursões por Gustavo Barroso. Após a primeira, a Ouro Preto, no ano seguinte, 1946, uma viagem a São João Del Rei e Tiradentes. A terceira, em 1947, a um conjunto de cidades em Minas Gerais: Lagoa Santa, Barbacena, Cordisburgo, Caxambu e Juiz de Fora. Em 1948, Baependi, São Tomé das Letras e Campanha. A quinta excursão, em 1949, uma viagem comemorativa para Salvador, ano de seu quarto centenário. E, em 1950, uma excursão às cidades de Pernambuco: Recife, Olinda, Igarassú e Goiana.⁶⁴ No mapa e legenda a seguir (Ver quadros 4 e 5), podemos perceber claramente a perspectiva de brasilidade que os alunos passaram a adquirir com as excursões elaboradas pelo Curso, até o ano de 1969.

⁶³ SÁ, I. C. In: PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.19.

⁶⁴ SÁ, I. C. In: PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.18.

QUADRO 4 – EXCURSÕES DO CURSO DE MUSEUS (1945 - 1969)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de SÁ, I. C. In: PITAGUARY, G. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.18.

**QUADRO 5 – CRONOLOGIA DAS EXCURSÕES DO CURSO DE MUSEUS
(1945 – 1969) / Legenda do Quadro 7**

1945	Ouro Preto – MG	
1946	São João Del Rey e Tiradentes - MG	
1947	Lagoa Santa, Barbacena, Cordisburgo, Caxambu e Juiz de Fora - MG	
1948	Baependi, São Tomé das Letras, Campanha - MG	
1949	Salvador - BA	
1950	Recife, Olinda, Igarassú, Goiana - PE	
1951	Belo Horizonte, Sabará, Barão de Cocais, Ouro Preto e Mariana - MG	
1952	São Luis, Alcântara e Rosário – MA	
1953	Cidades Históricas de Santa Catarina - SC	
1954	Diamantina, Sero, Santa Luzia, Sabará e Ouro Preto – MG	
1955	Belém – PA, Cidades do Ceará – CE, Amapá – AP	
1956	Nova Almeida, Jabaeté, Santa Leopoldina, Santa Tereza, Vale do Cnaan, Araçatuba, Guarapari, Anchieta e Cachoeira de Itapemirim - ES	
1957	Cidades do Rio Grande do Sul - RS	
1958	Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Sabará, Cordisburgo - MG	
1959	Ouro Preto, Mariana Congonhas do Campo, Sabará	
1960	São João Del Rey, Tiradentes, Belo Horizonte, Congonhas, Sabará e Ouro Preto - MG	
1961	Belo Horizonte, Congonhas, Sabará, Ouro Preto, Cordisburgo e Diamantina – MG	
1967	Cidades históricas de Minas Gerais – MG, Goiás – GO, São Paulo – SP e Brasília.	
1969	Salvador - BA	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SÁ, I. C. In: PITAGUARY, G. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.18.

É interessante observarmos a preocupação do Curso de Museus em deixar registrado, de maneira profissional, as excursões. O fotógrafo Eduardo Rodrigues

Dias de los Rios, chefe do Serviço Fotográfico do MHN⁶⁵, trabalhou no Museu até novembro de 1964, quando se aposenta⁶⁶. Los Rios não só ficou incumbido de registrar os momentos das excursões dos alunos do Curso, como também era responsável pelas fotos das exposições do MHN, presentes em seus Anais. O NUMMUS possui um álbum de fotografias tiradas por Los Rios na cidade de Ouro Preto, evidenciando seus monumentos, seu traçado urbano e suas obras de arte. A ideia era também organizar uma fonte de referências visuais relativas às cidades visitadas para dar suporte didático às disciplinas do Curso de Museus, sobretudo, as de História da Arte.



Fig. 1: Morro da Queimada, Ouro Preto. 1945. (Acervo NUMMUS – Coleção Geraldo Pitaguary)

⁶⁵ SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional / Graciele Karine Siqueira; orientador: Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro, 2009, p. 35.

⁶⁶ Relatório Setorial do MHN. 1963/1964.



Fig. 2: Rio Maranhão, Congonhas do Campo. Fotografia de Eduardo de Los Rios, 1945. (Acervo NUMMUS – Coleção Geraldo Pitaguary)



Fig. 3: Da esquerda para a direita, Adalberto Tecles, Clóvis Bornay, Guajajara Sampaio, Prof. Mario Barata e Maria Augusta Machado em frente à Portada da Matriz do Pilar. Ouro Preto. Fotografia de Ângelo Labanca. (Acervo NUMMUS – Coleção Geraldo Pitaguary.)

Após a Reforma e a introdução das excursões no Curso de Museus, que trouxeram aos alunos a vivência com o patrimônio imaterial da cultura brasileira, foi elaborada, pela Prof.^a Eneada Rodrigues Vieira, de Etnografia, com a colaboração de Maria Augusta Machado, ainda aluna, uma visita ao terreiro Cobra Coral na Mata da Gávea, em 1945.⁶⁷ Sendo dois dias de aula de campo com a Prof.^a Eneada, ali os alunos vivenciaram a exploração de uma tipologia de patrimônio cultural que, tinha relação com as raízes brasileiras. A propósito, a excursão a Salvador, em 1944, havia previsto uma visita a um antigo Terreiro de Candomblé. Tudo isto, a nosso ver, mesclando não somente a preocupação em valorizar as raízes nacionais, mas também as manifestações de cunho popular.

Além do levantamento fotográfico feito nas excursões, havia também a preocupação em coletar objetos de arte popular regionais para o acervo do MHN. Exemplo disso é a Coleção do Prof. Gerardo Alves de Carvalho, que era ampliada a cada excursão, com artefatos típicos adquiridos nas localidades visitadas. Fazia parte da coleção, instrumentos de origem afro-brasileira, assim como narra Gerardo de Carvalho nos Anais de 1948 do MHN, como um agogô e um ganzá, hoje integrados ao acervo do NUMMUS.

De fabricação mais recente, existem numa pequena coleção de objetos folclóricos que se está organizando nas salas do Curso de Museus, dois “agogôs”, um “adjá”, um “ganzá”, um “berimbau” e dois “caxixis”, reunidos para simples demonstração aos alunos que o frequentam. (...) Do estado do Espírito Santo foi trazido pela Prof.^a Nair de Moraes Carvalho, outro instrumento idiófono, bastante curioso pela sua feitura e que se denomina “ganzá”. (...) é certo que o “canzá” tem papel destacado como instrumento marcador de ritmo nas manifestações e folguedos afro-brasileiros. (CARVALHO, 1948, p. 151-152.)

Na visita ao Terreiro Cobra Coral, os alunos vivenciaram uma festividade dedicada aos santos Cosme e Damião, porém, foi ressaltado o objetivo da excursão por Maria Augusta Machado⁶⁹: “Apenas dois professores assumiram a responsabilidade da aventura com objetivos didáticos: Eneada Rodrigues Vieira e Mário Barata (...)”. Muitos alunos foram acompanhados de parentes que ficaram um pouco receosos da visita durante à noite ao local, além de serem advertidos pelos professores de como deveriam se comportar. “Medo e curiosidade tomavam conta de todos”, afirmou Maria Augusta, mais pela escuridão e animais da mata. A curiosidade de conhecer a manifestação cultural sobrepujou a resistência e receio dos alunos. Não eram os únicos visitantes do local, lá também estavam professores e diplomatas da

⁶⁷ Documento Oficial do Curso de Museus – Biblioteca Doc Pro MHN.

⁶⁹ Memória da Aluna Maria Augusta Machado em outubro 1945. Documento do Curso de Museus, MHN. Biblioteca Doc Pro MHN.

Aliança Francesa. Nos dias que se sucederam os alunos tiveram aulas e fizeram trabalhos referentes à aula prática de campo. A experiência que tanto agitou os alunos do Curso de Museus foi finalizada com um texto escrito pela professora Eneada Vieira no quadro negro da sala de aula do Museu Histórico Nacional: uma receita do Caruru Baiano.

Tudo isto nos permite aferir que o nacionalismo passava também pela busca das raízes culturais brasileiras e não somente pelas tradições militares ligadas ao ufanismo de cunho heroico. Vale lembrar que o período Vargas marca a valorização pela cultura popular, datando desta época a presença da música popular brasileira, o samba, a marchinha e o choro, no pavilhão brasileiro na Feira de Nova Iorque⁷⁰, em 1939, assim como as baianas e os jangadeiros da pintura de Portinari, nesta mesma exposição divulgando a arte brasileira na América do Norte.



Fig. 4: Fotografia da Sala de Conferências do Museu Histórico Nacional, 1942. Anais do MHN. (Acervo NUMMUS – Coleção Adolpho Dumans).

⁷⁰ WILLIAMS, D. Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime – 1930-1945. Duke University, Press Durham, London, 2001, p. 752.

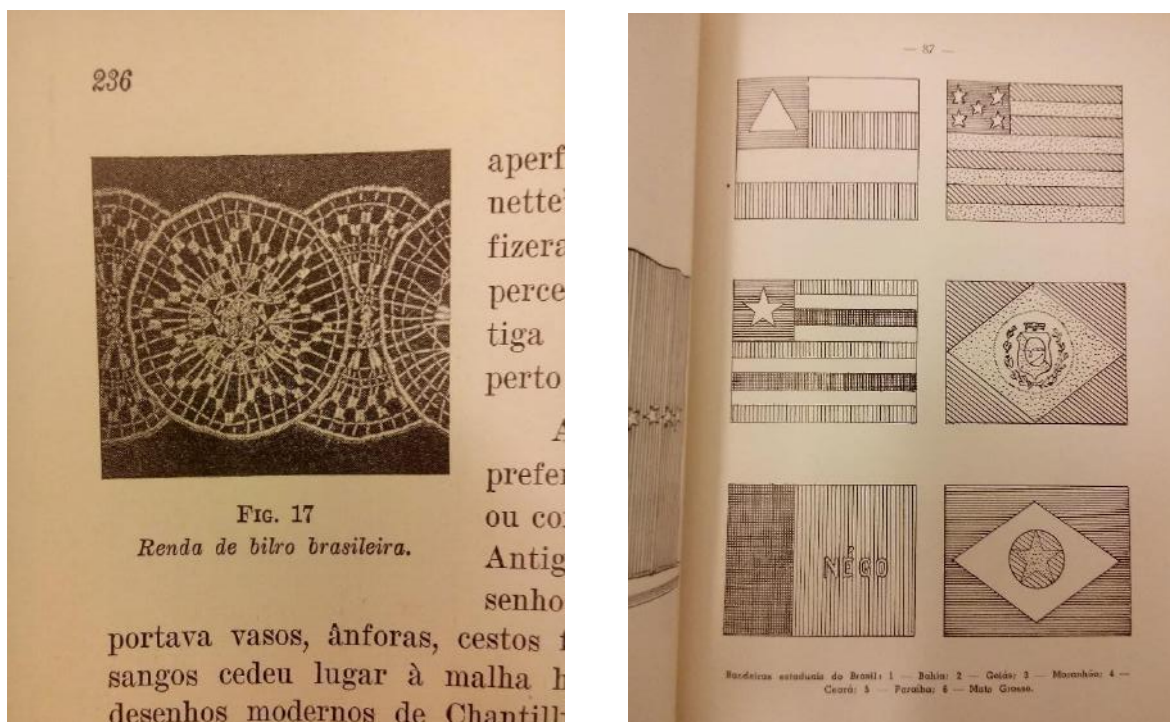


Fig. 5 e 6: Página do livro de Artes Menores da Prof^a Jenny Dreyfus da seção de Rendas. Entre as tipologias europeias, a renda de bilro representante da cultural popular brasileira. Página do livro Technica de Museus, do Prof. Gustavo Barroso, representando as bandeiras brasileiras e seus respectivos esmaltes heráldicos. (Acervo NUMMUS – Coleções Nair de Moraes Carvalho e Antonio Pimentel Winz, respectivamente).

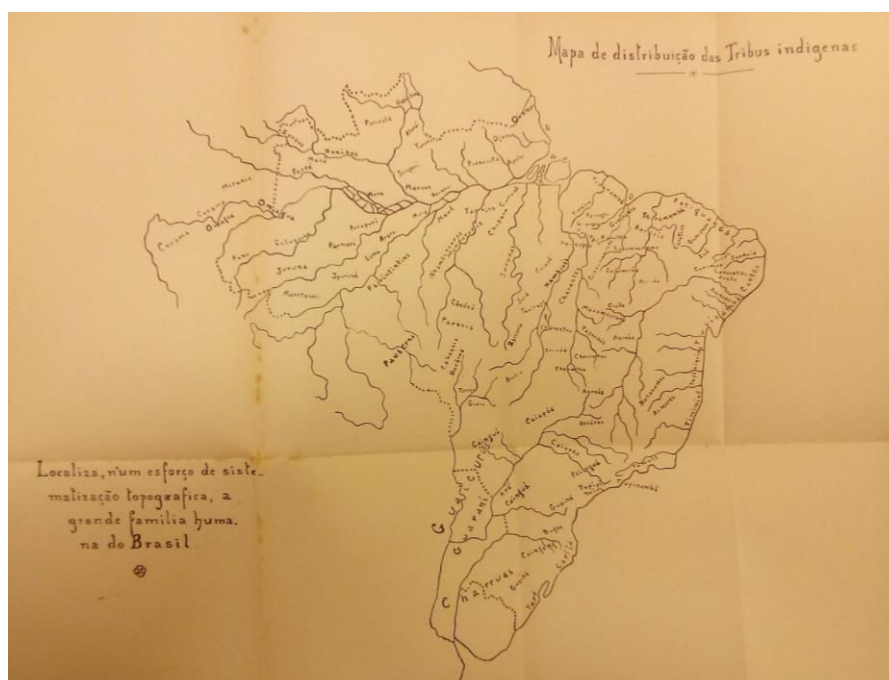
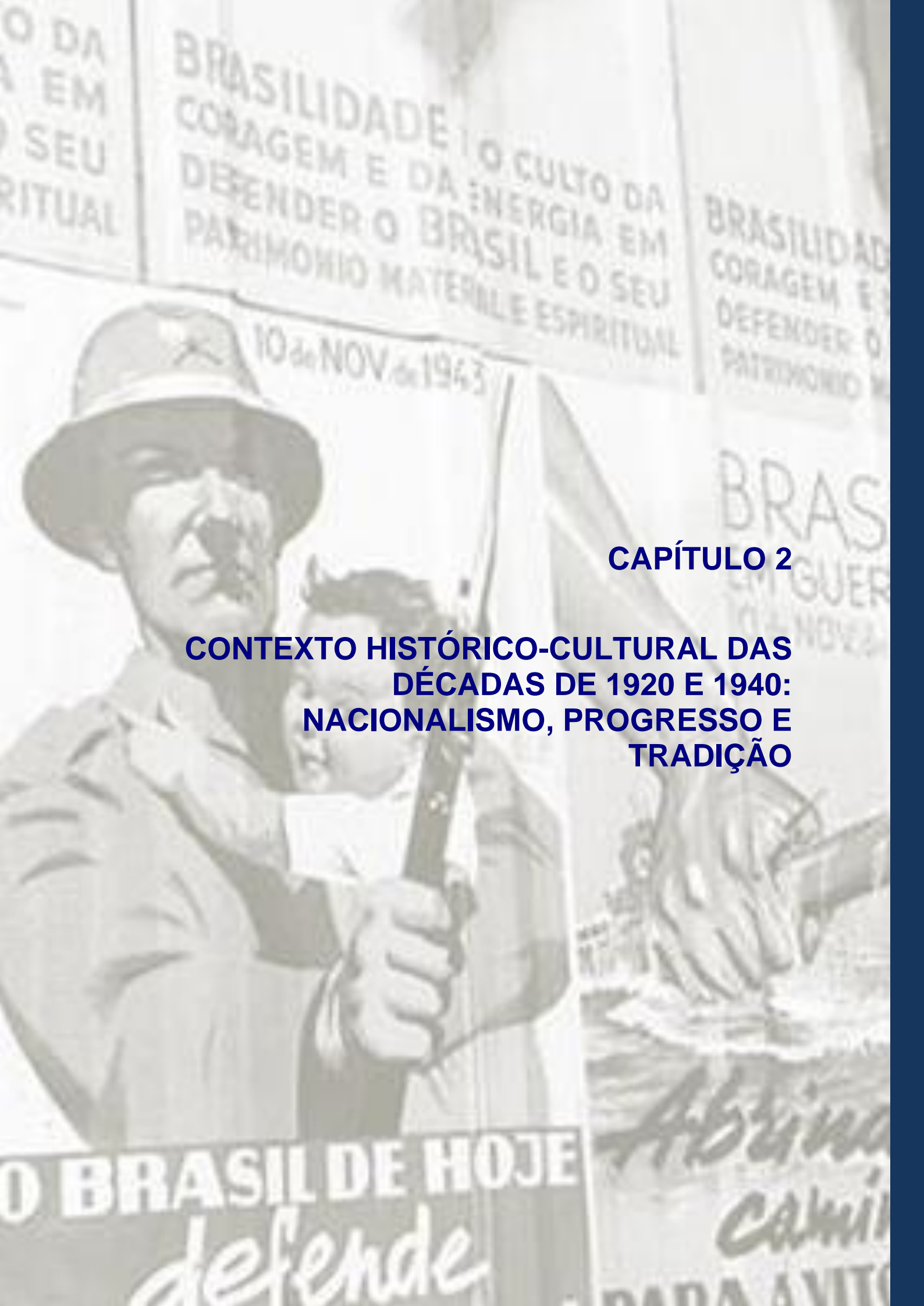


Fig. 7: Mapa brasileiro e distribuição das tribos indígenas do país. Página do livro Archeologia Brasileira do Prof. Angyone Costa. (Acervo NUMMUS – Coleção Regina Liberalli).



CAPÍTULO 2

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DAS DÉCADAS DE 1920 E 1940: NACIONALISMO, PROGRESSO E TRADIÇÃO

CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DAS DÉCADAS DE 1920 E 1940: NACIONALISMO, PROGRESSO E TRADIÇÃO

2.1 - A primeira metade do século XX e a questão do Nacionalismo

Tendo despontado na França de finais do século XVIII, durante a Revolução Francesa, o Nacionalismo marcou o início de novas perspectivas históricas, cujos efeitos foram sentidos não somente no continente Europeu, mas de maneira significativa nas antigas colônias americanas. Nascido como uma ideologia revolucionária, anti-imperialista, o Nacionalismo, em suas diversas manifestações, busca como objetivo principal a constituição de uma identidade nacional. Monserrat⁷¹ se refere ao nacionalismo como um “sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm vontade de decidir sobre seu destino político comum”. Mais do que um movimento estritamente político, o Nacionalismo aborda a preservação da nação através de seus campos culturais. O século XX é marcado por diversos períodos de predominância de ideologias nacionalistas, presentes nas políticas socioculturais das potências mundiais, sobretudo no período que corresponde às duas grandes guerras mundiais, 1914-1919 e 1939-1945, ambas com profundas implicações no contexto brasileiro.

As consequências sociais da Revolução Francesa atingiram os grandes proponentes do Nacionalismo, descritos por Hobsbawn em *A Era das Revoluções*⁷², como as camadas médias e inferiores das categorias profissionais, administrativas e intelectuais, ou seja, as classes educadas. Com isso, o avanço do Nacionalismo de classe média demarcou um progresso educacional de um grande número de pessoas em áreas que até então eram ocupadas apenas pela elite. Como consequência, o progresso das escolas, universidades e pessoas “instruídas” aumentou consideravelmente e o século XIX ficou marcado pelo aumento da quantidade de jovens em busca do ensino universitário. Percebemos com isso que, atrelando-se aos princípios do nacionalismo, a educação acadêmica e o ensinamento das grandes áreas, como a História, a História da Arte, o Direito, entre outras, serviu de mote para os intelectuais iniciarem a busca pela construção de uma ideia de nação.

O Academicismo artístico, por exemplo, embora tenha sido fortemente combatido pelos revolucionários franceses e colocado em balança com a aparição do Romantismo, um “inimigo instintivo” da sociedade burguesa⁷³, carregou fortes traços nacionalistas. Mario Barata destaca a força da presença e das características das

⁷¹ MONSERRAT, G. Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX. 1997, p. 10.

⁷² HOBBSAWN, E. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014, p. 217.

⁷³ HOBBSAWN, E. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014, p. 401.

escolas de arte na construção de nacionalidade⁷⁴ ainda no Brasil monárquico, com a vinda da Missão Artística Francesa até a Independência política brasileira com a implantação da construção da Academia Imperial de Belas Artes.⁷⁵ Barata destaca o papel exercido pela arte na afirmação e organização de um país até as mudanças de estilo trazidas durante o século XIX – Romantismo e Realismo – que acarretaram na construção de um novo Brasil, este, vinculado à Independência e a construção de um estado nacional.

Os reflexos nas Américas dos conceitos nacionalistas durante o século XX se instituíram em meio a um grupo de intelectuais e políticos que se engajaram na propagação de doutrinas nacionalistas. Segundo Hobsbawm em *Os intelectuais: papel função e paradoxo*⁷⁶, a função social dos intelectuais aumentou durante o século XIX, e, no fim deste século, o empreendedorismo capitalista havia produzido tanta riqueza que muitos integrantes jovens da classe média podiam se dedicar inteiramente às atividades intelectuais e culturais. Posteriormente, durante o século XX, as guerras ideológicas e revoluções avivaram o engajamento político dos intelectuais, que atravessou a Segunda Guerra e foi fortemente observada até a década de 1970.

Depois das Revoluções Americana e Francesa, o vocabulário do Iluminismo do século XVIII, com sua sólida confiança no futuro das ideologias com raízes naquelas grandes reviravoltas, disseminou-se entre os campeões do progresso político e social no mundo inteiro. Uma coalizão dessas ideologias e dos Estados que as patrocinavam obteve talvez seu último triunfo na vitória contra Hitler na Segunda Guerra Mundial. (...). (HOBSBAWN, 2013, p. 231-232.)

No âmbito brasileiro, muitos intelectuais se engajaram na propagação de ideias e discursos dos rumos sociopolíticos durante a entrada e início do século XX. Gustavo Barroso, advogado e escritor brasileiro, fez parte deste grupo que via no Nacionalismo um instrumento civilizatório. Entretanto, apesar de expressar suas convicções políticas com clareza, Barroso se baseava no “Culto da Saudade” em seus trabalhos e projetos que, segundo Aline Montenegro Magalhães, representaram um desejo de idealização do passado, “para trilhar passos para um futuro promissor”⁷⁸. O que podemos perceber é que, apesar de ser um intelectual especificamente político, totalmente envolvido com uma máquina tradicionalista e conservadora, contrariando algumas correntes modernas de seu tempo, Barroso embarcou em um projeto de preservação

⁷⁴ BARATA, M. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLANDA, Sérgio B. (Org). História Geral da Civilização Brasileira, Volume II, Tomo III, O Brasil Monárquico - reações e transações. São Paulo: Difel, 1982, p. 409-424.

⁷⁵ Em 1890, transformada em Escola Nacional de Belas Artes.

⁷⁶ HOBSBAWN, E. Tempos fraturados. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 231-232.

⁷⁸ MAGALHÃES, A. Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959). Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.18.

da memória de uma maneira lírica e, de certa forma, através de um segmento “modernista” diferenciado dos outros modernos do início do século. Modernista no sentido de promessa, idealização de um futuro através de atos presentes voltados ao passado.

Dentro do contexto de reconhecimento da identidade nacional junto ao engajamento intelectual, podemos perceber que o Nacionalismo se apresenta em duas vertentes, uma preservacionista de um passado nostálgico e outra precursora de um presente moderno, com novidades artísticas e tecnológicas. Entretanto, Daryle Williams⁷⁹ coloca Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Mário de Andrade, no mesmo patamar nostálgico de Barroso e outros tradicionalistas defensores do Neocolonial, como Ricardo Severo e José Mariano. Para ele, assim como os “tradicionalistas”, os modernistas viam no passado a beleza e inspiração para suas criações, a exemplo da viagem realizada em 1924, pelos modernistas a Ouro Preto⁸⁰. Eles viam nos “gloriosos vestígios do passado brasileiro” elementos de brasilidade inspiradores em suas obras *avant-garde*.

Regina Abreu também comenta a bipolaridade no pensamento nacionalista da época: “Se, de um lado, trata-se de conhecer e identificar os traços da nacionalidade, de outro lado, surge a necessidade de preservar os suportes materiais capazes de evocar a ideia de nação.”⁸¹ Porém, apesar da carga romântica encontrada nas ideias nacionalistas, não é anulada a função como recurso estatal recorrente para a propagação de ideias e de propaganda governamental. Nesse sentido, podemos citar as Exposições Universais como exemplos claros de expressão nacionalista governamental. As Exposições Universais, que se iniciaram no século XIX, mais precisamente em 1851, na Inglaterra, foram precedentes de divulgação nacional dos países que a hospedaram. Influenciando o desenvolvimento de diversos setores da sociedade, sua estrutura e condição de espetáculo, representavam o desenvolvimento das nações e o progresso trazido pela ciência e indústria na modernidade. Percebemos, assim, que as Exposições Universais, posteriormente denominadas mundiais, expressavam o conteúdo nacionalista da virada do século XIX para o século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

⁷⁹ WILLIAMS, D. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime – 1930-1945*. Duke University, Press Durham, London, 2001, p. 858.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 860.

⁸¹ ABREU, R. *Caderno de debates. Ideólogos do Patrimônio Cultural: A singularidade dos museus*. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Departamento de Promoção, p. 93.

Oliveira⁸² aborda o contexto da segunda metade do século XIX, onde a sociedade brasileira passa por mudanças fundamentais com a chegada da República, a Constituição (não outorgada), o fim do trabalho escravo e a modernização e industrialização das grandes cidades. A reurbanização do Rio de Janeiro, considerada o grande projeto brasileiro, contribuiu para divulgar o progresso brasileiro, e a Exposição de 1908 serviu de marco nesse sentido, sendo acompanhada pela Exposição Internacional de 1922, também realizada na capital, um verdadeiro “retrato em miniatura do mundo moderno”.⁸³

A Exposição Internacional ocorrida no Rio de Janeiro em 1922, foi uma verdadeira celebração à Nação e à Independência brasileira (Fig. 8), convertendo-se em cenário para a criação do Museu Histórico Nacional, primeiro museu histórico brasileiro de caráter nacional, por sua vez, origem da criação do primeiro Curso de Museus. O Museu Histórico Nacional representou o objetivo civilizatório e disciplinar das nações no início do século XX. As obras de arte exibidas na Exposição são exemplos disso. Várias foram encomendadas pelo próprio Governo Federal⁸⁴, como, por exemplo, a *Primeira Sessão do Conselho de Estado*, de Georgina de Albuquerque (Fig. 9), que retratou o momento decisivo de setembro de 1822, quando a Princesa Leopoldina, numa reunião do Conselho, colocou-se pró-independência do Brasil e enviou cartas à D. Pedro que se encontrava a caminho de São Paulo. Para Williams, a obra de Albuquerque ganhou seu mérito em oposição à paixão inflamada retratada no *Grito da Independência*, de 1886, obra emblemática de Pedro Américo, verdadeira exaltação do momento histórico da proclamação da Independência. Desse mesmo modo, a chegada de um novo século e a Exposição do Centenário, trouxeram a memória ufanista da Independência como evolução, não ruptura.

Existem muitos estudos que apontam a forte relação entre museus e a formação dos Estados nacionais, em *Museus Brasileiros e Política Cultural*, Myrian Sepúlveda dos Santos aborda alguns desses trabalhos, como o de John R. Gillis, *Commemorations: The Politics of National Identity*, no qual a memória é classificada como cerne da política moderna e vice-versa. Para Santos, alguns destes trabalhos, influenciados por Foucault, apontam a maneira em que os museus, assim como outras instituições abertas ao público, foram capazes de “ordenar, civilizar e disciplinar” a população.

⁸² OLIVEIRA, S. R. O Século XIX e as Exposições Universais. Seminário de História da Cidade e Urbanismo, V.11 n. 5. São Paulo, 2010, passim.

⁸³ Ibidem, p. 20.

⁸⁴ WILLIAMS, D. Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime – 1930-1945. Duke University, Press Durham, London, 2001, p. 781.

Do mesmo modo se institui o estilo arquitetônico neocolonial, reafirmando as raízes nacionalistas, que acabou por repercutir nos eventos posteriores à Exposição do Centenário. O Brasil, agora, é um país de vanguarda identitária. O Grande Palácio das Indústrias, projetado por Archimedes Memória, foi adaptado no antigo Arsenal de Guerra, no qual foi instalado o Museu Histórico Nacional⁸⁵. Ainda em 1914, em conferência realizada pela Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, o engenheiro português, Ricardo Severo, descreve os objetivos da arquitetura neocolonial comentando sobre a antítese entre as manifestações “retrógradas” de arte e o progresso nacional.

Não procurem ver, meus senhores, nesta veneração tradicionalista, diluída em nostálgica poesia do passado, uma manifestação de saudosismo romântico e retrógrado. Com efeito, para criar uma arte que seja nossa e de nosso tempo cumprirá, qualquer que seja a orientação, que não se pesquisem motivos, origens, fontes de inspiração para muito longe de nós próprios, do meio em que decorreu o nosso passado e no qual terá que prosseguir o nosso futuro." (SEVERO, 1914, In: SILVA, 2006, p. 17.)

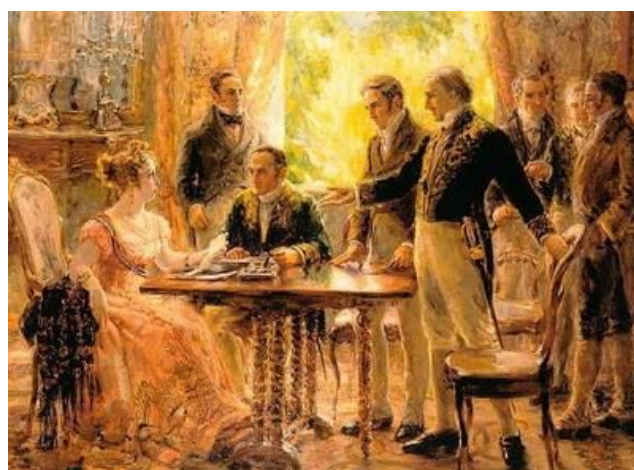


Fig. 8 e 9: Exposição de 1922, Pavilhão da Indústria, posteriormente, Museu Histórico Nacional / Arquitetura Neocolonial. Foto: Culture Wars of Brazil – Acervo LC-AHC. Primeira Sessão de Conselho de Estado, Georgina de Albuquerque, 1922. (óleo s/ tela). (Acervo Museu Histórico Nacional).

Fortes indutores e instigadores do Nacionalismo brasileiro do início do século XX, foram os intelectuais que procuraram intensamente evocar os ideais patrióticos em seus discursos. Não somente Gustavo Barroso, mas também podemos citar Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Patrícia “Pagu” Galvão, Pedro Calmon, Sérgio Buarque de Hollanda,

⁸⁵ O Paiz, 1922, p. 11.

entre outros. Para Hobsbawn, em *Tempos Fraturados*, no período pós Revoluções Americana e Francesa, o vocabulário do Iluminismo do século XVIII, “com sua sólida confiança no futuro das ideologias com raízes naquelas grandes reviravoltas, disseminou-se entre os campeões do progresso político e social no mundo inteiro.”⁸⁷ Percebemos, então, que a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa, e, conseqüentemente, a Revolução Americana, marcaram uma influência no Brasil, sobretudo na luta pela independência, ainda no século XVIII e, reflexo disso, no início do século XX, com as comemorações do Centenário e grandes movimentos saudosistas do passado político do Brasil Nação (veremos isso posteriormente no capítulo 3). Esse sentimento nacional finca-se também durante a Segunda Guerra, quando a sociedade brasileira, reflexo de uma engrenagem mundial, se engajou em um projeto patriótico, sobretudo no contexto sociocultural e, inclusive, no contexto dos museus.

A Segunda Guerra Mundial é considerada por muitos estudiosos um divisor de águas. Hobsbawn rotula a Segunda Grande Guerra como o “fim universal dos impérios coloniais”,⁸⁸ já encabeçada pela Primeira Guerra, onde um conjunto de acontecimentos abalou seriamente a estrutura do colonialismo mundial⁸⁹. Até então, a política, a economia e a cultura estavam voltadas para as cidades europeias, consideradas, tradicionalmente, polos de ciências, artes, música, moda e comércio. As antigas e principais metrópoles da Europa se veem substituídas pelo chamado “Novo Mundo”, mais especificamente os Estados Unidos da América, a nova potência mundial. Durante o século XIX, Paris fora considerada a capital cultural do Ocidente, posição anteriormente pertencida à Roma. Porém, o Liberalismo e a Democracia norte-americana impressionaram o mundo, além de terem exercido uma forte influência nos países latino-americanos. Os laços entre Brasil e EUA se estreitaram durante a Guerra e a pressão norte-americana na implantação de bases militares no litoral brasileiro para formação de uma “patrulha antinazista nas águas do Atlântico Sul”⁹⁰, eclodiram na chamada “Política da Boa Vizinhança” um conjunto de medidas diplomáticas com o intuito de negociar os detalhes da adesão brasileira aos Aliados. Percebemos, então, que Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que se empenhava em exaltar as características nacionais, ratificava a influência norte americana em mais um país da América do Sul.

⁸⁷ HOBBSAWN, E. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014, p. 229.

⁸⁸ HOBBSAWN, E. A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 214.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 208.

⁹⁰ NETO, L. Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 401.

As características políticas e sociais do *american way of life* influenciaram o mundo ocidental. O estilo de vida americano, significado da expressão, se caracterizou como uma modalidade comportamental de âmago nacionalista que divulgara-se como a proposta mais convincente de liberdade e procura da felicidade⁹¹. Em 1931, James Truslow Adams⁹² definira o que seria o chamado “Sonho Americano”, afirmando que “a vida deveria ser melhor e mais rica e mais completa para todos, com oportunidades para todos”. Esta afirmação nos leva a compreender o sentimento de otimismo vivido no mundo ocidental pós-I Guerra, que atravessou o período de Guerra Fria. Muitos embarcaram neste estilo de vida e sonharam com a vida norte-americana, estética, social e culturalmente.

Além dos fatores de influência cultural da Segunda Guerra, todo o massacre ocasionado durante os conflitos convergiram para a criação de um conjunto de medidas internacionais que objetivavam a cooperação pela paz mundial. No total, quatro acontecimentos decisivos para a análise e tomada de medidas perante os estragos: A Conferência de Yalta, a organização da Carta das Nações Unidas, a criação da ONU; Organização das Nações Unidas, e, por fim, a publicação da Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Esta última, elaborada por Eleanor Roosevelt, possuía questões específicas relacionadas à cultura, fazendo parte dos direitos assegurados pela carta:

Artigo 22° Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. (...)

Artigo 27° 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. 2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria. (ONU, 1948, *on-line*.)

Outro ponto a se destacar referente à Segunda Guerra é a histórica relação entre cultura e poder. Durante o período bélico, essa relação se estreitou por toda a Europa. A invasão da França pelos alemães e a subordinação francesa que perdurou quatro anos são frequentemente representadas pela entrada de Hitler em Paris, no ano de 1940. “Era a primeira visita de Hitler à Cidade Luz e o itinerário

⁹¹ Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados (...). EUA, 1776, p.1.

⁹² Historiador e escritor estadunidense, autor do termo “*american dream*”.

meticulosamente traçado dava ênfase aos monumentos arquitetônicos”⁹⁴. Segundo Lynn H. Nicholas, muitos teriam escutado os planos de Hitler de aniquilar Paris, como fora feito com Varsóvia, porém os planos foram bloqueados ao percorrerem pela cidade. Apesar disso, o espólio de objetos históricos e obras de arte foram sintomas fatídicos da guerra e do processo oficial da política nazista, totalitária e nacionalista. Foi preciso uma calma heroica por conta dos Aliados para a proteção de objetos de arte e símbolos nacionais. Percebemos, então, que a apropriação dos tesouros nacionais durante a Guerra é um dos exemplos de luta pelo poder entre as nações envolvidas. Uma das demonstrações de poder da Alemanha nazista a ser destacada foi à luta contra o Modernismo e os novos estilos estéticos da arte. Para Adolf Hitler estas não eram formas de arte a serem consagradas ou até mesmo consideradas como belas artes. Denominadas de “arte degenerada”⁹⁵ muitas foram as obras literalmente menosprezadas em exposições organizadas pelos nazistas e até mesmo destruídas, por pura demonstração de poder e imposição de opinião sob a cultura internacional.



Fig. 10: Trabalho de documentação das obras de arte dos museus franceses durante as medidas de proteção e resgate das obras. (Foto: Livro Europa Saqueada)

⁹⁴ NICHOLAS, L. H. Europa Saqueada. O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 135.

⁹⁵ NICHOLAS, L. H. Europa Saqueada. O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 198.



Fig. 11: Trabalho de acondicionamento dos lustres do Museu Hermitage, na Rússia durante a II Guerra Mundial. (Foto: Livro Europa Saqueada)

Foi um momento decisivo para as medidas de proteção ao patrimônio, o que iria refletir na criação do Conselho Internacional de Museus, imediatamente após o término da Guerra. Uma espécie de outro acordo entre as nações, agora se referindo especificamente aos museus e ao patrimônio.

Com a criação da UNESCO se declarou que a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade seriam indispensáveis para a justiça, liberdade, paz e dignidade do homem, constituindo um “dever sagrado de todas as nações, em um espírito de assistência mútua”⁹⁶. Tendo como algumas de suas propostas assegurar a conservação e proteção da herança mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e ciência, e, além disso, incentivar a cooperação entre as nações no que se referia ao intercâmbio de profissionais da educação, ciência e cultura, troca de publicações, **objetos de interesse artístico e científico e outros materiais de informação**. Antes mesmo da Segunda Guerra, no ano de 1919, fora criada a Sociedade das Nações⁹⁷, reflexo da Primeira Guerra, consistindo num primeiro passo para as medidas de cooperação cultural entre os países em um Tratado de Paz. Entre seus membros da Conferência de Paz, realizada em 1919, estava Gustavo Barroso⁹⁸, representante, na qualidade de secretário, da delegação brasileira e, posteriormente,

⁹⁶ UNESCO. A Chronology of UNESCO: 1945-1987. Paris, 1987, p. 8.

⁹⁷ Pacto da Sociedade das Nações, 1919.

⁹⁸ MARTIN, P. A. Who's who in Latin America. Stanford University Press, California. 1935, p. 41.

representante na Comissão Internacional de Monumentos Históricos, criada pela Sociedade das Nações. Tal Comissão fazia parte do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual, estabelecido em 1922.

Compreendendo um novo passo de incentivo e proteção ao patrimônio e cultura, é criado, em 1946, como já observamos, o Conselho Internacional de Museus. Um passo bastante específico agora na área museológica. Anteriormente, seu precursor, o Office International de Musées (Escritório Internacional de Museus), teve suas atividades paralisadas durante a Segunda Guerra. Chauncey J. Hamlin, primeiro presidente do ICOM, associa a ligação direta da criação do Conselho com a Carta das Nações Unidas, após o fim da Guerra, que trazia como um dos temas a cooperação das nações em acreditar nas áreas de Educação e Cultura como objetivos da paz e do bem-estar da humanidade, ideia posteriormente reafirmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo XXII, onde os governos se comprometem a efetivação de medidas para o direito, entre outros, à cultura, indispensável à dignidade e ao livre desenvolvimento de personalidade. A Assembleia Constituinte do ICOM - *Assemblée Constitutive de l'ICOM*⁹⁹, realizou diversas reuniões no Museu do Louvre, no mês de novembro do mesmo ano. Entre as delegações presentes, se encontrava o Brasil, na pessoa do Conservador de Museus, Mario Antonio Barata, diplomado pelo Curso no ano de 1940 e sendo o único representante latino-americano. Barata era professor de Artes Menores do Curso de Museus e havia recebido do Governo francês uma bolsa de estudos, tendo frequentado, naquele ano, a Escola do Louvre. Estas medidas cooperaram para um projeto mundial de proteção e exaltação da cultura e patrimônio e serviram de engrenagem no que se refere ao dinamismo cultural de todos os países, inclusive o Brasil.

2.2 - Era Vargas e Políticas Socioculturais 1930 - 1945

“Ninguém arrebatava das minhas mãos a bandeira nacionalista.” (Getúlio Vargas, em cartaz de propaganda de Governo, 1953. Fonte: Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro.)

O governo de Getúlio Vargas se caracterizou pela tendência autoritária e a ditadura propriamente dita durante o Estado Novo, contrariando sua própria plataforma de governo, que propunha “restituir a democracia e a liberdade do povo, recuperando a economia”¹⁰⁰. Apesar desta característica, a legislação tutelar e paternalista de

⁹⁹ FERRIOT, L'icom, un Réseau Departage et D'échanges pour les professionnels de musées. Rhône Le Département, 2009, p. 78.

¹⁰⁰ KLOCKERNER, L. O Repórter Esso: A Síntese Radiofônica Mundial que fez História. EdIPUCRS, Porto Alegre, A. L. p. 45.

Vargas caminhou junto à uma época de grande produção cultural, comunicação de massas e incentivo à Educação, às Artes e ao Patrimônio, todas influenciadoras da estrutura ideológica política do Presidente.

O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi criado em novembro de 1930 (ANEXO 1), 11 dias após a posse de Getúlio Vargas em seu Governo provisório, revelando uma preocupação fundamental do novo governo. Seu primeiro ministro foi Francisco Campos, apoiador do movimento de renovação no ensino, a chamada “Escola Nova”¹⁰¹.

O Manifesto defendia a escola pública, laica, gratuita e obrigatória, em um esforço para que se elaborasse um plano nacional de educação, redefinindo os debates no campo educacional e influenciando várias regulamentações educacionais. (ANDREOTTI, 2006, p. 4.)

Em 1932, Washington Pires assume o Ministério da Educação, sendo substituído por Gustavo Capanema em 1934. Dentre as instituições que pertenceriam ao novo Ministério, constavam órgãos de formação artística, como a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música, bem como instituições científicas como o Museu Nacional.

Art. 5º Ficarão pertencendo ao novo ministerio os estabelecimentos, instituições e repartições publicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamin Constant, a Escola Nacional de Bellas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz, a Superintendencia dos Estabelecimentos do Ensino Commercial, o Departamento de Saúde Publica, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistencia Hospitalar. (BRASIL, 1930, *on-line*.)¹⁰²

O mandato de Capanema, que perdurou por mais de 10 anos, até 1945 com a saída de Vargas da presidência, foi mais marcante. Normalmente citada pela sintonia de suas propostas educativas às políticas socioculturais de Vargas. Ao lado de famosos intelectuais, Capanema deu continuidade a projetos da gestão de Francisco Campos. Foram seus consultores e colaboradores vários intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, chefe de seu gabinete, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira. Nota-se a representação da cultura nacional em seus diversos setores, reafirmando, assim, a essência nacionalista do governo Vargas. Um

¹⁰¹ ANDREOTTI, A. L. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacionaldesenvolvimentismo (1930 - 1964). Revista HistedBR, 2006, p. 4.

¹⁰² Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.

exemplo disso foi o fechamento de mais de duas mil escolas mantidas pelas colônias alemãs no sul do Brasil, após o rompimento de relação entre Brasil e Alemanha. O ato ficou conhecido como a “nacionalização do ensino”¹⁰⁴. Entre outras medidas, Getúlio estabeleceu a obrigatoriedade das escolas terem nomes brasileiros, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, proibição do ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos e a instituição das disciplinas (obrigatórias) de educação moral e cívica, todas essas medidas tomadas em 1938, no Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, antes do rompimento de relações com a Alemanha na Segunda Guerra.

Um dos projetos concretizados por Capanema de maior destaque foi a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, em 1937, e a reforma do Ensino Secundário, em 1942, marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico.¹⁰⁵ O novo sistema educacional proposto se baseava na divisão econômico-social do trabalho. Segundo Menezes e Santos, deste modo, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. A Educação, assim, estaria especificamente a serviço da Nação.

Durante a gestão de Capanema, foi projetado para ser a sede do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o edifício hoje denominado Palácio Gustavo Capanema, em homenagem a seu idealizador. Um marco na Arquitetura Moderna Brasileira, sob consultoria do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, representou a interseção entre cultura e educação durante o Governo Vargas. Na visão de Capanema, o desenvolvimento da educação estaria indissociável ao desenvolvimento da cultura. A atuação de Capanema correspondeu a um período onde se definiu uma política de valorização e, ao mesmo tempo, preservação do patrimônio cultural brasileiro. Foram tomadas diversas medidas de Proteção ao Patrimônio e Incentivo à Cultura, dentre elas a criação de novos museus e o surgimento do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao verificarmos os índices de criação de novos museus no Brasil durante o século XX, podemos perceber que é claro o aumento e crescimento progressivo a partir da entrada de Vargas no poder e a inserção de suas políticas culturais no país. Observamos assim que a política cultural brasileira, no que se refere à criação sistemática de instituições culturais, se inicia exatamente neste período.

¹⁰⁴ KREUTZ, L.; MALIKOSKI, A. Nacionalização do Ensino e o processo escolar entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. Universidade Caxias do Sul, 2014, passim.

¹⁰⁵ MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.



Fig. 12: Visita do presidente Getúlio Vargas ao Museu Nacional de Belas Artes, em agosto 1939, ao lado de Oswaldo Teixeira (diretor do museu) e Gustavo Capanema. Artigo do Jornal A Noite. (Acervo Hemeroteca da Biblioteca Nacional – A NOITE, 20 de agosto de 1939, Ano XXIX, N 9.888)



Fig. 13: Gustavo Capanema e Getúlio Vargas na inauguração do Museu Imperial em Petrópolis, 1943. (Foto: Acervo Museu Imperial).

2.2.1 - Museu Histórico Nacional e a Inspetoria Nacional de Monumentos

“O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis. (...) ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.”¹⁰⁶

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, durante o mandato do presidente Epitácio Pessoa. Segundo Abreu¹⁰⁷, em 1922, o governo republicano buscava, com a criação do Museu Histórico Nacional, recuperar o passado como constitutivo básico da nacionalidade. A ideia de nação pressupunha uma história, um passado. Concebido com o intuito de estimular um grande sentimento de celebração nacionalista, ocorreu em 1922, o Centenário da Independência Brasileira, dando ênfase à valorização da cultura e das tradições nacionais. Ao mesmo tempo em que se exaltava a conquista da liberdade e a independência da colônia portuguesa e as modernidades trazidas pelo novo século em uma Exposição Internacional¹⁰⁸, em plena capital brasileira, as comemorações exaltavam a História Brasileira, a Colonização, os aspectos da vida da Corte e o Império. Neste sentido, o Neocolonial, uma das tendências da arquitetura da época de cunho essencialmente revivalista, sintonizou-se com esta onda nacionalista na medida em que consistiu numa retomada das raízes culturais brasileiras provenientes da Península Ibérica¹⁰⁹, isto é, das origens do processo de colonização.

Gustavo Barroso, bastante influente na época, leva a Epitácio Pessoa, então presidente da República, a ideia de criação de um Museu Histórico Nacional, projeto que faria parte das novidades ufanistas das comemorações ao Centenário. O museu, instalado num prédio colonial com acréscimos neocoloniais, é inaugurado em 12 de outubro de 1922, data em que se comemorava a descoberta da América, outra referência nacionalista.

Em 1930, se inicia uma segunda fase no MHN. A chegada de Getúlio Vargas à presidência da República estreita os laços entre o Poder Executivo e a instituição. A relação entre o Museu Histórico Nacional e Getúlio Vargas fica clara e se torna um ponto forte no que se refere às medidas tomadas por Vargas em relação à Cultura.

¹⁰⁶ Gustavo Barroso, sob o pseudônimo de João do Norte, 25 de setembro de 1911, *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*.

¹⁰⁷ ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco: Lapa, p. 41.

¹⁰⁸ Símbolo de modernidade na Europa do final do século XIX, com forte caráter de exaltação à nação e ao progresso. (SANT'ANA, 2007).

¹⁰⁹ SÁ, I. C. *História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO*. *Anais do MHN*, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 10-42.

Vargas visitou algumas vezes o Museu Histórico Nacional sendo recebido pelo próprio Barroso. Existem registros de sua visita nos anos de 1939 e 1945. Dentro do Museu, foi inaugurada uma sala com seu nome, além de haver uma Coleção exclusiva de objetos doados por ele. Num discurso em que enaltece as benfeitorias de Vargas para a Cultura, o ministro Capanema destaca a relação entre Vargas e os museus brasileiros: “(...) antes do advento getuliano, abandonadas e esquecidas estavam as preciosidades históricas e artísticas do país, estragando-se umas, perdendo-se outras, desviando-se para o estrangeiro muitas.”¹¹⁰ E, mais especificamente, exalta seus cuidados ao MHN:

A inauguração, agora realizada, da Sala Getúlio Vargas no Museu Histórico Nacional, deve ser recebida pelo seu patrono como uma demonstração de reconhecimento pela grande obra empreendida na defesa do nosso patrimônio histórico e artístico, obra que há de figurar sempre entre as que mais proclamarão pelo tempo a glória do Presidente Getúlio Vargas. (VARGAS, 1945, *on-line*.)

A inauguração da Sala Getúlio Vargas ocorre em 1945, mas o relacionamento do presidente e da instituição iniciara em 1930, quando em novembro, Vargas doa para o museu uma bandeira usada pelas forças revolucionárias do Paraná. Daryle Williams¹¹¹ comenta que a Revolução de 1930 foi um período de incertezas para o MHN, o museu enfrentava uma crise financeira e institucional ao lado de uma crise econômica nacional, pequena frequência de público e as promessas de extermínio à República Velha por parte do candidato Vargas. Apesar disso, após Vargas assumir a presidência, o MHN se tornou sua “menina dos olhos”, firmando-se assim uma instituição integrada ao aparelho estatal.

¹¹⁰ Discurso publicado em “A Noite”, 17 de junho de 1945. CPDOC-GC 36.03.24/2g

¹¹¹ WILLIAMS, D. Sobre Patronos, Heróis e Visitantes. Anais Museu Histórico Nacional, 1997, v. 29, p. 142.



Fig. 14: Getúlio Vargas observa Gustavo Barroso em visita ao MHN em 15 de junho de 1945. Ao lado de Barroso, Adolpho Dumans (Turma de 1933) e Clovis Bornay (Turma de 1944), na época, funcionários do museu. (Acervo NUMMUS – Coleção Adolpho Dumans)

Um fato bastante sintomático do apoio dado por Getúlio Vargas aos museus, refere-se às constantes visitas que fazia não somente ao MHN, mas à várias outras instituições museológicas. Estas visitas eram fortemente registradas por fotografias e amplamente divulgadas em jornais e revistas. Podemos dizer que Vargas “inaugurou” uma nova relação da presidência com os museus, não verificada, pelo menos com esta frequência, em presidentes anteriores a ele. (Fig. 12, 13 e 14)

Por outro lado, observamos que a engrenagem de valorização ao patrimônio no Brasil não parou durante esta época. Em 1934, com o apoio de Vargas, Gustavo Barroso cria a Inspetoria Nacional de Monumentos (ANEXO 3), com a finalidade de identificar, classificar e restaurar os principais sítios históricos brasileiros. Até então, nenhuma entidade brasileira tinha embarcado um projeto neste nível nacionalmente. Entre 1934 e 1937, seus anos de funcionamento, a Inspetoria trabalhou na restauração e revitalização de diversos monumentos em Minas Gerais, mais especificamente na cidade de Ouro Preto, considerada então a capital histórica do País. Em 14 de julho de 1934 é aprovado um novo regulamento do MHN, no qual se organiza o “Serviço de Proteção aos Monumentos Nacionais e às Obras de Arte

Tradicionais”¹¹². Dois dias depois entra em vigor a nova Constituição do País, e o art. 148 dispõe: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios (...) proteger os objetos de interesse histórico e patrimônio histórico e artístico do país.”¹¹³ Ao mesmo tempo, corria entre o Ministro Gustavo Capanema, o escritor Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco, entre outros intelectuais, o projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN que, ao ser implantado, suplantou a Inspeção de Monumentos Nacionais.

2.2.2 SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

“Haveremos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram os nossos antepassados.” Getúlio Vargas em pronunciamento no dia 1º de julho de 1938, sobre a cidade de Ouro Preto.¹¹⁴

Clara Emília Malhano observa que, embora o processo de proteção ao patrimônio tenha se iniciado na década de 1920, o decreto-lei nº 25, de 1937 (ANEXO 4), de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, oficializou o processo de nacionalização brasileira por parte do Estado Novo. Como vimos, em 1937, é oficialmente criado o SPHAN. Após a extinção da Inspeção de Monumentos Nacionais, Barroso passa a fazer parte do Conselho Consultivo do SPHAN¹¹⁵, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade até o ano de 1967. Os primeiros anos de SPHAN foram marcados pelas medidas principais de preservação, visando à defesa do patrimônio nacional e uma consciência para o futuro em relação a isso.

No mesmo ano de criação do SPHAN, o arquiteto Lúcio Costa é enviado ao Rio Grande do Sul, à cidade de São Miguel das Missões, com o intuito de analisar os remanescentes dos aldeamentos indígenas fundados pelos jesuítas na época missionária. Em 1938, estes remanescentes são tombados e, em 1940, é criado o Museu das Missões. Um ano antes da criação do SPHAN, em 1936, Getúlio Vargas toma a decisão de repatriar os despojos dos inconfidentes, sepultados no continente africano. Era uma época de total recuperação da memória brasileira, principalmente se tratando de seus feitos heroicos relativos à busca pela independência. E em 1942, é criado o Museu da Inconfidência.

¹¹² MALHANO, C. E. S. M. B. Da Materialização à Legitimação do Passado. FAPERJ, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2002, p.93.

¹¹³ BRASIL, 1934, passim.

¹¹⁴ VARGAS, apud. OLYMPO, A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. 1944, p. 253.

¹¹⁵ MALHANO, C. E. S. M. B. op. cit., 2002, p.89.

Os primeiros objetos que constituíram o acervo englobariam um dos volumes do “Auto de devassa”, conjunto de documentos do processo judicial movido pelo coroa portuguesa contra os inconfidentes, o qual foi ordenada a doação por Vargas; além de algumas das traves da forca de Tiradentes, que estavam no Rio de Janeiro; e a grande coleção de arte colonial de Vicente Raccioppi. Ainda antes, o tombamento de Ouro Preto ocorre em 1933, antecedendo à própria criação do SPHAN e da Inspetoria, constituindo assim, um “esforço no sentido de construção imaginária de uma nação através do direito à perpetuidade e à preservação do patrimônio”.¹¹⁶ Podemos perceber que a preocupação de proteção ao patrimônio antecede a criação do SPHAN, caracterizando-o como uma oficialização do trabalho preservacionista de intelectuais brasileiros e ratificando uma fase de total comprometimento com a construção de uma memória nacional.

2.2.3 - Mudanças no Mercado de Trabalho e o DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

Além de ter marcado seu Governo pelas medidas de Educação e Cultura, Vargas criou importantes leis trabalhistas, as primeiras surgidas no Brasil. Esta preocupação trabalhista converge também para a necessidade de uma reforma administrativa, inclusive em termos de legislação. Consonante com isto, Vargas investe na organização do Serviço Público, inclusive no que se referia à admissão do pessoal, isto é, a promoção de concurso públicos para contratação de técnicos. Isto influenciou diretamente na carreira do Conservador de Museus e nos rumos do Curso de Museus do MHN.

Em 1936, é instituído o Conselho Federal do Serviço Público Civil¹¹⁷, que tinha entre suas competências:

- a) estudar a organização dos serviços publicos e propor ao Governo qualquer medida necessaria ao seu aperfeiçoamento;
- b) promover a realização dos concursos de provas, de titulos, ou de provas e titulos, para provimento de cargos administrativos e technicos, organizar os programas dos referidos concursos e nomear as respectivas bancas examinadoras excluidos sempre os do magisterio, regulados nas leis especiaes, bem como fixar as normas geraes que deverão ser observadas nas respectivas inscrições;
- c) homologar e dar publicidade á classificação dos candidatos que se tiverem submettido a concurso; (...) (BRASIL, 1936, *on-line*.)

¹¹⁶ MALHANO, C. E. S. M. B. Da Materialização à Legitimação do Passado. FAPERJ, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2002, p.56.

¹¹⁷ Lei nº 284.

O Conselho Federal do Serviço Público se estabelece como um primeiro passo de uma reforma na administração pública brasileira, onde foram agrupadas as carreiras de funcionários públicos civis. Dois anos mais tarde, em 1938, é criado o DASP; Departamento Administrativo do Serviço Público, em substituição ao Conselho. Competia ao Departamento fornecer assessoria técnica ao Presidente e elaborar propostas orçamentárias. Estas propostas resultaram efetivamente na elaboração de concursos públicos.

O DASP procurava estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública, promovendo a seleção do pessoal administrativo, através do sistema de mérito. O sistema de mérito implantado pelo DASP partiu do pretenso de afastar as ocupações de cargos públicos dos interesses privados e político-partidários. Desta maneira, conseguimos a perceber mais maneira da política pública se envolver em diferentes setores da sociedade, remetendo-se a um período de centralização estatal. Alguns autores qualificam essa reforma na administração pública, como uma primeira experiência de reforma de largo alcance, inspirada “no modelo weberiano de burocracia e tomava como principal referência à organização do serviço civil americano”¹¹⁹.

Ela estaria voltada para a administração de pessoal, de material e do orçamento, para a revisão das estruturas administrativas e para a racionalização dos métodos de trabalho. A ênfase maior era dada à gestão de meios e às atividades de administração em geral, sem se preocupar com a racionalidade das atividades substantivas. (BRASIL, CEPÊDA, MEDEIROS, 2014, p. 15.)

Neste contexto, ocorre o primeiro concurso para Conservador de Museu, no Brasil, onde, dos 10 classificados, todos eram egressos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. No capítulo 3, falaremos especificamente deste Concurso e dos outros que se sucederam, além de comentar sobre a relevância deste para o futuro da carreira do Conservador de Museu, posteriormente denominado Museólogo. As reformas e criações de Vargas constituíram um conjunto de ações inovadoras na história do país que partiam de um pressuposto de avanço e modernização brasileira a partir da atuação política direta nas áreas de Educação e Cultura.

¹¹⁹ Direcionado à racionalização e burocratização dos serviços públicos, buscava de conferir maior impessoalidade e hierarquia, bem como normas mais claras à atividade estatal. (BRASIL, F. G.; CEPÊDA, V. A.; MEDEIROS, T. B.. O DASP e a Formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. UNESP, São Paulo, 2014, p. 9-16.)

**QUADRO 6 – DECRETOS E LEIS DO PERÍODO VARGAS (1930-1945)
RELACIONADOS À CULTURA E À EDUCAÇÃO**

ANO	DECRETO
1930	Decreto nº 19.402, Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.
1931	Decreto nº 19.850, cria o Conselho Nacional de Educação.
1931	Decreto nº 19.852, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
1931	Decreto 19.890, institui a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior.
1931	Decreto 21.241, consolida as disposições sobre o Ensino Secundário.
1932	Decreto-Lei nº 21.129 – Cria no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus.
1933	Decreto nº 22.928 - Erige a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional.
1934	Decreto nº 19.851, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o regime universitário.
1934	Decreto nº 24.735, aprova o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional", dispõe sobre algumas alterações relativas ao Curso de Museus, no que diz respeito à organização e nomenclatura das disciplinas e cria a Inspeção de Monumentos Nacionais.
1934	Decreto-Lei nº 4989, cria o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.
1937	Decreto-lei nº 25, cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
1937	Lei nº 378, dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, cria o Museu Nacional de Belas Artes.
1938	Decreto-Lei nº 1.006, Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.
1938	Decreto-Lei nº 965, Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto.
1939	Decreto-Lei nº 1.035, Cria o Parque Nacional do Iguassú.
1940	Decreto-Lei nº 2.072, Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-

	la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.
1940	Decreto-Lei nº 2.077, cria, em São Miguel, Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões.
1943	Decreto-Lei nº 2.096, cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial.
1941	Decreto-Lei Nº 3.617, Estabelece as bases de organização dos desportos universitários.
1941	Decreto-Lei nº 219, de 24 de janeiro de 1941, cria o Museu Antonio Parreiras.
1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-Lei n. 4.244
1943	Decreto-Lei nº 5.540, Institui o Dia do Índio.
1944	Decreto-Lei nº 16.078, Dispõe sobre a organização do Curso de Museus.
1945	Decreto - Lei nº 7.483, Cria o Museu do Ouro.
1945	Decreto-Lei nº 8.153, de 29 de Outubro de 1945, Estabelece as bases de organização do Salão Nacional de Belas Artes, e dispõe sobre outras medidas de proteção às artes plásticas em todo o país.

Fonte: Elaborado pela autora.

Deste quadro podemos analisar algumas questões, tais como: Getúlio Vargas, logo em seu primeiro ano de governo, consegue estabelecer e deixar clara sua posição perante um projeto de desenvolvimento nacional. A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública aponta sua preocupação em relação à prioridade de autarquias nacionais: A Educação e, dentro deste Ministério, incluída a Cultura, estaria entre as primeiras. Foi construído um sistema nacional público de ensino que viria a se desenvolver em seu segundo governo, a partir de 1951, quando são iniciadas novas medidas de formação e qualificação técnica de funcionários de nível superior e várias agências públicas e instituições de fomento foram criadas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Campanha Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹²¹ importantes e decisivos para a expansão da pós-graduação no país.

Outro ponto a ser desenvolvido durante o segundo governo de Getúlio Vargas foi o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde em 1953, além da inclusão efetiva da Cultura juntamente à Educação em termos de nomenclatura, passando a se chamar Ministério da Educação e Cultura, e separadamente o Ministério da Saúde.

¹²¹ GOUVÊA, F. C. F. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. RBPG, Brasília, v. 9, n. 17, 2012, p. 114 – 128.

No que se refere à criação de museus, observamos a implantação de 7 museus no intervalo de 15 anos, todos estes representantes da política nacionalista imposta pelo presidente, além de serem instituições de significativa importância, até os dias de hoje.

Além da criação de museus, durante o seu primeiro governo, Vargas tomou diversas iniciativas que iam além da institucionalização de lugares de memória. Podemos destacar a inauguração do Mausoléu Imperial com os sarcófagos de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina, na Catedral São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, no ano de 1939 (Ver fig. 18). Através desta iniciativa, Vargas demonstra a mesma essência cívica e nacionalista de Gustavo Barroso sobre a criação e o acervo do MHN. Desta maneira, o “passado”, ou seja o Brasil Império, é apresentado como fase decisiva para a conquista da República vivida e aclamada por eles. Isso pode ser percebido em seu discurso de inauguração, em 5 de junho de 1939:

Os fundadores da República e os homens que nela se educaram jamais deixaram de reconhecer-lhe e exaltar-lhe o devotamento cívico e as nobilíssimas virtudes pessoais. (...) A República e o Imperador foram, assim, adversários leais, que se respeitaram mutuamente, dando um raro exemplo de magnanimidade e compreensão patriótica, que só nos deve orgulhar (...). Cumpria-se, assim, um dos seus mais ardentes votos de patriota: repousar, definitivamente, na terra que tanto amou. (...) (VARGAS, 1939, *on-line*.)

Um simbolismo que marca o fim da primeira fase da Era Vargas pode ser identificado na reação em remover os inúmeros quadros, bustos e estátuas de Getúlio Vargas que haviam ido erigidos em inúmeras instituições públicas.

Para Daryle Williams, os artefatos culturais, antigos e novos, ajudaram a construir a *personae* pessoal e institucional de Vargas como patrono e defensor da cultura brasileira. Quando Vargas foi deposto do cargo em outubro de 1945, os artefatos culturais mais associados com o seu governo, incluindo bustos, foram removidos em uma tentativa muito malsucedida para expurgar memória pública do presidente. (Ver fig. 21)



Fig. 15: Restauração do Chafariz do Passo, de Antonio Dias, em Ouro Preto, promovido pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, 1936. (CPDOC-GC)



Fig. 16: Painel da Exposição do Mundo Português, Pavilhão do Brasil, 1940. A equipe de montagem e *couriers* foi composta pelos Conservadores de Museus Nair de Moraes Carvalho (Turma de 1936) e Luis Marques Poliano (Turma de 1933).

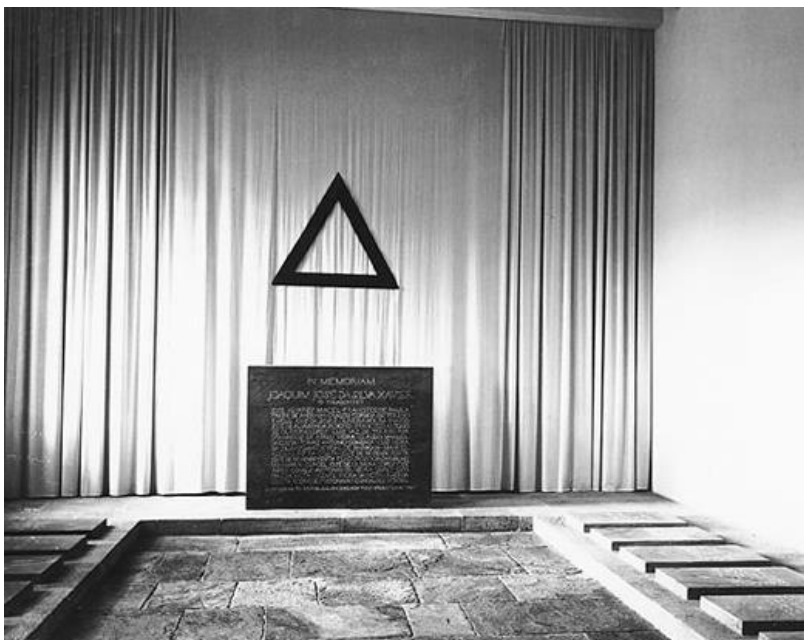


Fig. 17: Panteão dos Inconfidentes, 1942. (Acervo LC-AHC)



Fig.18 : Getúlio Vargas na inauguração do Mausoléu Imperial com os sarcófagos de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina, na Catedral São Pedro de Alcântara , Petrópolis em 5 de dezembro de 1939. (Acervo Fundo Agencia Nacional)



Fig. 19: Interior do Ministério da Educação e Saúde (atual Edifício Gustavo Capanema), em exposição sobre o Estado Novo. Se destaca no painel sobre os quadros das Atividades do Ministério da Educação suas funções: Educação e Cultura. (Acervo CPDOC-GC)



Fig. 20: Terceiro Congresso de Brasilidade, Rio de Janeiro, 1943. O congresso ocorrido em novembro de 1943 focou-se na recente entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Lê-se nos cartazes da linha superior: "Brasilidade é o culto da coragem e da energia em defender o Brasil e seu patrimônio material e espiritual." (Acervo: Fundo Agencia Nacional)



Fig. 21: Bustos de Vargas sendo removidos, no Rio de Janeiro, 1945. (Acervo CPDOC-GV)

Diário de

QUARTA SEGA

MULHERES CONTAM SUA VIDA (XXXI)

OUVINDO A DIRETORA DO MUSEU

O encontro com Pascoalina Stilben —

— A mulher que nasceu

Um museu e 3 funcionárias -- Viagens, planos, desejos

CAPÍTULO 3

O “MERCADO DE TRABALHO” E O CONSERVADOR DE MUSEUS 1940-1950



CAPÍTULO 3 - O “MERCADO DE TRABALHO” E O CONSERVADOR DE MUSEUS 1932-1954

A relação entre a formação no Curso de Museus e a atuação no Mercado de Trabalho propriamente dito, pode ser dividida em quatro momentos distintos. Um primeiro período compreendendo os primeiros anos da década de 1930, ou o início oficial do Curso, quando os alunos tinham a formação voltada exclusivamente para o trabalho na própria instituição de origem, o MHN. No final da década de 1930 e início da década de 1940, o Curso passa a não focar apenas no MHN, com a criação de novos museus e a expansão da política cultural da Era Vargas. Ocorre a preparação para a reforma curricular. Em um terceiro período, as mudanças são oficializadas e aprimoradas com a implantação da Reforma. Em um quarto período, a partir do final da década de 1940, ocorre o amadurecimento das ideias implantadas pela Reforma de 1944 e a repercussão no “mercado” de trabalho. As mudanças ocorridas preparam o Curso para uma nova Reforma que ocorrerá somente em 1966-67.

3.1 - Concursos do DASP para Conservadores de Museus

Como visto no Capítulo 1, em 1936, o Conselho Federal do Serviço Público inicia uma reforma na administração pública brasileira, agrupando as carreiras de funcionários públicos, civis e federais, integrando-as a cada um dos Ministérios ligados ao Poder Executivo.¹²³ Com a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, a reforma administrativa de Vargas é aprofundada no sentido de organizar e racionalizar o Serviço Público no Brasil.

Nesse contexto, o primeiro concurso para Conservadores de Museus ocorre em 1939, durante a diretoria de Luis Simões Lopes¹²⁴. Em 6 de outubro de 1939, são publicadas as normas e procedimentos para a realização do concurso, intitulado “Concurso para Provimento em Cargos da Classe inicial da Carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde”. Em termos de avaliações, o concurso se resumia em cinco etapas: elaboração de monografia, apresentação oral da mesma, prova

¹²³ BRASIL, Lei nº 284, de 1936.

¹²⁴ Engenheiro agrônomo e político brasileiro, nascido em Pelotas, em 1903. Em 1938 foi nomeado para a diretoria do Departamento, deixando o cargo em 1945 com o fim do governo Vargas. No mesmo ano, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas. Começou a pensar na sua criação, ainda em seu período no DASP. Segundo Luis Simões Lopes, em entrevista para a própria fundação, a partir de sua experiência com os concursos brasileiros, verificou a falha no ensino de uma área específica, a Economia. (LOPES, 2003)

escrita, prova prática (classificação de objetos) e prova de idioma estrangeiro, conforme podemos constatar no Edital (ANEXO 6)¹²⁵:

- a) **Apresentação de uma Monografia**, com estudo inédito relativo a um dos seguintes temas: Períodos da história monetária brasileira; O numerário português, aplicado à colônia do Brasil; A moeda espanhola do Prata no Brasil, a partir de 1583; Moedas do 2º reinado; Primeiro e segundo sistemas monetários, a carimbagem do cobre pelas províncias, pelas revoluções e pelos particulares; Terceiro sistema monetário; Armaria, sobretudo relativa ao Brasil; Heráldica, sua origem, história, finalidade, vantagens do conhecimento; Heráldica portuguesa; Heráldica brasileira; Pinturas e gravuras, suas variedades, como reconhecê-las, como classificá-las; Manifestações artísticas no Brasil, desde o período colonial até nossos dias; Missão artística francesa (1816) e sua influência nas artes; Principais escolas de pintura e seu ambiente social na história; Restauração e conservação das obras de arte; Papel dos museus na vida moderna.
- b) **Defesa oral** da Monografia apresentada;
- c) **Prova escrita** com os seguintes temas: História do Brasil: O ciclo do açúcar e a escravidão de índios e negros; A ação dos Jesuitas na colonização do Brasil; As invasões estrangeiras: ingleses, franceses e holandeses; A restauração de Portugal no Brasil; O ciclo do ouro. As bandeiras; A projeção exterior do Império. Guerra do Prata; O movimento da Independência - 1808 a 1822; A guerra da Independência - 1823-1821; O Reinado. O parlamentarismo. A organização do Brasil no Segundo Reinado; A abolição e a República. História da Arte: A expressão das esculturas grega e romana; Pintura; As escolas francesas de pintura e sua influência brasileira; As escolas brasileiras de pintura; A arquitetura barroca jesuítica e sua repercussão no Brasil; A influência renascença francesa na arquitetura e escultura do Aleijadinho; Mestre Valentim e sua obra; A arte religiosa brasileira; A evolução da pintura cristã; Confronto entre a pintura de Vítor Meireles e Pedro Américo; A evolução da gravura no Brasil.
- d) **Prova prática** de Technica de Museus, classificando um objeto;
- e) **Prova de Idioma**.

Podemos perceber um conteúdo de avaliação totalmente voltado para o que estava presente nas disciplinas do Curso de Museus do MHN, única instituição que promovia o ensino do trabalho em museus. Além disso, das “condições de inscrição”, se exigia a apresentação do diploma do Curso de Museus. No que se refere ao peso das notas para a classificação, as avaliações que mais valiam eram a apresentação oral da Monografia e a prova prática de Técnica de Museus (3 e 3 pontos), o restante das avaliações valiam 2 pontos, demonstrando assim a necessidade do saber prático em relação aos acervos.

¹²⁵ Edital de Seleção do Concurso para Conservador de Museu do DASP, 25 de Agosto de 1939 (Coleção Regina Liberalli – NUMMUS).

Participaram deste primeiro Concurso os alunos formados pelo Curso de Museus: Regina Monteiro Real, Regina Liberalli, Yolanda Marcondes Portugal, Luiz Marques Poliano, Nair de Moraes Carvalho, Elza Peixoto Ramos, Octávia de Castro Corrêa, Adolpho Dumans, Maria Helena Neves e Silva, Maria Torres de Carvalho Barreto e Lygia Martins Costa. O Concurso tinha o objetivo de selecionar candidatos para ocupar cargos no Museu Histórico Nacional e no recém-criado Museu Nacional de Belas Artes:

No Salão nobre da Escola Nacional de Bellas Artes, teve lugar hoje, o início das provas de selecção para o provimento de cargos de conservadores de museus, do Ministerio da Educação e Saude. Constituindo o facto uma verdadeira novidade, pois é a primeira vez que no Brasil se realiza um concurso de tal natureza, grande foi o numero de pessoas que assistiu o acto. (...) **Os candidatos que forem classificados no concurso, destinam-se ao preenchimento de vagas existentes no Museu Nacional de Bellas Artes e no Museu Histórico Nacional, podendo ainda ser aproveitados em outros museus subordinados ao Ministerio da Educação.**¹²⁶ (grifo nosso) (Um Concurso inédito no Brasil: Em provas os candidatos a conservadores de museus, 1939. [s.n.]

Dos 13 candidatos inscritos, foram aprovados 10, em ordem de classificação: 1 - Luiz Marques Poliano, 2 - Elza Peixoto Ramos, 3 - Regina Monteiro Real, 4 - Yolanda Marcondes Portugal, 5 - Regina Liberalli, 6 - Nair de Moraes Carvalho, 7 - Octavia de Castro Corrêa, 8 - Lygia Martins Costa, 9 - Maria Torres de Carvalho Barreto e 10 - Adolpho Dumans.¹²⁷

Luiz Marques Poliano, formado na turma de 1933 (primeira turma do Curso de Museus), defendeu a tese "*Heráldica*". Foi nomeado Conservador do Museu Histórico Nacional, substituindo Pedro Calmon no cargo de secretário do Curso. **Elza Ramos Peixoto**, formada na turma de 1938, defendeu a tese "Missão Artística Francesa e sua influência nas artes". Foi nomeada Conservadora do Museu Nacional de Belas Artes, no qual foi Chefe da Seção Técnica e Diretora-substituta. **Regina Monteiro Real**, formada na turma de 1937, apresentou a tese "Papel dos museus na vida moderna", trabalhou no Museu Nacional de Belas Artes durante dezessete anos, entre 1937 e 1954 e foi a idealizadora da Associação Brasileira de Museologistas - ABM, criada em 1963. **Yolanda Marcondes Portugal**, também formada pela turma de 1937, defendeu a tese "Períodos da história monetária brasileira", se tornou Conservadora da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional e foi professora de Numismática do Curso de Museus. **Regina Liberalli**, também formada pela turma de 1937, apresentou

¹²⁶ Coleção Regina Liberalli – NUMMUS.

¹²⁷ SÁ; I. C. SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007, p. 30-58.

a tese “Conservação e restauração de obras de arte”, nomeada Conservadora do Museu Nacional de Belas Artes onde permaneceu até se aposentar. **Nair de Moraes Carvalho**, formada pela turma de 1936, defendeu a tese “Armário - Sobretudo relativa ao Brasil”, nomeada Conservadora do Quadro Permanente do Ministério de Educação e Saúde com exercício no Museu Histórico Nacional e foi a primeira Coordenadora do Curso de Museus do qual foi também professora da disciplina *História da Escultura*. **Octavia de Castro Corrêa**, diplomada pela turma de 1938, defendeu a tese “Moedas do Segundo Reinado”, foi nomeada Conservadora da Seção de História do Museu Histórico Nacional, e, em 1952, sucedeu a Gustavo Barroso como professora de *Técnica de Museus*. **Lygia Guedes Martins Costa**, formada na turma de 1939, defendeu a tese “Da circulação da prata no Brasil nos séculos XVI e XVIII”, nomeada para o Museu Nacional de Belas Artes, onde trabalhou entre os anos de 1940 e 1952 transferindo-se depois para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, onde atuou até se aposentar na década de 1990. **Maria Torres de Carvalho Barreto**, também formada pela turma de 1939, defendeu a tese “A circulação do ouro em pó e em barra”, sendo nomeada Conservadora pelo Museu Nacional de Bellas Artes. **Adolpho Dumans**, formado pela turma de 1933, classificado com a tese “Numismática”, foi nomeado Conservador do Museu Histórico Nacional.¹²⁸

É interessante observar que em um Relatório de Atividades elaborado por Gustavo Barroso em 1939, encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o diretor ressalta o amadurecimento do Curso e o relaciona ao concurso realizado pelo DASP. Além disso, comenta a ideia do desenvolvimento de uma reforma no regulamento do Curso¹²⁹:

Constitui esse Curso um dos mais absorventes trabalhos a cargo da Diretoria e da Secretaria. Do seu valor diz bem o recente concurso realizado pelo DASP, cuja inscrição aberta durante 75 dias, contou para 13 vagas com apenas 14 inscrições, **todas elas de pessoas que passaram pelo nosso curso técnico**. Ainda com o seu serviço burocrático sem perfeita organização, não são poucos os percalços encontrados, não só no que diz respeito aos assentamentos dos alunos, como a falta de coordenação dos trabalhos. Impõe-se a organização de normas pelas quais se oriente o Curso, doravante. Por isso, a Diretoria prepara uma reforma do seu regulamento e está organizando fichas individuais para os alunos – com o que se regularizará a situação para o futuro, providenciando quanto aos que já fizeram o Curso anteriormente. É necessário obviar, com a experiência já adquirida, a uma série de falhas notadas, até porque, com isto, se dará ao Curso uma projeção maior e maior valimento externo. (grifo nosso) (BARROSO, 1939.)

¹²⁸ Ibidem, p. 30-58.

¹²⁹ BARROSO, 1939. Documento Oficial do Curso de Museus - Biblioteca Doc Pro MHN.

É clara a influência do Concurso de 1939 sobre o Curso de Museus e sua Reforma Curricular de 1944. Nos anos que se sucederam e durante a Reforma, ocorreram outros concursos para Conservadores de Museus nos anos de 1941, 1944 e 1945, estes promovidos pelo DASP. A pausa na realização de concursos durante a década de 1940 é notada no fim do primeiro Governo Vargas e a entrada de Dutra na Presidência, exatamente no ano de 1945. O Concurso promovido em 1945 demonstra os efeitos diretos da Reforma Curricular do Curso, a começar pela modificação dos temas propostos para Monografia e presentes na prova escrita. Além de constarem assuntos mais diversificados como a Inconfidência Mineira, a Abolição e o Estado Novo, tema histórico bem recente da realização do concurso; ocorre a inclusão do tema “Populações Indígenas: usos e costumes”¹³¹, não presente no primeiro concurso e basicamente extraída do novo currículo do Curso de Museus e da nova disciplina “Arte Indígena”. Outro ponto do Concurso que sofreu influência da Reforma, refere-se à prova técnica, uma vez que, na portaria de inscrição já é delimitada a bipolaridade da escolha entre “a) Obras de Arte” e “b) Peças de Valor Histórico”. Nesta etapa do concurso, assim como nos outros já realizados, o candidato elaboraria uma ficha técnica de “classificação e catalogação” e um relatório “minucioso” relativo aos objetos escolhidos.

O primeiro Concurso para Conservadores de Museus e os outros que foram promovidos pelo DASP nos anos seguintes, foram muito importantes para o desenvolvimento dos museus recém-implantados, além de terem criado uma reserva de trabalho para os alunos, que se tornaram pioneiros nos principais museus da época. Trabalhando com acervos inexplorados, estes Conservadores de Museus se depararam com a missão premente de estudá-los, identificá-los, classificá-los e catalogá-los¹³². Em 24 de maio de 1954, Gustavo Barroso apresenta ao DASP um memorial sobre a carreira de Conservador de Museu¹³³, deixando registradas as definições utilizadas na época para designar estes profissionais, entre eles, “técnico de museus”, “museologista” e “museólogo”. Neste documento, Barroso ressalta a importância da denominação “Conservador de Museu”, justificando “ser um termo de referência”, em alguns lugares no mundo, como a França, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal.¹³⁴

Observamos, assim, a relação direta entre o amadurecimento e desenvolvimento da área profissional com as mudanças ocorridas no Curso de

¹³¹ Portaria nº 387 do Diário Oficial, agosto de 1945.

¹³² SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 25.

¹³³ BARROSO, G. A Carreira de Conservador. Anais Museu Histórico Nacional, 1947, v.VIII, p. 224.

¹³⁴ Ibidem, p. 230.

Museus. Também é notável o empenho de Barroso, diretor do Curso, em promovê-lo e inseri-lo no campo profissional brasileiro. É neste período que o trabalho do Conservador de Museu começa a ganhar forma e espaço, e, posteriormente, afincando-se em um histórico de luta pelo posicionamento da profissão, é dada continuidade na busca pelo desenvolvimento da área, com a criação dos primeiros Órgãos de Classe, como por exemplo o ICOM-BR (1948), ONICOM (1955), a ABM (1963) e luta pela Regulamentação da Profissão, que se inicia no ano de 1962, quando a classe museológica se reúne e elabora um projeto de regulamentação, assinado por Antônio Pimentel Winz, Conservador do MHN, formado pelo Curso de Museus em 1952.¹³⁵

3.2 - Egressos contemplados pelas mudanças da Reforma de 1944 do Curso de Museus: Novos Conservadores de Museus

Ainda que a Reforma tenha entrado em vigor no ano de 1945, encontramos um documento que comprova as alterações já efetuadas no ano de 1944, influenciando, assim, o ano letivo dos alunos matriculados no ano anterior. Trata-se de uma carta de Nair de Moraes Carvalho direcionada ao diretor Gustavo Barroso, em 30 de janeiro de 1945, com apontamentos e observações sobre as aulas do ano anterior. Segundo ela, aumentaram-se o número de salas, as aulas ficaram mais práticas, com mais aulas nas próprias salas de exposições do Museu Histórico e, além disso, já se iniciaram as visitas às instituições culturais, dando suporte ao estudo.¹³⁶ Esta carta de Nair de Carvalho ao Diretor do Museu, demonstra uma observação das mudanças ocorridas a partir de um prisma privilegiado, pois ela fora indicada como coordenadora em 13 de julho de 1944, data da Reforma, passando do cargo de Secretária a Coordenadora do Curso.

Alguns Conservadores de Museus diplomados pelo Curso de Museus anterior à Reforma de 1944 tiveram atuações durante a década de 1940 que influenciaram diretamente a visão sobre o “mercado de trabalho” da área. Aqui iremos destacar três exemplos de atuações representativas na década que conseguem exemplificar uma ampliação da área e seus núcleos de pesquisa e trabalho.

Foi o caso de **Nair de Moraes Carvalho**, diplomada pela turma de 1936. Em 1940 é nomeada conservadora pelo quadro permanente do MHN, através do

¹³⁵ BISERRA, N. F. Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Museologia, 2013.

¹³⁶ Carta de Nair de Moraes Carvalho direcionada ao diretor Gustavo Barroso, em 30 de janeiro de 1945, com apontamentos e observações, sendo ela a então coordenadora do Curso de Museus.

Concurso promovido pelo DASP, onde trabalha até 1977, ano de sua aposentadoria. Também em 1940, faz parte da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, trabalhando na organização e montagem da Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão do Mundo Português. Em 1945, viaja aos Estados Unidos com intuito de analisar como funcionavam os museus norte americanos. Em 1947, publicou o artigo “O Papel Educativo do Museu Histórico Nacional”, um texto pioneiro sobre Educação e Museus. Também é na década de 1940, que Nair de Carvalho se torna a primeira coordenadora do Curso de Museus com a Reforma Curricular. Seus trabalhos de pesquisa iniciaram um período de discussões sobre a função social e educativa dos museus que viria a ser retomada na década de 1950, com o Livro “Museu e Educação” (1956, por ocasião do I Congresso Nacional de Museus) de F. dos Santos Trigueiros e a publicação de Guy de Hollanda, “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros” (1958), uma publicação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e da ONICOM, de 1958, ano do Seminário Regional de Museu e Educação que mostrava o perfil educacional dos museus brasileiros.

Geraldo Pitaguary, diplomado pela turma de 1944, participa do projeto de coleta de coleções etnográficas, em 1949, que acabaria dando origem à criação do Museu do Índio em 1953, ligado ao Serviço de Proteção ao Índio. Em documento apresentado à UNESCO, na década de 1950, pela direção do Museu do Índio, consta a atuação de Pitaguary na coleta de objetos e processamento técnico. Um projeto pioneiro de um museu etnográfico elaborado a partir da supervisão de Conservadores de Museus.

Mas só em 1953, quando o Sr. Darcy Ribeiro dirigia a S. E. foi que pode se concretizar essa ideia, se bem que, desde 1949, com o contrato de dois técnicos em museologia, recém-saídos do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional – Ministério da Educação – foi que começou a organização propriamente dita.(MEC, 1954. [s.n.])¹³⁷

Também podemos destacar a atuação de **Lygia Martins Costa**, formada pela turma de 1939, de 1940 a 1952 integrou o quadro de Conservadores do Museu Nacional de Belas Artes, juntamente com **Regina Monteiro Real**, **Regina Liberalli** (formadas em 1937) e **Elza Ramos Peixoto** (formada em 1938). Como funcionárias do MNBA, realizaram um trabalho pioneiro de processamento técnico museológico no acervo do museu e articularam a criação do ICOM-BR, em 1946. Trabalhando ao lado do Diretor Oswaldo Teixeira, professor da Escola Nacional de Belas Artes, elaboraram inúmeras exposições de arte brasileira e internacional,

¹³⁷ Documento encaminhado ao Centro Regional da UNESCO, com sede em Havana - Cuba, pelo Museu do Índio. Coleção Geraldo Pitaguary – NUMMUS.

temporárias e itinerantes. Vale apontar uma exposição realizada em março de 1941, que comemorou o decênio do Governo de Getúlio Vargas, o classificando “benfeitor” das artes e do patrimônio, onde ressaltaram suas medidas de estímulo à produção artística, incluindo a criação do SPHAN, do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas, a instituição dos Prêmios de Viagem¹³⁸ e a criação do MNBA.¹³⁹ Enalteceram, assim, a figura do presidente, com a exposição de todas as obras adquiridas nos dez anos de Governo.



Fig. 22 e 23: Na primeira imagem, Nair de Moraes Carvalho (ao centro), nas Comemorações dos Centenários de Portugal, onde trabalhou na organização e montagem da Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão do Mundo Português (Acervo pessoal de Nair de M. C.). Na segunda imagem, a equipe de conservadoras do MNBA, durante a década de 1940: Elza Ramos Peixoto, Lygia Martins Costa, Regina Real e Regina Liberalli (Acervo NUMMUS – Coleção Regina Liberalli Laemmert)

As primeiras turmas formadas pelo Curso de Museus após 1944, foram contempladas pelas mudanças que a Reforma trouxera às disciplinas e à infraestrutura do Curso, além disso, encontraram um Mercado de Trabalho diferenciado, a começar pela nova posição dos Conservadores de Museus, tendo em vista os Concursos promovidos pelo DASP. Neste tópico, destacaremos a carreira profissional de alguns destes egressos, analisando suas atuações¹⁴⁰ nos museus brasileiros, compreendendo um período de dez anos pós-reforma. Esse breve histórico profissional servirá para uma análise, neste mesmo capítulo da atuação como Conservadores de Museus deste grupo de alunos contemplados pela Reforma, isto é, que se formou nos anos imediatos após a Reforma: 1947, 1948, 1949, 1950, 1951,

¹³⁸ Decreto-Lei nº 8.153, de 29 de Outubro de 1945.

¹³⁹ Anuário do MNBA, n. 3, 1941.

¹⁴⁰ Dados encontrados no catálogo elaborado pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, publicado no ano de 2007, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob autoria de Ivan Coelho de Sá, tendo como objetivo a recuperação da memória do Curso de Museus e dos profissionais por ele formados. (SÁ; I. C. SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.)

1952, 1953, 1954, 1955 e 1956, contemplando os alunos matriculados em um período de dez anos pós-reforma.

Da turma de matriculados em 1945, a primeira turma com a Reforma já vigente, se formaram duas Conservadoras de Museus que tiveram importantes atuações tanto em museus de arte, quanto em museus históricos. **Maria Augusta Freitas Machado da Silva** e **Pascoalina de Almeida Stilben**. Ambas fizeram parte da equipe de conservadoras pioneiras do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, juntamente com **Anna Barraffato (turma de 1936)**, **Guajajara Sampaio Pereira Johnston** (turma de 1944) e **Margarida Barraffato Zicari** (turma de 1935). Juntas, elaboraram diversas ações educativas para alunos do ensino básico dentro do museu. O Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro contou com a atuação desta equipe de Conservadoras que juntas, constituíram uma nova fase tanto do mercado de trabalho, quanto da área dos museus, onde a presença da mulher estaria unanimemente presente em cargos de chefia de algumas instituições.

Pascoalina de Almeida Stilben se matriculou em 1945, já contemplada pela Reforma. Trabalhou durante muitos anos no Museu Histórico da Cidade, assumindo o cargo de Diretora na década de 1950¹⁴¹. Trabalhou também nos museus do antigo Serviço de Museus do Estado da Guanabara, Casa da Marquesa de Santos, Museu Carmen Miranda, Museu de Artes e Tradições Populares – Palácio do Ingá. Sócia-fundadora da ABM – Associação Brasileira de Museologistas, em 1963.

Da conservadora **Maria Augusta Machado da Silva**, podemos destacar seu trabalho como estudiosa da cultura africana e latino-americana. Além da participação no projeto educativo “O Museu vai à Escola”, em 1967, trabalhou no INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), na assessoria da criação do Museu do Pontal no final da década de 1970, e trabalhou também, durante anos, no Museu Villa-Lobos, sendo especialista na vida e obra do artista. Dedicou-se ao estudo da cultura popular, tendo pesquisado e se tornado especialista em ex-votos, religiosidade e Heitor Villa-Lobos, trabalhando no Museu Villa-Lobos entre 1983 e 1991.

¹⁴¹ Jornal Diário de Notícias, 1951, p.7.



Fig. 24: A equipe de Conservadoras de Museus do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. (Imagem: Diário de Notícias, 25 de maio de 1952. Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Gerardo Carvalho, matriculado em 1946, era médico radiologista formado pela Escola de Cirurgia e Medicina do Rio de Janeiro, quando seguiu para a carreira nos museus. Foi professor de Etnografia no Curso de Museus por mais de 20 anos, entre 1952 e 1974. Em 1967, recebeu bolsa de Estudos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal na área de Ciências Etnológicas, tendo realizado estágio no Centro de Estudos de Antropologia Cultural e no Museu de Etnologia de Ultramar, Lisboa. Nesse período elaborou estudos comparativos entre o negro africano e brasileiro, além de trabalhar na organização, catalogação e conservação de acervo etnográfico. Em 1970, realiza um novo estágio no Museu de Etnologia de Ultramar, realizando uma viagem de estudos em museus etnológicos da Europa e da África. No Curso de Museus, foi Chefe do Departamento de Antropologia e do Departamento de Ensino de Ciências. Em 1963, foi Sócio-fundador da ABM – Associação Brasileira de Museologistas.

Maria Afonsina de Albuquerque Furtado, também matriculada em 1946, foi bolsista do Estado do Ceará. Atuou na cidade de São Paulo no Museu do Mobiliário Artístico e Histórico Brasileiro, atual Museu da Casa Brasileira, trabalhando na organização do recém-inaugurado museu, inventariando e catalogando seu acervo entre os anos de 1973 e 1982.

Maria Barreto e Marcelina Alves Brandão, da mesma turma, eram bolsistas pelo Estado de São Paulo. As duas tiveram atuações no Museu do Ipiranga (São Paulo).

Sigrid Porto de Barros, matriculada em 1947, foi Chefe da Seção de História e Arte Retrospectiva do MHN, entre os anos de 1953 e 1968, e Chefe da Seção de Pesquisa Museológica entre 1978 e 1981. Em 1960 integrou a comissão que coordenou a transferência de acervo do MHN para o recém-criado Museu da República. Sócia-fundadora da ABM – Associação Brasileira de Museologistas, em 1963.

Arlette Corrêa Netto, matriculada em 1948, bolsista pelo estado de Minas Gerais, trabalhou como secretária no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Participou da primeira iniciativa de profissionalização do corpo técnico do Museu, quando se matriculou no Curso de Museus do MHN.

Florisvaldo dos Santos Trigueiros, bolsista do Estado da Bahia, matriculado em 1949, especializou-se em administração, organização de exposições e processamento técnico de museus numismáticos. Participou da organização e instalação do Museu do Banco do Brasil, tendo trabalhado como Conservador desta instituição entre os anos de 1955 e 1965. Também trabalhou na criação do Museu da Caixa de Amortização, em 1960 e organizou o Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília, do qual foi diretor entre os anos de 1972 e 1975, quando se aposentou. Sócio-fundador da ABM - Associação Brasileira de Museologistas, em 1963. Membro e Tesoureiro da ONICOM, em 1960-1971.

Antonio Pimentel Winz, matriculado na turma de 1950, foi Chefe da Seção de Sigilografia, Condecoração e Filatelia do MHN. Foi membro do IHGB, desde 1966 e seu presidente entre 1962 e 1963. Professor conferencista do Curso de Museus, implantou a disciplina de Metodologia da Pesquisa no Curso. Membro associado e regular do ICOM, 1956. Sócio-fundador da ABM – Associação Brasileira de Museologistas, em 1963.

Aletta Maria Botelho Trompowsky Livramento, matriculada em 1951, foi responsável pela organização e direção do Museu de Odontologia “Chryso Fontes”, da Faculdade Nacional de Odontologia da Faculdade do Brasil, atual UFRJ, entre 1953 e 1983. Também foi Chefe da Seção de Documentação e Divulgação da UFRJ, entre os anos de 1973 e 1978.

Ecylla Castanheira Brandão, também matriculada em 1951, foi conservadora do MHN entre os anos de 1955 e 1967. Obteve Bolsa de Estudos de Especialização em História da Arte em Portugal, concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, realizando estágio da Oficina de Têxteis do Instituto José Figueiredo para exame e conservação de obras de Arte, 1964. Foi Chefe da Seção Técnica do MNBA entre os anos de 1967 e 1972. Coordenadora substituta do Programa Nacional de Museus

(1982-1985), Diretora adjunta do MNBA (1985-1990), Diretora do MHN (1990-1994). Também foi Professora responsável pela disciplina História da Pintura e da Gravura no Curso de Museus de 1964 até 1973 e professora adjunta de História da Arte na ENBA – UFRJ, entre 1959 e 1985. Sócia-fundadora da ABM - Associação Brasileira de Museologistas, em 1963. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte, filiado ao ICOM. Membro-fundador do COREM – Conselho Regional de Museologia 2ª Região, 1986-87.

Maria Antonieta Abreu da Silva, matriculada em 1953, foi funcionária do Museu Imperial de Petrópolis por mais de 50 anos, sendo Coordenadora técnica da instituição e responsável pelo processamento técnico do acervo museológico. Trabalhou na pesquisa de acervos de Porcelana e Cristais, fornecendo apoio à diversas instituições brasileiras¹⁴². Outros conservadores formados pelo Curso tiveram atuações importantes no Museu Imperial, como **Paulo Olintho de Oliveira** (formado em 1933), **Gerardo Britto Raposo Câmara** (formado em 1943) e **Haydée Di Tomasso Bastos** (formada em 1941).

Fernanda de Camargo Almeida Moro, matriculada em 1954, trabalhou no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, no Museu Monográfico de Conímbriga, no Museu Rockefeller de Arqueologia, em Jerusalém e na Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Fez estágio de Preservação de Bens Culturais no *International Organization for Conservation of Cultural Heritage* – ICCROM, em Roma; estágio de Museologia com Georges Henri Rivière, em Paris; e estágio de Documentação com Yvonne Oddon e Paulette Olcina (1970-1971). Foi professora da disciplina do Curso de Museus, entre 1968 e 1971. Coautora do Projeto do Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Guanabara. Uma das responsáveis pela transformação do Museu do então Arquivo de Imagens do Inconsciente do Centro Psiquiátrico Pedro II, organizado pela Dr.^a Nise da Silveira em 1974. Presidente da FEMURJ (1979-1980). Diretora Superintendente de Museus da FUNARJ (1980-1983). Autora do Projeto do Museu de Astronomia, aprovado pelo CNPq. Autora do projeto do Ecomuseu de Itaipu Binacional, e uma das responsáveis pela implantação deste museu, pioneiro na América do Sul. Membro-fundador da AMICOM, 1972. Membro do ICOM, desde 1969. Uma das responsáveis pela reestruturação brasileira do ICOM-BR, do qual foi presidente, 1977-87. Membro fundador do Comitê de Museologia do ICOM, ICOFOM, 1987. Membro-consultivo do ICOM, 1973-92.

Lourdes Maria Martins do Rêgo Novaes, também matriculada na turma de 1954, foi Secretária Executiva da FEMURJ (1979-1980), Diretora do Departamento de

¹⁴² Texto de Lourenço Luis Lacombe, Anuário do Museu Imperial, 1982.

Museologia e Museografia da FUNARJ (1980-1983). Trabalhou, juntamente com Fernanda Moro, na transformação do Museu do então Arquivo de Imagens do Inconsciente do Centro Psiquiátrico Pedro II, na implantação do Ecomuseu de Itaipu e na organização dos planos diretores do Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Guanabara. Professora assistente das disciplinas de Arqueologia Geral e Arqueologia Brasileira, no Curso de Museus do MHN (1970). Membro-fundador da AMICOM, 1972. Secretária-Geral do ICOM, 1976-87. Uma das responsáveis pela reestruturação brasileira do ICOM-BR, do qual foi presidente, 1987-90 e 1990-93. Membro da Direção do Comitê Internacional do ICOM para Documentação - CIDOC, 19883-89. Membro do Comitê Internacional do ICOM para Museus de Arqueologia e História - ICMAH, 1991-93.

Lucia Bittencourt Marques de Oliveira, também da turma de 1954, bolsista do Estado da Bahia. Especializou-se em acervos de Arte Sacra cristã tendo atuado em vários museus baianos e publicado trabalhos sobre este assunto. Foi Diretora da Divisão de Meios de Comunicação e Difusão Cultural do Departamento de Ensino Superior e Cultura (DESC/SEC/BA), entre 1969 e 1972. Membro e Secretária Executiva da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra, em Salvador, no ano de 1979. Trabalhou na FEMURJ e membro da Comissão para conferência de bens patrimoniais desta Fundação. Membro da Comissão Especial que procedeu ao levantamento dos patrimônios da Fundação de Teatro do Rio de Janeiro.

Da análise destes currículos profissionais podemos destacar alguns pontos:

- a) A diversidade de atuação em diferentes tipologias de Museus e acervos, com predominância em museus históricos, artísticos, arqueológicos e etnográficos;
- b) A atuação em museus recém-criados, como por exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, o Museu do Índio, entre outros, estabelecendo assim o trabalho do Conservador de Museus e garantindo o espaço destes egressos do Curso de Museus nestas instituições;
- c) Ampliação da atuação dos conservadores de museus em museus já criados, como por exemplo o MHN, o Museu Nacional e o Museu Mariano Procópio, este último um dos raros exemplos de museu particular, inaugurado em 1922;

- d) Presença destes egressos na criação dos primeiros Órgãos de Classe da profissão na época de início de formação e décadas posteriores: como o ICOM, ICOM-BR, ONICOM, AMICOM, ABM, COREM;
- e) Ocupação de cargos de chefia nas instituições museológicas e órgãos de patrimônio, como SPHAN, INEPAC e outras unidades municipais ou estaduais;
- f) Busca da especialização, isto é, de delimitar a área de ação: por exemplo, Maria Augusta Machado e os acervos de arte popular; Lúcia Marques Bittencourt e as coleções de Arte Sacra Católica; Fernanda Moro e os acervos arqueológicos; Gerardo Carvalho e os acervos etnográficos; Lygia Martins Costa, Elza Ramos Peixoto, Regina Real e Regina Liberalli e os acervos especificamente artísticos; Jenny Dreyfus e as coleções de arte decorativa; F. dos Santos Trigueiros e coleções numismáticas com ênfase em papel moeda; Dulce Ludolf, Yolanda Portugal, Fortunée Levy, Antônio Pimentel Winz, dentre várias outros, as coleções de numismática;
- g) Busca pelo aprimoramento profissional no exterior, como por exemplo Regina Real, Regina Liberalli, Lygia Martins Costa, Mario Barata, Fernanda Moro, Ecylla Castanheira Brandão, Geraldo Pitaguary, dentre outros;
- h) A conciliação da carreira de Conservador de Museus e o magistério, principalmente voltado para a própria instituição de formação, o Curso de Museus, criando assim uma nova geração de professores formados pelo próprio Curso: Anna Barrafatto, Mário Barata, Jenny Dreyfus, Nair Moraes de Carvalho, Octavia Corrêa de Castro, Yolanda Marcondes Portugal, Dulce Ludolf, Gerardo de Carvalho, dentre outros
- i) Participação nos primeiros Congressos de Museus ocorridos no Brasil, na década seguinte (1956 - Ouro Preto, 1959 - São Paulo), outros possíveis reflexos do amadurecimento da área oficializado e desenvolvido com a Reforma de 1944.

No quadro a seguir, verificamos a atuação dos egressos do Curso de Museus a partir das tipologias de Museus. Podemos perceber que a atuação em Museus Históricos se fixou como um seguimento recorrente durante os primeiros anos do Curso de Museus, característica que pode ser vista como um reflexo do quantitativo proporcional de museus de história para outros museus no país. Essa característica pode ser analisada a partir da seguinte ótica: o período de criação dos principais museus brasileiros, ou seja, o século XX, e, no caso do período mais específico trabalhado, a Era Vargas, a cultura estava ligada diretamente ao nacionalismo, como visto durante este trabalho. Outra análise que podemos fazer é o aumento das tipologias de museus a partir de 1936 e da política cultural desenvolvida por Vargas e também influenciada pelos resultados obtidos após a criação e desenvolvimento do Museu Histórico Nacional, além da participação do Conservador de Museus nos órgãos de Patrimônio recém-criados, como o SPHAN e o INEPAC. (ver Quadro 7).

**QUADRO 7 – ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE MUSEUS DO MHN NAS
DIFERENTES TIPOLOGIAS DE MUSEUS**

	MUSEUS HISTÓRICOS	MUSEUS DE ARTE SACRA	MUSEUS DE CIÊNCIAS NATURAIS	MUSEUS ETNOGRÁFICOS	ÓRGÃOS DO PATRIMÔNIO	MUSEUS ARTÍSTICOS	MUSEUS ARQUEOLÓGICOS
1932	4						
1933	1						
1934	1		1				
1935	2						
1936	3				1	2	
1937						1	
1938	2				1	2	
1939	2		1		1	1	
1940	4						
1941	2						
1942	2		1	1			
1943	2				1		
1944	1	1			1		
1945	3						
1946	2					2	
1947	1						
1948	1					1	
1949	1						
1950	1						
1951	2					1	
1952							
1953	1						
1954	3	2				1	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro-catálogo “Curso de Museus – MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional. SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele. Rio de Janeiro, 2007.



CONCLUSÃO

As políticas culturais influenciadas pelo Nacionalismo presente no século XX, no Brasil, remontam à luta pela independência, ainda no século XVIII. Foram oficialmente institucionalizadas com as comemorações do Centenário da Independência e criação do Museu Histórico Nacional em 1922, representando o objetivo civilizatório e disciplinar do Governo e de intelectuais da época, ali representados pela figura de Gustavo Barroso. O Governo de Getúlio Vargas reafirma a essência nacionalista presente no país e, conseqüentemente, no Museu e o no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, oficialmente criado durante seu governo provisório, em 1932.

Vargas, juntamente com Gustavo Capanema, nomeado Ministro da Educação, reafirmaram o que Gustavo Barroso já incitava desde a criação do MHN, com diversas medidas de proteção ao patrimônio e incentivo à cultura, dentre elas a criação de novos museus e o surgimento do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No MHN, a relação com o presidente é simbolicamente concretizada com a inauguração da Sala Getúlio Vargas, em 1945, porém o relacionamento do presidente e com a instituição iniciara em seu primeiro ano de governo, ainda em 1930, quando Vargas doara para o museu uma bandeira usada pelas forças revolucionárias do Paraná. Além das medidas culturais de Vargas, é importante ressaltar a análise de que medidas trabalhistas e a Reforma Administrativa do Serviço Público, influenciaram diretamente a carreira do Conservador de Museus e os rumos do Curso de Museus.

Observamos que o Primeiro Concurso para Conservador de Museus serviu de mote para uma conclusão, por parte da direção do Curso, da necessidade de reformulação, acrescentando aqui as mudanças ocorridas desde o final da década de 30, com a criação de novos museus, incluindo o primeiro museu artístico do país, o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937. Em 1932, o Curso trouxera uma abordagem inédita do profissional de museus em toda a América Latina, influenciado pela matriz curricular da École du Louvre, que viria a criar um curso mais específico de Museografia, em 1927. A formação do Curso do MHN foi inédita, ainda na década de 1930, com o ensino da chamada *Técnica de Museus*, presente na disciplina ministrada por Barroso e publicada em 1946, sendo utilizadas pelos alunos do curso até a década de 1970.

A Reforma Curricular do Curso de Museus aparece como resultado de um conjunto de fatores influenciadores como: a inserção do profissional de museu, o Conservador, no serviço público reorganizado pela reforma administrativa de Vargas;

a movimentação encontrada nas políticas culturais brasileiras; a criação de novos museus, incluindo artísticos, fazendo-se necessária a presença dos egressos do Curso de Museus nestas novas instituições, não só no MHN, como foi projetado, a princípio, no decreto de criação do Curso; a inserção de assuntos inovadores relativos à cultura brasileira e de princípios nacionalistas, como o indígena brasileiro.

Além disso, a afirmação das tendências nacionalistas do Curso é encontrada na nova estrutura curricular, que valorizava os assuntos brasileiros e os colocava em posição privilegiada para a formação destes profissionais que trabalhariam basicamente com acervos de museus igualmente nacionalistas, com linguagens expositivas ufanistas. Também em relação ao Projeto de Nação imposto pela época, estariam relacionadas à entrada da figura do bolsista de outros estados brasileiros e da inclusão das excursões a diversos pontos do Brasil, no programa das disciplinas do curso.

As modificações trazidas pela Reforma de 1944, por sua vez, trouxeram resultados relacionados diretamente ao mercado de trabalho. Isto pôde ser observado na análise de currículo dos egressos do Curso de Museus e na presença de artigos escritos pelos alunos e diplomados nos Anais do Museu Histórico Nacional, que começaram a serem publicados na década de 1940. A atuação destes profissionais se estabeleceu em diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, inclusive com a concessão de bolsas para estágio em importantes museus estrangeiros, sobretudo da Europa, e da América do Norte. O trabalho especializado nas coleções de museus históricos, artísticos, arqueológicos e etnográficos pode ser realizado a partir do ensino específico destas coleções após a Reforma Curricular.

Podemos assim, concluir que, como exposto em nossa questão, a Reforma de 1944 repercutiu favoravelmente na atuação profissional dos egressos do Curso de Museus. Assim como pode ser considerada resultado das transformações na área dos museus e produto da política nacionalista de Vargas, sintonizada com as ideias e projetos de Gustavo Barroso. Se houve divergências políticas e ideológicas entre Barroso e Vargas – manifestadas logo no início do Governo Provisório quando Barroso foi preso e afastado do MHN com a acusação de apoiar Júlio Prestes, opositor de Vargas – estas divergências não ocorreram no que se dizia respeito aos museus. Tanto Vargas, quanto Barroso, se identificaram com as mesmas ideias relativas ao potencial do museu como instrumento e suporte público do nacionalismo.

A valorização nacionalista presente nas disciplinas, excursões e outras medidas tomadas a partir da reforma, também serviram para reafirmar a fonte da qual

bebeu o idealizador do MHN e do Curso de Museus, Gustavo Barroso: o nacionalismo. A mesma do presidente Getúlio Vargas, que via no patrimônio histórico e artístico, ícones nacionais de brasilidade que contribuiriam para a formação de uma unidade nacional. Assim, a “cultura” estaria a cargo do poder federal. Um poder forte e centralizador, inclusive das questões de Cultura e Educação.

Por fim, quanto à formação dos alunos e suas atuações profissionais pós-reforma, o amadurecimento e afirmação do Curso no contexto nacional, trazidos pela Reforma de 1944, serviram de incentivo e motivação para estes diplomados pelo Curso de Museus do MHN na busca por uma posição estável como profissional de museu no mercado de trabalho brasileiro. Após esta etapa de reconhecimento relativo à formação como Conservadores de Museus, se iniciou uma nova fase, agora, a de busca pela institucionalização universitária do Curso, que é concretizada em 1951, com a obtenção do Mandato Universitário da Universidade do Brasil e pela Regulamentação da Profissão de Museólogo, que se inicia na década de 1960 e obtém resultado em 1984, 52 anos após a criação do Curso de Museus.

“Reforma, do latim *reformare*, **formar de novo**, reformar, sintoniza-se perfeitamente a este novo “*status*” do Curso de Museus e do profissional por ele formado. Podemos dizer que o significado etimológico da palavra confirma o que ocorreu no Curso de Museus. O país havia mudado e também as relações entre o Estado, a sociedade e os museus, marcando uma nova perspectiva e uma nova fase do desenvolvimento da Museologia em nosso país.

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco: Lapa, 1996.

_____. Caderno de Debates. Ideólogos do Patrimônio Cultural: A singularidade dos museus. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Departamento de Promoção, 1991. p. 91-98.

_____. O paradigma evolucionista e Museu Histórico Nacional. In: Anais do Museu Histórico Nacional – v. 27, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1995.

_____. Memória, História e Coleção. In: Anais do Museu Histórico Nacional – v. 28, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1996.

AMARAL, Tarsila. Pintura Pau Brasil e Antropofagia. In: Revista Anual do Salão de Maio. São Paulo, nº 1, 1939.

ANDREOTTI, Azilde Lina Andreotti. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964). Revista HistedBR, 2006, p. 4.

BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLANDA, Sérgio B. (Org). História Geral da Civilização Brasileira, Volume II, Tomo III, O Brasil Monárquico - reações e transações. São Paulo: Difel, 1982, pp. 409-424

BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus. V. 1. Museu Histórico Nacional, Gráfica Olímpica, 1946. 344 p.

_____. Terra de Sol. Rio de Janeiro, Ed. Benjamin de Aguiar. 1912.

_____. Catalogo Geral. 1ª Seccao: Archeologia e Historia. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1924.

_____. As Colunas do Tempo. Rio de Janeiro, 1932. p. 38.

_____. Correio da Manhã, 3 ago 1944. In: Anais do MHN, v. 5, MHN, Rio de Janeiro, 1944.

_____. A cidade sagrada. Anais Museu Histórico Nacional, 1944, v. V, p. 10.

_____. A Carreira de Conservador. Anais Museu Histórico Nacional, 1947, v. VIII, p. 230.

BEMVENUTI, Alice. As ações educativas em museus e o ensino da arte em um percurso histórico brasileiro de 1816 a 1950. III Seminário Educação, Imaginação e as Linguagens Artístico Culturais. Criciúma, 2007. Disponível em:

<<http://www.gedest.unesc.net/seilacs/>>. Acesso em: Abril de 2015.

BISERRA, Natalia de Figueirêdo. Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Museologia, 2013.

Boletim do SPHAN/PRO-MEMÓRIA, Rio de Janeiro, SPHAN, nº 11 – março/abril, 1981. p. 21.

Bolsas de Estudos para o Curso de Museus. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 10 fev 1949 p.5.

BOURDIEU, Pierre. La révolution impressioniste. *Noroit*, 1987, 303p, p. 3-16.

BRASIL. Decreto nº 15.596, 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

BRASIL. Decreto nº 21.129, 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”.

BRASIL. Decreto nº 24.735, 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.689, 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 16.078, 13 de julho de 1944. Aprova o Regimento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-Lei nº. 6.689, de 13 de julho de 1944.

BRASIL. Decreto nº 22.928, 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.

BRASIL, Decreto n.º 19.402, 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

BRASIL, Decreto nº 19.850, 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação.

BRASIL, Decreto nº 19.851, 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o regime universitário.

BRASIL, Decreto nº 19.852, 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

BRASIL, Decreto nº 19.890, 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

BRASIL, Decreto 21.241, 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.

BRASIL, Decreto nº 24.735, 14 de julho de 1934. Aprova o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional".

BRASIL, Decreto-Lei nº 4989, 24 de novembro de 1934. Cria o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

BRASIL, Lei nº 284, 28 de outubro de 1936. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências.

BRASIL, Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL, Lei nº 378, 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.006, 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

BRASIL, Decreto-Lei nº 965, 20 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.035, 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional do Iguassú.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.072, 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.077, 8 de março de 1940. Cria, em São Miguel, Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 3.617, 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

BRASIL, Decreto-Lei n. 4.244, 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.540, 2 de junho de 1943. Institui o Dia do Índio.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.096, 29 de março de 1940. Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial.

BRASIL, Decreto - Lei nº 7.483, 23 de abril de 1945. Cria o Museu do Ouro.

BRASIL, Decreto-Lei nº 8.153, 29 de outubro de 1945, Estabelece as bases de organização do Salão Nacional de Belas Artes, e dispõe sobre outras medidas de proteção às artes plásticas em todo o país.

CAMPBELL, D'Ann. *Women at War with America: Private Lives in a Patriotic Era*. Harvard University Press, Cambridge, 1984.

CARNEIRO, Shari. *A Museologia e o Curso de Museus - MHN na mídia impressa das décadas de 1910 a 1970*. Monografia, UNIRIO, 2009.

CARVALHO, Gerardo A. de. Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional. *Anais Museu Histórico Nacional*, 1948, v. IX, p. 151-152.

CARVALHO, Nair Moraes de. O papel educativo do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.8, p. 18-30, 1947.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*, v.19, nº.1, São Paulo, jan/jun 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v19n1/v19n1a07.pdf> Acesso em maio de 2015.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. *As Colunas do Templo: História e Folclore no pensamento de Gustavo Barroso*. UFF, Niterói, 2001. 132 p.

Cem Anos de Progresso. O Paiz, Rio de Janeiro, p. 11, 7 set 1922.

CERDO, Marcelo. Cultura, identidade nacional e práticas museológicas na contemporaneidade: propostas do Museu da Inconfidência em Ouro Preto. *Plural – Revista de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo*, 2012, v. 20, n.2, p. 61-86. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/76356/80070> Acesso em julho de 2015.

CHAGAS, Mario. *Imaginação Museal - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/50087891/Imaginacao-Museal-Museu-Memoria-e-Poder-em->

Gustavo-Barroso-Gilberto-Freyre-e-Darcy-Ribeiro-CHAGAS-Mario Acesso em maio de 2015.

CHICKERING, Roger. *A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1937–1945*. Cambridge University Press, 2006.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. "Do horizonte do passado ao horizonte do futuro...": 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007). Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2007.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DUMANS, Adolfo. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.3, 1942.

Edmond Perrier, biographie. Lycée Edmond Perrier. Disponível em: <http://www.edmondperrier.fr/> Acesso em junho de 2015.

EUA. A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, EUA, Segundo Congresso Continental, 1776. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/declaraindepeEUAHISJNeto.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. *RBPB*, Brasília, v. 9, n. 17, 2012. p. 373 – 397. Disponível em: <<http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/viewFile/312/294>> Acesso em fevereiro de 2016.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRIOT, Dominique. L'Icom, un Réseau Departage et D'échanges pour les professionnels de musées. Rhône Le Département, 2009. Disponível em: <<http://www.icom-musees.fr/uploads/media/MuseeConfluencesICOM.pdf>>.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

_____. Tempos fraturados. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOTEL de Ouro Preto. Revista Municipal de Engenharia, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.82-7, mar. 1942.

KLÖCKNER, Luciano. O Repórter Esso: A Síntese Radiofônica Mundial que fez História. EdIPUCRS, Porto Alegre, 2008. 315 p.

KREUTZ, Lúcio; MALIKOSKI, Adriano. Nacionalização do Ensino e o processo escolar entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. Universidade Caxias do Sul, 2014.

PITAGUARY, Geraldo. A Lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo. Memórias de um Aluno da Primeira Excursão do Curso de Museus – MHN em 1945. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2006. 133p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e Fundamentos de Inflexão Simbólica: 'Tematizando' Bourdieu para um Convite à

Reflexão. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. UNB, Brasília, Abril de 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/847>. Acesso em março de 2016.

LISBOA, Araci Gomes. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e o projeto nacionalista de Vargas. Hist. cienc. Saúde – Manguinhos, vol.7, no.3, Rio de Janeiro, Nov. 2000/Fev. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000600013&script=sci_arttext Acesso em julho de 2015.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959). Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História do IFCS /UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros Malhano. Da Materialização à Legitimação do Passado. FAPERJ, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2002. 294 p.

MARTIN, Percy Alvin. Who's who in Latin America. Stanford University Press, California. 1935. p. 41.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a Formação de um Pensamento Político administrativo na década de 1930 no Brasil. UNESP, São Paulo, 2014. 21p.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. O INEP no contexto das políticas do MEC. UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n1/numero1-artigo6.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Reforma Capanema. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 22 de dez. 2015.

MONSERRAT, Guibernau. Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX. 1997.

MOTTA, Marly S. A Nação fez cem anos. A questão Nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: FVG, 1992.

Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Estado de Guanabara, 1974. 32p.

Museu Historico. Jornal O Paiz, 1920, p. 3.

NETO, Lira. Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NICHOLAS, Lynn H. Europa Saqueada. O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Cultura Política, Rio de Janeiro, 1944, p. 34.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos. O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-RJ. Rio de Janeiro, PUC, 2003.

OLIVEIRA, Sílvia Ribeiro. O Século XIX e as Exposições Universais. Seminário de História da Cidade e Urbanismo, V.11 n. 5. São Paulo, 2010.

ONU. Declaração dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: Novembro de 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 8.^a edição - Petrópolis: Vozes, 1986. 268 p.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Revista Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, jul. 2013.

_____. Apresentação. In: PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.11-28.

_____. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. Anais do MHN, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 10-42.

_____. Pesquisa, recuperação e preservação da memória da Museologia no Brasil. Rio de Janeiro, XIII ENANCIB (GT9), 2012.

_____.; SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. Fincando Estacas: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil de 1922 nas fotografias da coleção Augusto César Malta de Campos pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, abr. 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 55. 2004. p. 53-73 .

SDN, Pacto da Sociedade das Nações. Disponível em: Biblioteca Virtual dos direitos humanos. <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>> Acesso em: Novembro de 2015.

SEOANE, Raquel Villagran Reimão Mello. A Trajetória do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional através da Mídia Impressa da década de 1920 a década de 1950. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Museologia, 2013.

SIQUEIRA, Graciele Karine Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional / Graciele Karine Siqueira; orientador: Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. Nacional ou Cosmopolita: a cidade moderna de Ricardo Severo. IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, SÃO PAULO, 2006. Disponível em:
<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1152/1127>
Acesso em março de 2015.

SKIDMORE, Thomas. Brasil - de Getúlio a Castelo - (1930-1964). Paz e Terra, São Paulo, 2010.

SOUSA, Lia Gomes Pinto; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu, nº 24, Campinas, jan/jun 2005. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000100016&script=sci_arttext

UNESCO. A Chronology of UNESCO: 1945-1987. Paris, 1987. 141 p. Disponível:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000790/079049eb.pdf>.> Acesso em:
Novembro de 2015.

VARGAS, Getúlio. In: A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 5, p. 253.

_____. In: O Imperador Dom Pedro II e seus grandes serviços ao Brasil. Discurso Pronunciado na Catedral de Petrópolis, ao ser inaugurado o Mausoléu dos Imperadores D. Pedro II e D.^a Teresa Cristina, a 5 de Dezembro de 1939. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1939/08.pdf> Acesso em: fevereiro de 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A "cidade-voyeur" : o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. Revista do Rio de Janeiro, 1986, p.55-66.

WHITE, Randall; ROUSSOT, Alain. Résumé de ma vie: une note autobiographique de Denis Peyrony. Bulletin de La Société Historique et Archéologique du Périgord – Tome CXXX, 2003. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb344240391/date>. Acesso em: junho de 2015.

WILLIAMS, Daryle. Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime – 1930-1945. Duke University, Press Durham, London, 2001, edição Kindle.

_____. Sobre Patronos, Heróis e Visitantes. Anais Museu Histórico Nacional, 1997, v. 29, p. 141-186.

Fontes primárias:

NÚCLEO DE MEMÓRIA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL – NUMMUS

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL

ARQUIVO INSTITUCIONAL DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



ANEXOS

ANEXO 1**Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930****Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica.**

O Chefe do Governo Provisório da República. dos Estados Unidos do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Pública, sem aumento de despesa.

Art. 2º Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saude pública e assistência hospitalar.

Art. 3º O novo ministro de Estado terá as mesmas honras, prerrogativas e vencimentos dos outros ministros.

Art. 4º Serão reorganizadas a Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores e as repartições que lhe são subordinadas; podendo ser transferidos para o novo Ministério serviços e estabelecimentos de qualquer natureza, dividindo-se em diretorias e secções, conforme for conveniente ao respectivo funcionamento e uniformizando-se as classes dos funcionários, seus direitos e vantagens.

Art. 5º Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamin Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal do Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saude Pública, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar.

Art. 6º Será aproveitado todo o pessoal, nos termos do decreto n. 19.398, de 11 de novembro corrente.

Art. 7º Para execução da presente lei o Governo expedirá o necessário regulamento regendo-se, provisoriamente, o novo Ministério pelo regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, na parte que lhe for aplicável.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

ANEXO 2

Decreto nº 21.129, de 7 de Março de 1932

Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus".

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

RESOLVE:

Art. 1º Criar no Museu Histórico Nacional um "Curso de Museus", destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição.

Art. 2º O curso, a que se refere o artigo, anterior, constará das disciplinas abaixo discriminadas, distribuídas por dois anos letivos, de acordo com a seriação seguinte:

1º ano : História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada ao Brasil.

2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. Técnica de museus.

Parágrafo único. As matérias constantes da seriação anterior constituirão as quatro cadeiras seguintes:

- a) História do Brasil;

- b) Numismática e sigilografia;
- c) Arqueologia brasileira;
- d) Epigrafia, cronologia e técnica de museus.

Art. 3º O "Curso de Museus" funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional.

Art. 4º Os professores do "Curso de Museus" serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição.

Art. 5º Os programas de cada cadeira serão organizados bienalmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas.

Art. 6º A matrícula no "Curso de Museus" será efetuada na primeira quinzena de março, mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, em requerimento, dirigido ao diretor, os seguintes documentos :

- Certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou
- a) certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores;
 - b) atestado de identidade;
 - c) atestado de sanidade;
 - d) atestado de idoneidade moral.

Parágrafo único. Para inscrição no segundo ano do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matrícula e frequência, será exigido certificado de habilitação dos exames do primeiro ano.

Art. 7º O ano letivo terá início a 15 de março e terminará a 30 de novembro, e, durante esse período, haverá, pelo menos, uma preleção semanal para cada disciplina, com a duração mínima de uma hora.

Art. 8º Encerrado o ano letivo, só serão admitidos a exames alunos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parágrafo único. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituída pelos professores do curso, sob a presidência do diretor. Observar-se-á no julgamento das provas o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

Art. 9º Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 6º, a funcionários dos museus localizados nos Estados da União, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento.

Art. 10. Ao aluno que concluir o "Curso de Museus" será conferido um certificado de habilitação, que será assinado pelo diretor e pelo secretário do Museu Histórico Nacional e no qual será mencionada a média final por ele obtida nos exames de todas as cadeiras do referido curso.

Art. 11. Aos possuidores de certificado do "Curso de Museus", a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo Museu.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

TABELA DE TAXAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 21.129, DE 7 DE MARÇO DE 1932

De matrícula e frequência	50\$000
De revalidação de título	200\$000
De certificado de habilitação	50\$000
De inscrição em exame, por ano	20\$000

De Certidão:

a) de frequência
5\$000

b) não especificada
5\$000

Rio de Janeiro, 7 de março de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

ANEXO 3

Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934

Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional"

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e atendendo a que o atual desenvolvimento do Museu Histórico Nacional, suas novas incumbências e a exigência do "Curso de Museus", criado pelo decreto n. 21.429, de 7 de março de 1932, justificam a necessidade de alterações no atual regulamento do mesmo Estabelecimento,

Decreta:

Art. 1º fica aprovado, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional", que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde,
Pública.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETULIO VARGAS

Washington F. Pires

Regulamento a que se refere o decreto n. 24.735, desta data

I - MUSEU HISTORICO NACIONAL SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Educação e Saude Publica, terá por fim:

- a) recolher, classificar e expôr ao publico objectos de importancia historica e valor artistico, principalmente os relativos ao Brasil;
- b) concorrer por meio de cursos, conferencias, comemurações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culta das nossaas tradições;
- c) exercer a inspecção dos Munumentos Nacionaes e do commercio de objecto artísticos historicos.

Parapho unico. Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignalado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territorios.

Art. 2º Em duas secções se dividirá o Museu, a primeira das quaes formada de objectos historicos em geral e a segunda de moedas, medalhas, sellos e peças similares.

§ 1º Serão conservados na Secretaria, constituindo um archivo especial, os documentos que acompanharem os objectos adquiridos e comprovarem a sua autenticidade ou lhes disserem respeito.

§ 2º Serão annexadas a 1º Secção uma bibliotheca especial de historia universal, particularmente do Brasil, e de archeologia e historia da arte, e á 2º, uma bibliothecda especial de numismatica, sigilographia e philatelia.

Art. 3º Estarão a cargo da Secretaria o expediente e a economia do Museu, o archivo, a superintendencia da Portaria e os demais serviços que não pertencerem ás secções.

II - CONSTITUIÇÃO DO PESSOAL

Art. 4º O pessoal constará de: 1 director geral, 2 directores de secção, 2 primeiros officiaes, 3 segundos officiaes, 3 terceiros officiaes, 1 dactilographo, 1 porteiro, 1 ajudante de porteiro; os guardas e serventes necessarios, na proporção minima de 2, sendo 1 guarda e 1 servente, para cada sala.

Parapho unico. O director geral escolherá o secretario entre os officiaes.

Art. 5º O director geral, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

Art. 6º Os directores de secção e os primeiros e segundos officiaes serão nomeados por decreto, mediante promoção dos funcionarios de categoria immediatamente inferior.

Art. 7º Os terceiros officiaes serão nomeados dentre os alumnos diplomados do Curso de Museus, de accôrdo com o decreto n. 21.109, do 7 de março de 1932.

Art. 8º Serão providos os cargos de porteiro e do seu ajudante por meio de promoção deste e de um dos guardas, respectivamente.

Art. 9º O dactilographo será nomeado dentre as pessoas que provarem ter conhecimento e pratica de dactilographia e haver sido approvadas nos exames de portuguez e arithmetica, prestados em instituto official ou fiscalizado pelo Governo, e que preencherem as condições exigidas para o provimento dos cargos publicos federaes.

Art. 10. Os guardas serão nomeados mediante promoção dos serventes por proposta do director geral. Para nomeação dos serventes serão requisitos essenciaes e indispensaveis: 18 a 30 annos de idade, attestado de sanidade fornecido pelo Departamento Nacional de Saude Publica, saber ler e escrever, comprovar um dos seguintes officios: carpinteiro, marceneiro, lustrador, estucador, pedreiro, electricista; e satisfazer as demais condições exigidas a quantos se candidatam a cargos publicos.

Art. 11. Por merecimento se farão as promoções a directores da secção e por antiguidade, na razão de um terço das vagas, e merecimnto, na de dous terços, as promoções a primeiros e segundos officiaes e a ajudante de porteiro.

§ 1º A antiguidade que prevalecerá para as promoções será a do effectivo exercicio no cargo, com exclusão de licenças faltas.

§ 2º Nas promoções por merecimento deverão ter-se em conta as habilitações, a assiduidade, o procedimnto, a dedicação ao trabalho e a importancia dos serviços prestados.

III - DEVERES E ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONARIOS

Art. 12. Compete ao director:

1º, distribuir e presidir os trabalhos, velando pela observância das disposições legaes e regulamentares concernentes a Museu e exigindo dos funcionarios o cumprimento das suas determinações;

2º, exercer a inspecção dos Monumentos Nacionaes;

3º, dar posse aos funcionarios;

4º, escolher o secretario, designar os funcionarios que devam servir na Secretaria e em cada uma das Secções e transferil-os, quando necessario, exceptuados os chefes de secção, que servirão nas secções indicadas no decreto de sua nomeação;

5º, providenciar quanto ás substituições nos casos de impedimento, quando reclamadas pela conveniencia do serviço;

6º, regular a distribuição dos periodos de ferias, sem interrupção dos trabalhos, e organizar o serviço dos domingos e dias feriados assim como o que se tiver de realizar fóra do periodo do expediente ordinario, de modo que a cada funcionario seja concedido um dia de descanso ou sejam compensadas as horas de serviço extraordinario, todas as vezes que houver trabalhado num daquelles dias ou fóra desse periodo;

7º, fiscalizar o comparecimento do pessoal, podendo justificar até oito faltas em cada mez e conceder licença até trinta dias;

8º impôr ao pessoal as penas disciplinares seguintes:

a) advertencia;

b) reprehensão por escripto;

c) suspensão até quinze dias.

9º, prorogar o expediente ou antecipar o encerramento deste, bem como fechar temporariamente uma ou mais salas de exposição, quando qualquer dessas medidas se tornar indispensavel;

10, estabelecer os livros necessarios á escripturação;

11, promover a aquisição por transferencia de estabelecimento official, por compra, por permuta ou por doação, de objectos de valor historico, comprehendida a de moedas, medalhas, sellos e especies similares, necessarias às respectivas collecções, só effectuando a permuta por exemplar em duplicata que puder ser dispensado;

12, providenciar quanto á installação, segurança, inventarização e bôa conservação dos objectos que constituírem o Museu ou lhe houverem sido confiados e quanto á organização dos catalogos, segundo o plano de classificação que adaptar ;

13, ouvir os direitos de secção sobre a autenticidade e a importancia historia dos objectos a serem adquiridos e a conveniencia da aquisição, ainda que a titulo gratuito, todas as vezes que lhe parecer necessario, assim como sobre o plano de classificação a ser adoptado em cada secção ou alterações que este tiver de soffrer, podendo ouvi-los igualmente , sobre qualquer materia de serviço do Museu;

14 - Corresponder-se com quaesquer autoridades, nacionaes ou estrangeiras, e solicitar, sempre que julgar utilidade, o parecer destas ou de particulares, que tiverem razão para ser consultados e quizerem prestar esclarecimentos acerca da autenticidade e importancia historica de objectos a serem adquiridos;

15 - Conceder autorização para serem copiados objectos do Museu, quando dahi não puder resultar inconveniente algum;

16 - Procurar obter informações a respeito e providenciar no sentido de ser organizada para uso do Museu, uma relação pormenorizada de objectos de valor, historico, relativos ao Brasil, pertencentes a museus ou outras instituições ou a particulares, e bem assim de inscrições de maior interesse, edificios historicos e monumentos existentes em qualquer ponto do paiz;

17 - Concorrer para a approvação dos programmas e orgaraização do horario do Curso de Museus;

18 - Designar, todos os annos, os funcionarios que devam servir como professores das materias do Curso de Museus e, em caso de necessidade, convidar pessoas estranhas, de reconhecido saber;

19 - Providenciar no sentido do regular funcionamento do Curso de Museus e presidir os exames das materias ahilecionadas;

20 - Organizar annualmente o programma e promover a realização de um curso ou série de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica;

21 - Promover a realização de outros cursos, conferencias e commemorações, permittir o uso da sala de conferencias e fixar o respectivo aluguel;

22 - Autorizar despesas nos, limites do orçamentos e ordenar, sempre que entender necessaria, a prestação das contas do secretario, fazendo recolher ao Thesouro as quantias recebidas ;

23 - Aceitar si na occasiao o Museu dispuzer de espaço sufficiente, para expôr ou sômente para guardar objetos de reconhecida importancia historica, pertencentes a instituições ou a particulares, os quaes restituirá logo que forem reclamados ou não convier que continuem a seu cargo;

24 - Proceder, sempre que lhe parecer conveniente, a uma verificação geral ou parcial nas coleções existentes no Museu e ás investigações que porventura se deverem seguir, fazendo notar o resultado em livro especial;

25 - Fazer sahir as pessoas que se portarem inconvenientemente, prohibir-lhes a entrada e, sendo necessario, solicitar contra ellas a acção da autoridade competente;

26 - Dirigir os "Annaes do Museu Historico Nacional" e quaesquer outras publicações do Museu, estabelecendo os preços de venda e as condições de permuta e de distribuição gratuita;

27 - Expedir instrucções para a bôa execução dos serviços de que forem incumbidos os funcionarios e autorizar quaesquer medidas comprehendidas nas atribuições destes;

28 - Designar, todos os annos, o director de secção que o deva substituir nos casos de impedimento;

29 - Dar conhecimento ao ministro dos factos de maior importancia ou gravidade que occorrerem no Museu e, no começo do anno, apresentar-lhe um relatorio dos trabalhos realizados.

Art. 13. Compete aos directores de secção:

1º, distriuir e fiscalizar os serviços das secções e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o director, facilitando-lhe a acção e propondo-lhe as providencias que julgarem uteis ao Museu;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhes estiverem subordinados;

4º, fazer inventariar as acquisições, trazendo em dia os livros a esse fim destinados, e restituir ao secretario as guias de remessa, depois de assignar o recibo correspondente;

5º, fazer assignalar a propriedade do Museu nos objectos de suas collecções o numeral do modo que melhor se adaptar á natureza daquelles e nos casos em que nenhum dano lhes possa dahi resultar;

6º, ter am bôas condições de segurança, ordem e conservação os objectos que constituem as collecções, assim como o mobiliario existente nas secções;

7º, catalogar e fazer catalogar taes objectos, procurando trazer os catalogos em dia e enriquecel-os de notas elucidativas;

8º, permitir que sejam photographados os objectos em exposição e os documentos não considerados como reservados, quando não houver inconveniente, tomadas as devidas precauções, e autorizar retirada das cópias feitas por qualquer processo;

9º, proporcionar aos visitantes os esclarecimentos que o Museu houver colhido a respeito dos objectos em exposição e lhes forem solicitados;

10, der parecer, quando consultados pelo director, sobre questões que interessarem ao Museu;

11, encarregar -se, salvo escusa justificada, do ensino das matérias do Curso de Museus, organizar os programmes e fazer parte das comissões julgadoras dos exames;

12. ter a seu cargo o archivo e a biblioteca de cada secção;

13, organizar e remetter ao director, nos primeiros dias do mez, a estatística de todo o movimento das secções e, trimestralmente, o resumo dos trabalhos, com indicação da parte que nelles; houver tomado cada um dos funcionarios;

14, substituir o director nos seus impedimentos, substituição que caberá em primeiro logar ao que houver sido para ella designado e na ausencia deste ao outro director da secção.

Art. 14. Cabe ao secretario:

1º, dirigir os trabalhos a cargo da Secretaria e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o director ao desempenho das suas funções e na execução das suas determinações, e propôr-lhe as medidas que o serviço da secretaria reclamar;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhe estiverem subordinados;

4º, enviar secções, acompanhados de guia, os objectos adquiridos para as respectivas collecções;

5º, encarregar-se da escripturação e da correspondencia trazendo em dia e em ordem os papeis da secretaria;

6º, assignar certidões e autenticar cópias;

7º, organizar as folhas de pagamento do pessoal e processar as contas tendo aos seus cuidados todo o serviço de contabilidade;

8º, funcionar como secretario das comissões examinadoras das matérias do Curso de Museus;

9º, ter a seu cargo o deposito e distribuição das publicações do Museu o recebimento de quaesquer quantias, prestando as contas ou fazendo recolhimento ao Thesouro, conforme a legislação em vigor;

10, superintender o serviço da portaria, dando directamente suas ordens ao porteiro;

11. encarregar-se do ensino de qualquer matéria do curso a juizo do director geral.

Art. 15. Cabe aos primeiros officiaes:

1º, auxiliar os directores de secção e substituil-os;

2º, occupar-se, auxiliados pelos segundos e terceiros officiais, com a bôa disposição e installação dos objectos e com a respectiva inventariação e classificação, esforçando-se por obter informações que tornem mais interessantes os catalogos;

3º, encarregar-se, salvo escusa justificada, do ensino das materias do Curso, que devem ser leccionadas no Museu, no caso de haver sidodispensado desse encargo o director de secção ;

4º, acompanhar os trabalhos em andamento para a respeito informar os directores de secção.

Art. 16. Aos segundos officiaes cabe:

1º, auxiliar os primeiros officiaes e substituil-os;

2º, attender ao seu serviço da visita e consulta publica;

3º, encarregar-se do ensino de qualquer materia do Curso de Museus a juízo do director geral e auxiliar os serviços de inspecção de Monumentos Nacionaes.

Art. 17. Cabe aos terceiros officiaes:

1º, encarregar-se dos trabalhos de escripta ou outros para que tiverem sido designados;

2º, prestar serviços na bibliotheca e no archivo de qualquer das secções que delles necessitar, auxiliando os demais officiaes na collocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catalogos e na consulta publica;

3º, substituir os segundos officiaes.

Art. 18. Compete ao dactilographo executar os trabalhos concernentes ao seu mistér, conforme lhe fôr determinado pelo chefe de serviço ao qual se achar subordinado.

Art. 19. Incumbe ao porteiro:

1º, receber as ordens do secretario relativamente ao serviço da portaria e distribuição do trabalho do pessoal subalterno;

2º, fiscalizar o comparecimento dos guardas e serventes, e tomar-lhes o ponto;

3º, cuidar da segurança. conservação e asseio do edificio e do mobiliario;

4º, abrir o edificio e verificar, findo o expediente, que nenhuma pessoa ficou oculta e foram fechadas todas as portas e janellas;

5º, exercer a policia na portaria, não se affastando do seu posto, durante as horas do expediente, sem ahi deixar o seu ajudante ou, na falta deste, um dos guardas;

6º, receber chapéos, bengalas, guarda-chuvas, capas e quaesquer outros objectos que os visitantes e consultantes trouxerem e que, conforme determinar o director, não puderem ser admittidos nas salas de exposição ou de consulta e restituil-os na ocasião da sahida;

7º, enviar às salas de consulta os livros e outros objectos deixados no vestiario, quando fôrem requisitados pelo funcionario que attender ao serviço;

8º, não permittir que saiam livros ou quaesquer objectos sem a apresentação de guia assignada pelo director da secção a que houverem sido enviados ou pelo secretario, verificando sempre si conferem com a guia;

9º, guardar no portaria todo o material que trouxerem os photogranhos e copistas, enviando-os aos directores de secção ou ao secretario, mediante requisição;

10º, dar execução ás ordens do secretario em tudo quanto entender com o serviço interno e externo.

Art. 20. Ao ajudante, do porteiro incumbe auxiliar o porteiro em todos os seus deveres e attribuições e substitui-lo.

Art. 21. Incumbe aos guardas:

1º, exercer a maior vigilancia e fiscalização nas salas de exposição e nos postos que lhes fôrem designados;

2º, não deixar o serviço senão momentaneamente e depois de virem occupar o seu logar outros guardas ou serventes;

3º, não permittir que das secções saiam livros ou outros objectos sem a apresentação de guia assignada pelos respectivos directores;

4º, prestar auxilio ao porteiro, assim como ao seu ajudante, a quem substituirão;

5º, tratar da limpeza dos moveis e objectos das salas;

6º, exercer os officios que tiverem, em beneficio do Museu;

7º, executar serviços internos ou externos, a juizo do director geral.

Art. 22. Aos serventes incumbe:

1º, tratar do asseio do edificio e conservação dos moveis, livros e outros objectos existentes no Museu;

2º, executar outros serviços internos ou externos que lhes fôrem distribuídos;

3º, auxiliar os guardas e substituí-los;

4º, exercer os officios que tiverem, em beneficio do Museu.

IV - EXPEDIENTE E ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 23. Só nos dias uteis e das 11 ás 17 horas haverá expediente na Secretaria e nas salas de trabalho das secções.

Art. 24. Para o porteiro, seu ajudante, guardas e serventes, o serviço ordinario começará ás 10 horas e terminará às 17

Art. 25. Os funcionarios de uma secção não se deverão dirigir á outra ou á secretaria, a não ser em objecto de serviço, o que se entenderá igualmente com os da secretaria em relação às secções.

Art. 26. Não será permittido aos funcionarios fazer comercio ou coleção da natureza dos que constituem o Museu.

Art. 27. Serão considerados como não tendo comparecido os funcionarios que estiverem servindo como professores do Curso de Museus e, tendo assignado o ponto, faltarem ás aulas aos exames, sem permissão do director.

Art. 28. E' prohibido fumar nas salas abertas ao publico e nas de trabalho e de deposito.

Art. 29. Os guardas e serventes deverão apresentar-se uniformizados quando em serviço ostensivo na portaria ou de exposição, de consulta e de conferencias.

Art. 30. Os objectos que constituirem as colleções serão installados de modo a apresentar conveniente aspecto sem prejuizo das condições de perfeita segurança, devendo a sua conservação e preservação bem como a do mobiliario. merecer constantes cuidados de todo o pessoal.

Art. 31. Os trabalhos de restauração só se farão quando julgados indispensaveis não prejudicarem o character historico ou artistico dos objectos e poderão, mediante ajuste, ser confiados a pessoas habilitadas, que os executarão, sob a vigilancia do director secção.

Art. 32. Em cada uma das secções haverá para os objectos que formarem as respectivas colleções um inventario geral ou registro de entrada por ordem chronologica, um inventario por salas e mostradores ou armarios e um catalogo systematico acompanhado de indice alphabetico, inventariados em livros differentes e catalogados separadamente os documentos e as obras impressas.

Art. 33. A inventariação e a catalogação deverão estar em dia e abranger todo o acervo das secções, sendo enriquecidos os catalogos de notas e informações tão desenvolvidas quanto fôr necessario.

Art. 34. Não serão expostos os objectos que ainda não estiverem devidamente inventariados e catalogados.

Art. 35. Os objectos em exposição deverão estar acompanhados de rotulos que indiquem qual a sua significação e quaes os seus números de ordem.

Art. 36. Serão conservados á parte na 1ª Secção os objectos historicos que não disserem respeito ao Brasil e forem transferidos de estabelecimentos officiaes ou vierem ter ao Museu por doação ou legado e na 2ª Secção as moedas, medalhas, sellos o especies similares que forem referentes a paizes estrangeiros e procederem daquelles estabelecimentos ou se adquirirem de outro modo.

Art. 37. Não poderão ser cedidos por emprestimo os objectos historicos, comprehendidas as moedas, medalhas, etc., assim como os documentos e obras impressas. em hypothese alguma.

Art. 38. Nos "Annaes do Museu Historico Nacional", serão insertos catalogos, monographias historicas, pretecções e conferencias effectuadas por iniciativa do Museu e trabalhos escriptos por funcionarios ou por estranhos a respeito de objectos pertencentes ás secções ou a respeito de outros da mesma natureza que merecerem ser estudados.

Art. 39. O Museu publicará um guia resumido para, uso dos visitantes, organizado segundo plano que for adaptado nos catalogos, com a descrição dos objectos mais interessantes e com esclarecimentos historicos a respeito, do qual se farão novas edições ao passo que se forem tornando necessarias.

Art. 40. Publicações especiaes de character historico ou cívico e reproduções de quadros ou de outros objectos poderão fazer-se para, distribuição por ocasião de solemnidades commemorativas ou exposições especiaes.

Art. 41. O Museu estabelecerá relações com instituições do mesmo genero, nacionaes ou estrangeiras, ás quaes enviará as suas publicações, bem como a bibliothecas e archivos.

Art. 42. Da estatística, que do movimento de cada uma das sesções será, organizada mensalmente, deverão constar o número de pessoas e o de corporações que a houverem visitado, o de consulentes e o de consultas realizadas, o de copias dependentes de autorização e reproducções photographicas levadas a effeito, assim como o numero de aquisições registradas, alem de outros dados que offerecerem interesse.

Art. 43. As salas de exposição serão franqueadas, todos os dias, das 12 às 17 horas, sem exclusão dos feriados e dos domingos, às pessoas que se apresentarem decentemente não sendo admittidas as de menos de 10 annos de idade, que não vierem acompanhadas de visitantes adultos.

Art. 44. A consulta das obras impressas que constituirem a biblioteca espacial de cada secção e dos documentos que formarem o archivo e, a juizo do director, não forem de character reservado, será permittida nos dias uteis das 12 ás 16 horas.

Art. 45. Os funcionarios que forem designados para attender ao serviço de visita e ao de consulta, deverão tratar os visitantes e os consultantes com urbanidade e prestar-lhes esclarecimentos. quando solicitados a respeito dos objectos em exposição, exercendo toda a vigilancia, procurando manter a ordem e o respeito, não permitindo conservação em voz alta e podendo, na ausencia do director ou de quem o represente, convidar a sahir aquelles que, apezar de advertidos, forem desrespeitados ou de qualquer modo se portarem inconvenientemente.

Art. 46. Os objectos que por sua natureza devam ficar sob a guarda immediata do director de secção só poderão ser examinados mediante permissão deste, sem a qual não deverão ser retirados dos logares os objectos em exposição.

Art. 47. As moedas, medalhas, sellos e peças similares, estejam ou não em exposição, só poderão sahir dos seus logares para o exame dos visitantes ou consultantes quando presente o director da secção ou o seu substituto, e não mostrarão a mais de duas pessoas ao mesmo tempo.

Art. 48. A comparação de objectos estranhos com os do Museu só se poderá effectuar mediante autorização do director da secção ao qual deverão aquelles ser apresentados com antecedencia.

Art. 49. Os documentos e as obras impressas serão medidos por meio de boletim e dados à consulta na secção a que pertencerem.

Art. 50. Aos visitantes e consultantes será facultado o uso dos catalogos, com o auxílio, si for reclamado, dos funcionarios que attenderem ao serviço.

Art. 51. Pelos damnos que intencionalmente causarem do Museu e pelo extravio de taes objectos, serão criminalmente responsaveis os funcionarios, visitantes e consultantes.

Art. 52. A reprodução phntographica dos objectos do Museu e a copia por outros processos poderão ser autorizadas, quando taes objetos não correrem o risco de ser

damnificados e inconveniente de ordem alguma puder resultar, não sendo retirados dos seus logares senão no caso de absoluta necessidade,

Art. 53. É proibido aos que photographarem objectos do Museu fazer uso de substancias chimicas que produzam luz artificial.

Art. 54. Não dependerá de autorização a copia das obras impressas dadas á consulta. A autenticação e peritagem sobre objectos historicos e artisticos ou peças numismaticas serão feitas pelo Museu a requerimento das partes, por escripto, e remuneradas nos termos da tabella annexa.

VI - CURSO DE MUSEUS

Art. 55. Manterá o Museu historico um Curso destinado ao ensino das materias que interessam aos seus objectivos culturaes (decreto 21. 129, de 7 de março de 1932).

Art. 56. O Curso constará das disciplinas dicriminadas, distribuidas por dois annos lectivos, de accôrdo com a seriação seguinte:

1º anno - Historia da Civilização Brasileira (Período Colonial), Numismatica (Parte geral), Historia da Arte Brasileira da Archcologia Brasileira.

2º anno - Historia da Civilização Brasileira (até a actualidade), Numismatica (Parte Brasileira) e Sigilographia. Technica de Museus, epigraphia e chronologia.

Parapho unico. As materias constantes da seriação anterior constituirão as 5 cadeiras seguintes:

- a) Historia da Civilização Brasileira;
- b) Technica de Museus, epigraphia e chronologia;
- c) Numismatica e sigilographia;
- d) Hisitoria da Arte Brasileira;
- e) Archcologia Brasileira.

Art. 57. O Curso de Museus funcionarà sob a direcção e fiscalização do director do Museu Historico Nacional.

Art. 58. Os professores do Curso de Museus serão designados por portaria do diretor geral dentro os funcionarios da mesma repartição.

Parapho unico. Ao termo de dois annos de ensino effectivo da materia a seu cargo, poderá o professor do Curso de Museus, por proposta do director geral e portaria do ministro, ser effectivo como "professor do Museu Historico Nacional".

Art. 59. Os programas de cada cadeira serão organizados biennialmente pelos respectivos professores e submettidos à aprovação do director geral que, de accôrdo com elles. estabelecerá o horario das aulas no minimo de uma aula na semana para cada disciplina.

Art. 60. A matricula no Curso de Museu será effectuada durante todo o mez de março mediante pagamento de matricula e frequencia, devendo os candidatos á inscripção no primeiro anno apresentar os seguintes documentos:

a) certificado de aprovação nos exames da 5ª série do curso secundario prestados em estabelecimento official ou equiparado, ou diploma de formatura de qualquer escola superior, escola normal ou instituto de educação, instituto técnico, faculdade de letras, etc. ;

b) attestado de identidade;

c) attestado de idoneidade moral; do 1º anno.

Parapho unico. Para inscripção no 2º anno do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matricula e frequencia, será exigido certificado de habilitação dos exames

Art. 61. O anno lectivo terá inicio a 5 de abril e terminará a 30 de novembro e, durante esse período, haverá pelo menos tres provas parciaes, escriptas, de cada matéria.

Art. 62. Encerrado o anno lectivo, só serão adquiridos a exame os alumnos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parapho unico. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituída pelos professores do curso, sob a presidencia do director geral. Observar-se-á, no julgamento das provas, que serão escriptas, oraes e, quanto possivel, praticas, o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

Art. 63. Será facultada matricula, relevadas as exigencias do art. 60 e dispensadas as demais taxas previstas por este regulamento, a funcionarios de museus ou repartições similares federaes ou estaduaes que desejarem fazer o curso a titulo de aperfeiçoamento, bem assim aos guardas do Museu Historico Nacional que a elle se candidatarem.

Art. 64. Ao alumno que concluir o curso de Museus será conferido um certificado de habilitação, que será assignado pelo director geral e pelo secretario do Museu Historico Nacional, e no qual será mencionada a média final mediante exame de todas as cadeiras do referido curso.

Art. 85. Aos possuidores dos certificados do Curso de Museus será assegurado o direito de preferencia absoluta para o preenchimento do lugar de 3º official do Museu Historico Nacional, observando-se nas propostas a ordem classificação.

VII - OUTROS CURSOS, CONFERENCIAS, COMMEMORAÇÕES

Art. 67. Haverá um curso ou série de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica, a cargo de funcionarios do Museu e de outras pessoas para esse fim convidadas.

Art. 68. Cursos especiaes e conferencias avulsas sobre assumptos historicos poderão realizar-se por iniciativa do director ou mediante sua permissão.

§ 1º O director terá sempre o direito de exigir que lhe seja apresentada, com a devida antecedencia, a conferencia escripta, para, depois de ler, autorizar ou não a sua realização.

§ 2º A sala de conferencias será cedida mediante aluguel, quando forem pagas as entradas e não fôr destinado a uma fim patriotico ou beneficente o producto destas.

Art. 69. O Museu procurará relembrar as grandes datas nacionaes por meio de exposições especiaes ou por outras fôrmas de commemoração.

Art. 70. Deverão ter um character instructivo e educativo as conferencias promovidas pelo Museu e ser illustradas, sempre que fôr possivel, com projecções e com a apresentação de objectos historicos.

Art. 71. Para solemnidades que não forem de iniciativa do Museu e sala do conferencias não será cedida sem autorização do ministro.

VIII - INSPECÇÃO DE MONUMENTOS NACIONAES

Art. 72. Os immoveis classificados como monumentos nacionaes não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Historico Nacional.

Parapho unico. Independem de licença e fiscalização os trabalhos de conservação e concertos urgentes que não impliquem modificação essencial do predio.

Art. 73. O Museu Historico Nacional organizará tambem um catalogo, tanto quanto possivel completo, dos objectos historico-artisticos de notavel valor existentes no paiz, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notação.

Art. 74. A exportação de objectos dessa natureza só será permittida mediante autorização do director geral do Museu Historico Nacional ou de seus representantes,

depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$ sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.

Art. 75. Essa autorização não poderá ser dada ao objectos de notavel importancia historica e áquelles cuja conservação no paiz seja reputada conveniente.

Art. 76. Os objectos apprehendidos por infracção destes dispositivos passarão a fazer parte do patrimonio nacional, no Museu Historico Nacional.

Art. 77. O director geral do Museu Historico Nacional poderá entabolar accordos com quaesquer pessôas naturaes ou juridicas, autoridades ecclesiasticas, instituições científicas, litterarias ou historicas, administrações estaduaes ou municipaes, etc., no sentido de ser melhor conhecido, estudado a protegido o patrimonio tradicional do Brasil.

Art. 78. Para o effeito da inspecção de monumentos historicos, o director geral do Museu Historico Nacional designará representantes seus onde fôr conveniente, considerando-se serviço relevante o que os mesmos prestarem.

Art. 79. O director geral do Museu Historico Nacional poderá impôr multas de 50\$000 a 1:000\$000 aos infractores das determinações deste regulamento.

Art. 80. As pessôas e corporações que possuem objectos e reliquias artisticas ou historicas são obrigadas a fornecer a relação dos mesmos ao Museu Historico Nacional e não poderão negociar-os sem previa consulta a este, que terá sempre preferencia.

Art. 81. Os negociantes de antiguidade e obras de arte, de qualquer natureza, ficam obrigados a um registro especial no Museu Historico Nacional ou nas repartições estaduaes que o representem, não podendo vender objectos não devidamente authenticatedos.

Art. 82. O Museu Historico Nacional authenticará os objectos artistico-historicos que lhe forem apresentados, mediante requerimento das partes interessadas e de accordo com a tabella de peritagem annexa.

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho do 1934. - Washington F. Pires.

Tabella de honorarios fixados para os funccionarios technicos encarregados de authentication e peritagem de objectos historicos e artisticos ou peças numismaticas a requirimento de particulares.

Materiaes de valor até..... 5:000\$000 50\$000

Materiaes de valor até..... 10:000\$000 75\$000

Materiaes de valor até.....	20:000\$000	100\$000
Materiaes de valor até.....	50:000\$000	125\$000
Materiaes de valor até.....	100:000\$000	150\$000
Materiaes de valor até.....	150:000\$000	175\$000
Materiaes de valor até.....	200:000\$000	200\$000
Materiaes de valor até.....	250:000\$000	250\$000
Materiaes de valor até.....	300:000\$000	300\$000
Materiaes de valor até.....	350:000\$000	350\$000
Materiaes de valor até.....	400:000\$000	400\$000
Materiaes de valor até.....	450:000\$000	450\$000
Materiaes de valor até.....	500:000\$000	500\$000
Materiaes de valor até.....	1.000:000\$000	750\$000

Nota - E' a tabella A do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934.

Tabella de taxas referentes ao Curso de Museus

De matricula e frequencia.....	50\$000
De revalidação de titulo.....	200\$000
De certidão de habilitação.....	50\$000
De inscrição em exame por anno.....	20\$000

De certidão:

a) de frequencia.....	50\$000
b) não especificada.....	5\$000

Nota - E' a tabella que acompanha os decretos numeros 20.673, de 17 de novembro de 1931, do curso de bibliothecconomia, e 21.129, de 7 de março de 1932, do Curso de Museus.

Rio de Janeiro, 12 de Julho de 1934. - Washington F. Pires.

ANEXO 4

Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veiculos pertencentes a emprêsas estrangeiras, que façam carreira no país;

3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais:

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsóriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acôrdo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quisér impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado. que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que êste se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dôbro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, alem de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuzer de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa. (Vide Lei nº 6.292, de 1975)

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dôbro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a sequestrar a coisa e a impôr a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sôbre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sôbre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A. autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sôbre o valor da coisa, se êste fôr inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência gosa de privilégio especial sôbre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sôbre o privilégio a que se refere êste artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

ANEXO 5**Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944****Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

DECRETA:

Artigo único. Fica aprovado o Regulamento do Curso de Museus, a que se refere o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944, o qual com êste baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1944, 123º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO

VARGAS

Gustavo Capanema

Regulamento do Curso de Museus

TÍTULO I

Do Curso

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1.º O Curso de Museus a que se refere o art. 8.º do Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944 tem por finalidade:

a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;

b) transmitir conhecimentos especializados sôbre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;

c) incentivar o interêsse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Para preencher as suas finalidades, o Curso de Museus será ministrado em três séries, correspondentes a três anos letivos e divididas em duas partes:

1. Parte Geral
2. Parte Especial.

Parágrafo único - A parte Geral compreende duas séries, comuns a todos alunos, e a Parte Especial uma série para cada uma das seguintes seções:

- a) Museus Históricos; e
- b) Museus de Belas Artes ou Artísticos.

Art. 3º As disciplinas do Curso de Museus serão assim distribuídas:

PARTE GERAL

1.ª Série

1. História do Brasil Colonial
2. História da Arte (Parte Geral)
3. Numismática (Parte Geral)
4. Etnografia
5. Técnica de Museus (Parte Geral)

2.ª Série

1. História do Brasil Independente
2. História da Arte Brasileira
3. Numismática Brasileira
4. Artes Menores
5. Técnica de Museus (Parte Básica)

PARTE ESPECIAL

3.ª Série

1. História Militar e Naval do Brasil
2. Arqueologia Brasileira

3. Sigilografia e Filatelia
4. Técnica de Museus (Parte Aplicada)

SEÇÃO DE MUSEUS DE BELAS ARTES OU ARTÍSTICOS

1. Arquitetura
2. Pintura e Gravura
3. Escultura
4. Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular.
5. Técnica de Museus (Parte Aplicada).

§ 1º A disciplina Técnica de Museus (Parte Geral) da 1.ª Série, terá como introdução o estudo das finalidades sociais e educativas dos museus e compreenderá os seguintes tópicos: - organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração.

§ 2º A disciplina Técnica de Museus (Parte Básica), da 2.ª Série, terá como introdução o estudo da cronologia e compreenderá as noções básicas de epigrafia, paleografia, diplomática, iconografia e bibliografia.

§ 3º A disciplina Técnica de Museus (Parte Aplicada), da 3.ª Série, será especializada e constará da aplicação dos estudos feitos nas demais disciplinas aos problemas inerentes, respectivamente, aos museus históricos e de belas artes.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 4.º O candidato a matrícula no Curso de Museus deverá ter curso secundário completo (ginásial e colegial).

Art. 5.º Além das matrículas comuns no curso regular, poderão ser concedidas matrículas em uma ou mais disciplinas avulsas, podendo também ser feita inscrição de alunos ouvintes.

§ 1º O aluno matriculado em disciplinas avulsas será submetido ao mesmo regime escolar dos outros alunos.

§ 2º O ouvinte poderá participar de todos os trabalhos escolares, não ficando, no entanto, sujeito a provas, nem tendo direito a certificado ou diploma.

§ 3.º O aluno matriculado numa Seção poderá ser inscrito em quaisquer disciplinas pertencentes a outra Seção, caso não haja incompatibilidade de horário.

Art. 6º Os cursos avulsos, bem como as condições de matrícula nos mesmos, serão determinados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional, mediante proposta do Coordenador do Curso.

Art. 7º O limite de matrícula no Curso será anualmente fixado pelo Diretor do Museu Histórico Nacional, de acôrdo com o Coordenador do Curso.

Parágrafo único. Quando o número de candidatos à matrícula fôr superior ao das vagas será feito exame vestibular compreendendo: História Geral; História do Brasil; Geografia do Brasil; Línguas Estrangeiras, a escolher duas dentre as seguintes: Francês, Inglês, Alemão e Italiano.

Art. 8º A matrícula poderá ser cancelada a pedido do aluno ou por conveniência do regime disciplinar.

TÍTULO II

Do Ensino

CAPÍTULO I

DA DURAÇÃO DO CURSO E DO ANO ESCOLAR

Art. 9º Cada série do Curso de Museus terá duração de um ano e os Cursos Avulsos a que fôr necessária ao preenchimento de suas finalidades.

Art. 10 O ano escolar do Curso de Museus compreenderá os seguintes períodos:

- a) período letivo; e
- b) período de férias.

Art. 11.º O período letivo, que se destinará a aulas, exercícios e exames, dividir-se-á em:

- a) período de exame vestibular: - 15 de fevereiro a 1 de março;
- b) período de matrículas: - de 1 a 10 de março;
- c) primeiro período de aulas: - de 15 de março a 15 de julho;
- d) segundo período de aulas: - de 1 de agosto a 30 de novembro; e
- e) período de provas finais: - de 1 a 15 de dezembro.

Art. 12.º O período de férias será de 15 a 31 de julho.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Art. 13. O ensino das disciplinas obedecerá a programas elaborados pelos professores e submetidos à aprovação do Coordenador do Curso, que poderá revê-los, tendo em vista a finalidade do Curso e a conveniente correlação das disciplinas.

Art. 14 Na execução dos programas, conforme o assunto, serão adotados como meios de ensino: - preleções, arguições, exercícios de aplicação, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, projeções luminosas sobre coleções de museus ou particulares, excursões a pontos do país, onde haja preciosidades históricas e artísticas, visitas a museus, ou quaisquer outros meios próprios para ensino das respectivas disciplinas.

§ 1º O aluno exercitar-se-á individualmente na identificação, classificação e estudo de peças existentes nos museus, devendo apresentar relatórios e outros trabalhos, contendo observações pessoais sobre temas dos programas das diversas disciplinas.

§ 2º As excursões e visitas serão precedidas duma exposição geral e terão caráter obrigatório.

§ 3º Tanto quanto possível, o assunto de cada disciplina deverá ter estreita relação com o tirocínio técnico indispensável ao exercício das funções para qual o curso se destina.

Art.15 Os trabalhos próprios dos currículos constarão de aulas, de exercícios e de exames escolares.

Parágrafo único. Os professores farão o julgamento dos exercícios e exames por meio de notas inteiras, graduadas de zero a cem.

Art. 16 O plano de distribuição de tempo será elaborado pelo Coordenador do Curso.

Art. 17 As matérias constantes dos programas deverão ser tratadas integralmente, pelo professor, sendo as infrações deste dispositivo examinadas pelo Coordenador, que proporá às autoridades superiores as providências necessárias, quando estas forem de sua alçada.

Art. 18 É obrigatória a freqüência às aulas; os exercícios escritos, orais ou práticos serão igualmente obrigatórios para os alunos regulares e para os inscritos em disciplinas avulsas.

Parágrafo único. O aluno que em determinada disciplina faltar a mais de 25% de aulas, exercícios, visitas ou trabalhos obrigatórios, não poderá prestar prova final da mesma.

CAPÍTULO III

DOS EXAMES E DA HABILITAÇÃO

Art. 19 Haverá no período letivo, para cada disciplina, prova parcial no fim de cada período de aulas e uma prova final, sendo esta na primeira quinzena de dezembro.

Parágrafo único. Além das provas referidas neste artigo, poderão ser realizadas outras, para verificação do aproveitamento dos alunos, propostas pelo professor da disciplina e aprovadas pelo Coordenador do Curso.

Art. 20 Terminados os exames finais, será considerado habilitado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 60 pontos no conjunto das disciplinas do Curso e nota mínima final de 50 pontos em cada disciplina, desde que satisfeitas as exigências relativas à frequência.

Art. 21 A nota final de cada disciplina será a média das seguintes notas:

- a) média dos graus obtidos nos exercícios;
- b) média das provas parciais;
- c) nota da prova final.

Parágrafo único. A média poderá ser ponderada, cabendo ao Coordenador do Curso, por proposta do professor, fixar, para cada disciplina, os pesos a serem adotados.

Art. 22 A média geral do aluno será constituída pela média aritmética das notas finais obtidas em cada uma das disciplinas do curso.

Art. 23 O aluno rematriculado em uma série, por não haver satisfeito as exigências do art. 20, poderá ficar dispensado de cursar novamente as disciplinas em que haja obtido nota final não inferior a 60 pontos.

Parágrafo único. No caso de ter sido a inabilitação decorrente do disposto sobre a frequência no art. 18, parágrafo único, apurar-se-á a nota final, para efeito do presente artigo, atribuindo-se nota zero à prova final.

CAPÍTULO IV

DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 24 Ao aluno que concluir o Curso de Museus será conferido diploma.

Art. 25 Ao aluno matriculado em disciplina avulsa, nos termos do artigo 5º deste Regulamento e que preencher as condições de habilitação, será expedido certificado de frequência com aproveitamento, no qual constará a nota final obtida.

Art. 26 A conclusão de curso avulso dará direito a certificado.

CAPÍTULO V

DO COORDENADOR

Art. 27 A administração escolar será concentrada na autoridade do Coordenador e orientar-se-á no sentido de eliminar tôda a tendência para a artificialidade e a rotina, promovendo a execução de medidas que dêem ao Curso atividade, realismo e eficiência.

Art. 28 O Coordenador do Curso será designado pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante indicação do Diretor do Museu Histórico Nacional, ao qual ficará diretamente subordinado.

Art. 29 Os serviços técnicos e administrativos serão executados, sob a orientação do Coordenador do Curso, por um Secretário, designado nos termos do art. 4.º § 3.º do Decreto-lei n.º 6.689 de 13 de julho de 1944, pelos funcionários lotados no Curso e por extranumerários admitidos na forma da lei.

Art. 30 Nas suas faltas ou impedimentos eventuais, o Coordenador do Curso será substituído pelo Secretário ou por um professor por êle indicado.

Art. 31 Ao Coordenador do Curso compete:

a) entender-se com as autoridades superiores sôbre todos os assuntos de interêsse do Curso e dependentes de decisão daquelas;

b) promover entendimentos com diretores de museus ou chefes de repartições semelhantes, relativamente aos assuntos que interessam ao funcionamento e aos objetivos do Curso;

c) superintender os serviços técnicos e administrativos, de acôrdo com as disposições da lei e dêste Regulamento;

d) fiscalizar a fiel execução dos regimes escolar e didático, especialmente quanto à observância de horários, programas, realização de provas e demais atividades de professores e alunos;

e) sugerir ao Diretor do Museu Histórico Nacional a organização de cursos avulsos e propor a realização de conferências;

f) fornecer ao Diretor do Museu Histórico Nacional as indicações necessárias às propostas de designação de professores e examinadores;

g) rever e aprovar os programas de ensino elaborados pelos professores;

h) organizar horários do curso e submetê-los à aprovação do Diretor do Museu Histórico Nacional;

- i) convocar o corpo docente e a êle submeter o estudo de questões referentes ao ensino ou designar comissões para o mesmo fim;
- j) expedir instruções que se fizerem necessárias ao eficiente funcionamento do Curso;
- l) assinar certificados e diplomas, juntamente com o Diretor do Museu Histórico Nacional;
- m) indicar ao Diretor do Museu Histórico Nacional um funcionário do M.E.S. para servir como Secretário do Curso;
- n) conceder férias regulamentares;
- o) rubricar livros de aulas e escrituração; autorizar despesas, visar contas e assinar expediente relativo a despesas, fôlhas de pagamento e pedidos de material;
- p) aplicar penalidades;
- q) apresentar o relatório anual dos trabalhos e o projeto de orçamento do Curso;
- r) exercer as demais atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e dêste regulamento.

CAPÍTULO VI

DO CORPO DOCENTE

Art. 32 O Curso será ministrado por professores, designados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional mediante proposta do Coordenador do Curso, dentre especialistas em museologia, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1º Os professores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2º Os funcionários designados nos termos dêste artigo poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3º Os professores não compreendidos nos casos dos §§ 1.º e 2.º dêste artigo perceberão, nos termos das legislação vigente, honorários de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana.

Art. 33º Aos professores compete:

- a) elaborar o programa da disciplina respectiva e submetê-lo à aprovação do Coordenador do Curso;
- b) dirigir e orientar o ensino da respectiva disciplina, executando, integralmente, de acôrdo com o melhor critério didático, o programa elaborado;
- c) conferir notas de julgamento aos exercícios e às provas parciais ou finais;
- d) tomar parte em reuniões do corpo docente e em comissões de exames ou de estudos, quando para isso designados;
- e) sugerir ao Coordenador do Curso as medidas necesssárias ao desempenho de suas atribuições e providenciar para que o ensino sob sua responsabilidade seja o mais eficiente possível;
- f) apresentar ao Coordenador do Curso relatório anual, sôbre as atividades relativas ao ensino da disciplina a seu cargo;
- g) exercer as demais atribuições, conferidas pela lei, pelo regulamento e pelas instruções especiais baixadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VII

DO INTERCÂMBIO

Art. 34º Poderão ser concedidas, anualmente, bôlsas de estudo para o Curso, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre servidores estaduais e municipais com exercício em museus.

Parágrafo único. De acôrdo com os recursos orçamentários, será expedidas, pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Museu Histórico Nacional, instruções anuais que determinarão o valor, número total de bôlsas, os cursos para os quais serão concedidas, sua distribuição pelos diferentes Estados, assim como os deveres e obrigações dos beneficiários.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35º O aluno regularmente matriculado no corrente ano, no Curso de Museus, cursará a série correntemente do Curso de Museus a que se refere êste regulamento.

Art. 36º As adaptações necessárias para regularizar a situação dos alunos matriculados no Curso de Museus, serão estudadas individualmente pelo Coordenador do Curso e submetidas à consideração do Diretor do Museu Histórico Nacional.

Art. 37º No decorrer do ano de 1944 não funcionará a 3.ª série do Curso de Museus.

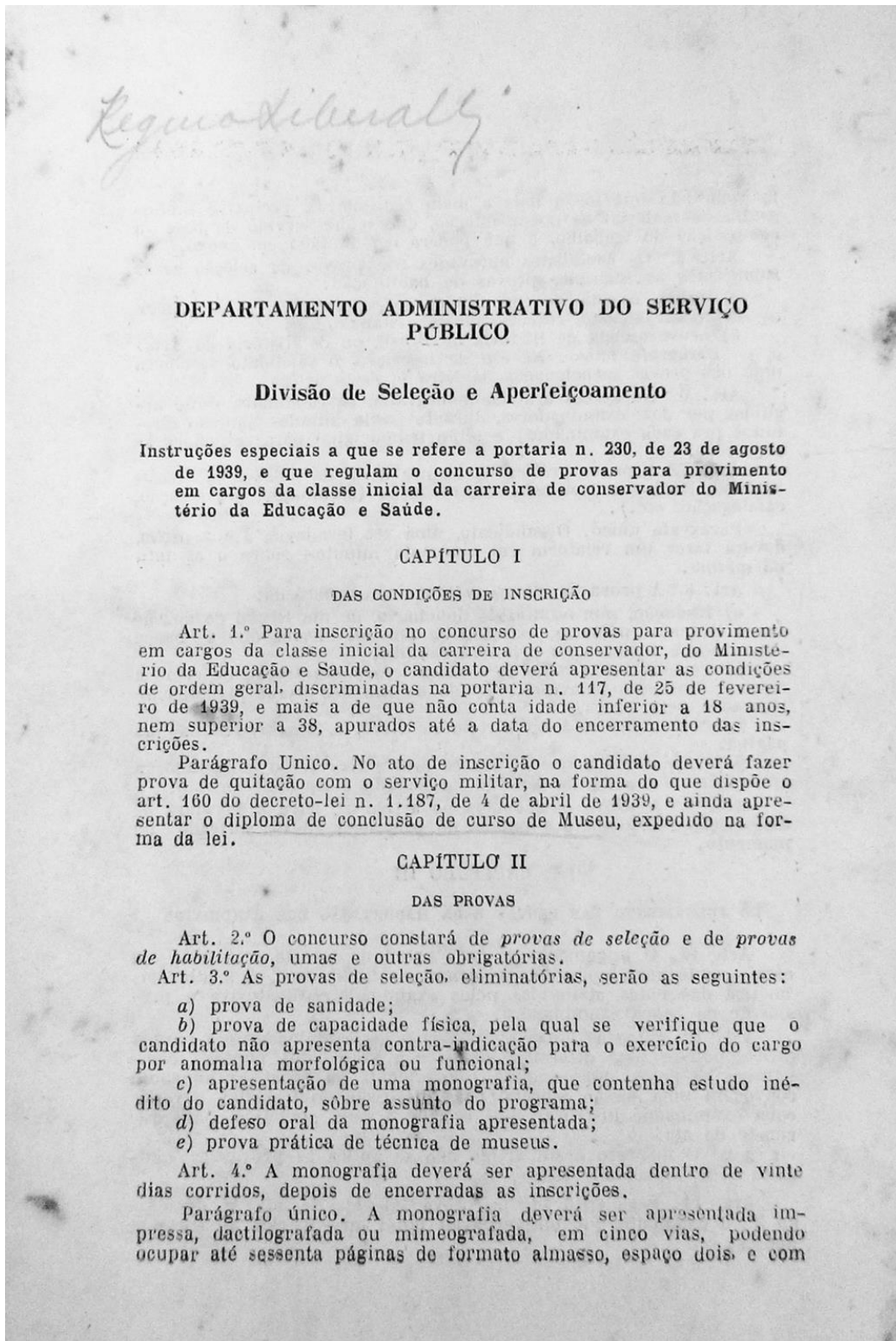
Art. 38º Os servidores públicos ocupantes de cargos ou funções específicos de serviços técnicos de museus poderão ser matriculados no Curso de Museus, independentemente de exibição do certificado de conclusão do curso secundário.

Art. 39º Sempre que solicitados, os museus oficiais cooperarão com o Curso de Museus, fornecendo elementos para realização de estudos e pesquisas e facilitando aos alunos a execução de trabalhos práticos.

Art. 40º Os casos omissos no presente regulamento, serão resolvidos pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Museu Histórico Nacional, ouvido o Coordenador do Curso.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1944.

GUSTAVO CAPANEMA

ANEXO 6**Editais do Concurso para Conservadores de Museus, 1939 - DASP (Coleção Regina Liberali / NUMMUS)**

— 2 —

margem não inferior a dois e meio centímetros, exclusive bibliografia ou material de documentação, que tenha servido de base à composição do trabalho, e que poderá ser juntado em anexo.

Art. 5.º Os candidatos aprovados nas provas de seleção serão submetidos às seguintes provas de habilitação:

a) prova escrita de um idioma estrangeiro, escolhido dentre os seguintes: alemão, francês, inglês e italiano;

b) prova escrita de História do Brasil, ou de História da Arte.

Parágrafo único. No ato de inscrição, o candidato escolherá uma das provas mencionadas na letra b, deste artigo.

Art. 6.º Na defesa oral da monografia, os candidatos serão arguidos por dois examinadores, durante trinta minutos (quinze minutos para cada examinador) e terão tempo igual para responder às arguições.

Art. 7.º A prova prática de técnica geral de museus se realizará em local que facilite a sua execução (arrumação, organização, catalogação, etc.).

Parágrafo único. O candidato, uma vez terminada a sua prova, deverá fazer um relatório em cinquenta minutos, sobre o assunto da mesma.

Art. 8.º A prova de idioma estrangeiro constará de:

a) tradução, sem auxílio de dicionário, de um trecho de duzentas a trezentas palavras, extraído de um dos livros que a banca examinadora indicará na primeira reunião;

b) versão, sem auxílio de dicionário, de um trecho de cem a cento e cinquenta palavras, extraído de um dos livros igualmente indicados pela banca.

§ 1.º Proceder-se-á ao sorteio do livro, e, em seguida, ao da página.

§ 2.º Os livros a que se refere este artigo serão submetidos à aprovação do diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento.

Art. 9.º A prova mencionada no artigo 5.º, letra b, constará de dissertação sobre um dos pontos do programa anexa, sorteado no momento.

CAPÍTULO III

DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 10. O julgamento de cada prova de seleção será feito em escala centesimal, apurando-se, como resultado final, a média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, inclusive o presidente da banca examinadora.

§ 1.º Si, entre as notas atribuídas pelos examinadores à mesma prova, houver uma diferença superior a vinte (20) pontos, comparadas as notas, duas a duas, o presidente da banca examinadora convocará uma sessão especial para discussão do trabalho, devendo cada examinador justificar, por escrito, a nota atribuída, para que conste de ata.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica às provas de sanidade e de capacidade física.

Art. 11. Será aprovado na prova referida na letra c, do artigo 3.º, o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos.

- 3 -

Parágrafo único. O julgamento da monografia incluirá a clareza da exposição e a contribuição pessoal do candidato, na especialidade escolhida, desde que perfeitamente documentada.

Art. 12. Será aprovado na prova de defesa da monografia o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos.

§ 1.º Terminada a prova de cada candidato, a banca examinadora se reunirá para julgá-la, atribuindo cada examinador arguente uma nota.

§ 2.º Dever-se-á lavrar ata do julgamento de cada prova.

Art. 13. Será aprovado na prova de técnica de museus o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos, observada a seguinte distribuição de pontos:

Execução da prova, até 70 pontos,

Relatório, até 30 pontos.

Art. 14. Para efeito de correção e julgamento da prova de idioma estrangeiro, observar-se-á:

Tradução, até 60 pontos.

Versão, até 40 pontos.

Art. 15. O grau de classificação do candidato será a média ponderada dos graus obtidos, observada a seguinte distribuição:

Monografia	2
Defesa oral	3
Prova prática	3
História do Brasil ou História da Arte	2
Idioma estrangeiro	2

Art. 16. Só serão considerados habilitados para a classificação final os candidatos que obtiverem, na forma do artigo anterior, grau igual ou superior a sessenta pontos.

Parágrafo único. Em caso de empate na classificação, observar-se-á a seguinte ordem de preferência para o desempate:

- a) melhor resultado na prova de defesa oral;
- b) melhor resultado na prova prática;
- c) melhor resultado na prova de História do Brasil ou História da Arte;
- d) melhor resultado na monografia;
- e) melhor resultado na prova de idioma estrangeiro.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O concurso será válido por dois anos, a partir da data de sua homologação pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 18. A prova determinada no artigo 5º, letra b, terá a duração máxima de três horas.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 23 de agosto de 1939. — *Murilo Braga*, diretor de divisão.

— 4 —

ANEXO

CONCURSO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE CONSERVADOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Programas

Assuntos para a monografia

1. Períodos da história monetária brasileira. O numerário português, aplicado à colônia do Brasil. A moeda espanhola do Prata no Brasil, a partir de 1583.
2. Moedas do 2º reinado. Primeiro e segundo sistemas monetários. a carimbagem do cobre pelas províncias, pelas revoluções e pelos particulares. Terceiro sistema monetário.
3. Armaria. Sobretudo relativa ao Brasil.
4. Heráldica. Sua origem, história, finalidade. Vantagens do seu conhecimento. Heráldia portuguesa. Heráldia brasileira.
5. Pinturas e gravuras. Suas variedades. Como reconhecê-las. Como classificá-las.
6. Manifestações artísticas no Brasil, desde o período colonial até nossos dias.
7. Missão artística francesa (1816) e sua influência nas artes.
8. Principais escolas de pintura e seu ambiente social na história.
9. Restauração e conservação das obras de arte.
10. Papel dos museus na vida moderna.

Prova escrita

(Artigo 5º letra b, das instruções)

a) *História do Brasil*

1. O ciclo do açúcar e a escravidão de índios e negros.
2. A ação dos Jesuitas na colonização do Brasil.
3. As invasões estrangeiras: ingleses, franceses e holandeses.
4. A restauração de Portugal no Brasil.
5. O ciclo do ouro. As bandeiras.
6. A projecção exterior do Império. Guerra do Prata.
7. O movimento da Independência — 1808 a 1822.
8. A guerra da Independência — 1823-1824.
9. A organização do Brasil no 2º Reinado. O parlamentarismo.
10. A abolição e a República.

— 5 —

b) História da Arte

- 1. A expressão das esculturas grega e romana.
 - 2. As escolas francesas de pintura e sua influência na pintura brasileira.
 - 3. As escolas brasileiras de pintura.
 - 4. A arquitetura barroca jesuítica e sua repercussão no Brasil.
 - 5. A influência da renascença francesa na arquitetura e escultura do Aleijadinho.
 - 6. Mestre Valentim e sua obra.
 - 7. A arte religiosa brasileira e o valor da toreutica.
 - 8. A evolução da pintura cristã do século VIII a XII.
 - 9. Confronto entre a pintura de Vítor Meireles e Pedro Américo.
 - 10. A evolução da gravura no Brasil.
-